

## O pensamento e a prática tradutórias de Monteiro Lobato

Neste capítulo, focalizaremos o pensamento e a prática tradutórias de Monteiro Lobato tomando como aporte teórico a Análise do Discurso francesa de Michel Pêcheux – AD (1975). Nosso objetivo é mostrar algumas das filiações ideológicas do tradutor Monteiro Lobato no intuito de estudar mais em detalhe os seus movimentos de assimilação, aqui proposto como o movimento de tomada de posição em que o sujeito se sobrepõe à posição-sujeito dominante da formação discursiva heterogênea que o assujeita – a identificação em AD; e aqueles de resistência, nesta tese propostos como a tomada de posição do sujeito que não coincide com a posição-sujeito dominante da formação discursiva (FD) que o assujeita, o que em AD corresponde à contra-identificação e à desidentificação.

Para melhor entendermos os processos ideológicos que constituem o pensamento e a prática de Lobato no que diz respeito à tradução, pensamos quais seriam as formações discursivas mobilizadas na constituição do sujeito e discurso lobatianos no período analisado nesta pesquisa: a primeira metade do século XX. Como nosso objetivo é pesquisar as tomadas de posição do sujeito-tradutor, propomos ser a formação discursiva da/sobre a tradução no Brasil a que nos interessa investigar. Chegamos a essa FD a partir do conceito de formação discursiva heterogênea, cuja forma-sujeito é fragmentada (como já abordado no capítulo anterior). Nossa proposta, portanto, é a de considerar uma FD que comporta os dizeres, e com eles, as ideologias que constituem o modo como se fala/faz a tradução no Brasil. A esta formação discursiva nomeamos FD da/sobre a tradução no Brasil, a qual, pela heterogeneidade, comporta posições-sujeito dissidentes em seu interior. Para efeitos de análise, também propomos outras quatro formações discursivas que se entrecruzam com a FD da/sobre a tradução no Brasil: a FD capitalista, a qual substituiu a FD feudalista como a FD dominante no processo de constituição dos sujeitos no mundo ocidental;<sup>44</sup> a FD da/sobre a

---

<sup>44</sup> Cabe novamente lembrar que as formações ideológicas se materializam nas formações discursivas, as quais formam um complexo com dominante (Pêcheux, [1975]1988, p.162, grifo nosso). A forma-sujeito dessa FD dominante organiza as demais formas-sujeito. Embora não seja o objetivo deste trabalho, cabe mencionar que, no mundo ocidental, a ideologia capitalista se difundiu de tal maneira que a forma-sujeito do capitalismo organiza as demais formas-sujeito. Para

literatura no Brasil, a qual abarca os modos de dizer/fazer literatura (nacional e estrangeira) no Brasil; a FD da/sobre política no Brasil, a qual comporta os dizeres/ideologias sobre a política governamental no Brasil; e a FD da/sobre língua no Brasil, que abrange os dizeres/ideologias a respeito da noção de língua nacional no país.

O material empírico que compõe o *corpus* para análise nesta pesquisa são textos escritos por Monteiro Lobato, tais como prefácios, posfácios, artigos, entrevistas, conferências e cartas, retirados das *Obras completas de Monteiro Lobato* ([1948]1950, 1955, 1959, 2007), – principalmente dos volumes *Cartas escolhidas* (1º e 2º. tomos); *A barca de Gleyre* (1º. e 2º. tomos), onde se encontra a correspondência de Lobato com Godofredo Rangel;<sup>45</sup> *Prefácios e entrevistas*; *Mundo da lua e miscelânea*; *Críticas e outras notas*<sup>46</sup> – além de partes de traduções realizadas por Lobato (*Caninos brancos*, de Jack London, em 1933; *Por quem os sinos dobram* e *Adeus às armas*, de Ernest Hemingway, em 1941 e 1942 respectivamente). A partir da leitura dos volumes das *Obras completas de Monteiro Lobato* citados, efetuamos recortes discursivos, recolhendo sequências discursivas (SDs) nas quais Lobato expressou o seu pensamento sobre a atividade tradutória. O recorte em AD se refere à unidade discursiva, ou seja, ao fragmento que apresenta a correlação entre linguagem e situação (Orlandi, 1984, p.14). Nas palavras de Caldas:

o recorte é um processo que procura destacar uma unidade de sentido que se relaciona com as questões ou perguntas do dispositivo analítico escolhido pelo analista. O resultado desses recortes constitui então um *corpus discursivo* no qual o analista se debruça, investigando o processo de produção de sentidos em sua relação com a historicidade, procurando compreendê-lo dentro do dispositivo teórico da AD (2009, p.49).

Uma vez que a tradução tem estreita relação com língua e literatura, recortamos também sequências discursivas (SDs) nas quais Lobato faz referência

---

um estudo mais detalhado, ver, por exemplo, Gadet & Pêcheux, *A língua inatingível: o discurso na história da linguística* ([1981]2004), onde os autores discutem a mudança de sujeição (ou seja, a alteração da forma-sujeito) do feudalismo para o capitalismo.

<sup>45</sup> José Godofredo de Moura Rangel (1884-1951) foi um escritor e tradutor mineiro que escreveu sobre a cultura e a história de seu estado. Como Lobato, formou-se bacharel em direito e oscilou entre a vida literária e as funções jurídicas. Seu livro de maior sucesso foi *Vida ociosa* (1920), mas é mais conhecido por ter mantido uma assídua correspondência com Monteiro Lobato por cerca de 40 anos, tendo sido publicadas as cartas de Lobato em *A barca de Gleyre*, em dois volumes, nas *Obras completas de Monteiro Lobato* (1948).

<sup>46</sup> Este volume foi lançado pela Brasiliense somente em 1965, 17 anos após a morte de Lobato, complementando as *Obras completas de Monteiro Lobato*.

à língua e à literatura no Brasil. As SDs foram recortadas após a identificação de todas as referências aos assuntos acima citados. A outra parte do *corpus* discursivo é composta por SDs recortadas das traduções mencionadas.

Por meio da análise das SDs em questão, procuramos compreender o funcionamento discursivo e, com ele, a constituição da posição-sujeito tradutor, observando a construção de discursos consoantes e dissidentes que constituem a forma lobatiana de pensar/fazer a tradução. Apresentaremos nos anexos apenas textos completos de onde foram recortadas as SDs referentes ao pensamento tradutório de Monteiro Lobato abordadas no corpo desta tese.

Optamos por estudar a prática e o pensamento tradutórios de Monteiro Lobato não apenas como forma de dar destaque a uma figura extremamente importante no cenário político, ideológico e cultural brasileiro, mas também para dar continuidade ao trabalho desenvolvido no mestrado, já citado, e em artigos publicados,<sup>47</sup> nos quais abordamos a prática de Lobato sob um viés cultural, procurando mostrar o quanto a postura de Lobato como tradutor, apesar das críticas que a ele são feitas (ver, por exemplo, as considerações de Agenor Soares em *À Margem das Traduções*, 2007), foi coerente com as posturas político-ideológicas pelas quais ele orientou sua trajetória no cenário cultural brasileiro. Neste trabalho, por outro lado, tencionamos abordar também os momentos de tensão do sujeito, corroborando a proposta da AD que defende ser a contradição própria do sujeito e do discurso. Ao procedermos dessa forma, acreditamos estar também contribuindo para a ampliação dos caminhos de pesquisa no campo dos estudos da tradução, bem como do conhecimento sobre a prática tradutória no Brasil.

Para melhor compreendermos como se deu parte da constituição da formação ideológico-discursiva da/sobre a atividade tradutória no Brasil, abordaremos brevemente a atividade tradutória desde a chegada dos portugueses, em 1500, até a primeira metade do século XX, momento histórico em que Lobato expressou suas concepções sobre a atividade tradutória e realizou suas traduções. A seguir, passaremos para as análises de sequências discursivas (SDs) retiradas do material acima citado, no qual Lobato discutiu a produção e a publicação de traduções no Brasil, o que tinha relação direta com o seu pensamento sobre o

---

<sup>47</sup> Campos, Giovana Cordeiro (2008, 2009).

Brasil, a literatura no país e a língua falada no Brasil. Por fim, analisaremos como os processos de assimilação e resistência se materializaram também nas traduções de Lobato.

#### 4.1

##### **A práxis tradutória e política no Brasil**

Como se sabe, os portugueses que chegaram ao Brasil em 1500 precisaram estabelecer um canal de comunicação com os habitantes nativos, os quais foram chamados de índios, uma vez que os portugueses pensavam ter chegado às Índias. Se, em um primeiro momento, só era possível aos portugueses tentar se comunicar por mímicas, a seguir, no intuito de conseguirem uma comunicação mais eficiente, optaram por deixar na terra recém descoberta um degredado, Afonso Ribeiro,<sup>48</sup> para aprender a fala dos indígenas. Ribeiro foi o primeiro tradutor em língua oral, ou “língua”, como eram chamados os intérpretes da época, e a ele seguiram-se outros degredados e também náufragos na mesma função, sendo a tradução oral a primeira modalidade de tradução praticada no Brasil. Como era grande o interesse dos portugueses em explorar a terra e seus habitantes, os línguas passaram a ter grande importância, sendo considerados na época os “senhores da fala” pelos índios e os “grandes línguas” pelos colonizadores. O conhecimento das línguas indígenas poderia significar um meio de sustento ou até mesmo uma forma de preservar a vida; foi o caso de dois franceses capturados pelo governador Tomé de Souza, o qual, em 1551, deixou de enforcar os prisioneiros porque um era um grande língua e o outro, ferreiro, ambos considerados trabalhadores muito úteis. (ver Wyler, 2003, p.37)

Os povos indígenas que habitavam o Brasil colônia eram ágrafos e falavam línguas e dialetos distintos, sendo culturalmente diferentes entre si. Seriam 102 grupos de línguas de três ramos linguísticos – o tupi, o macro-gê e o aruaque – cuja diversidade aponta para o bilinguismo e até o plurilinguismo e, portanto, para a prática da tradução oral (interpretação) entre os grupos bem como para a existência de línguas francas (Wyler, 2003, p.31). Essa prática na colônia, a

---

<sup>48</sup> Afonso Ribeiro foi um criado acusado de ter cometido assassinato em Portugal e condenado ao degredo na expedição de Pedro Álvares Cabral às Índias. No Brasil, ficou conhecido como “Caramuru” (fazedor de fogo) e se casou com uma nativa (Barbosa e Wyler, 1998, p.326).

princípio, servia basicamente para facilitar o processo de exploração da nova terra: extração da madeira e, posteriormente, lavoura de exportação. O que importava para os colonizadores era adquirir conhecimento sobre a nova terra para melhor explorá-la.

O modo como a tradução era praticada, contudo, veio a se transformar enormemente a partir de 1549, ano da chegada dos jesuítas, cujo objetivo era religioso – converter os índios em cristãos – e político – tornar os índios súditos da monarquia portuguesa. Com o intuito de doutrinar os índios, os jesuítas aprenderam algumas das línguas usadas no Brasil, não mais precisando da intermediação dos línguas. O missionário jesuíta João de Azpilcueta Navarro foi o realizador da primeira tradução escrita na colônia, *A suma da doutrina cristã na língua tupi*, alterando a condição do português de língua-meta para língua-fonte. Alguns anos depois, José de Anchieta escreveu a *Arte da gramática na língua mais usada na costa do Brasil*, abordando o nheengatu, uma das mais faladas línguas da colônia. O trabalho dos jesuítas colaborou para a disseminação do nheengatu, que chegou a ser a língua mais usada no Brasil naquele período.

Também a partir de meados do século XVI, aos dos dois grandes grupos culturais mencionados – portugueses e índios – veio somar-se um terceiro grupo – o dos africanos, e com eles mais uma gama de outras línguas e dialetos, como o nagô e o ioruba. Entretanto, o negro que chegava ao Brasil era obrigado a aprender tanto o português quanto o tupi. Os jesuítas não ficaram indiferentes às línguas africanas, uma vez que saber também essas línguas era útil para o trabalho de catequese. Outros povos europeus também frequentaram as terras brasileiras – espanhóis, franceses, holandeses e ingleses – e contribuíram para aumentar o número de línguas faladas na colônia e, conseqüentemente, a necessidade de mediação para que a comunicação fosse possível.

Foi também no século XVI que começaram a chegar os livros e teve início o processo educacional no Brasil. A função de educar foi dada aos jesuítas e as missões tinham como objetivo formar sacerdotes para exercer a catequese na colônia. Na prática, o ensino para os índios se destinava à evangelização, enquanto os brancos, filhos das elites coloniais, desfrutavam do ensino preparatório para a entrada em universidades européias. As línguas usadas nas escolas eram o português, o latim e o nheengatu, sendo a última a usada no

cotidiano; o português chegou a desaparecer em algumas regiões (ver Wyler, 200, p.55 e 62).

Até a chegada da família real em 1808, era expressamente proibida a impressão de livros na colônia, o que levava à circulação clandestina de manuscritos. No caso dos jesuítas, estes copiavam a mão todo o material de ensino, contudo, aos poucos foram conseguindo importar livros, alguns até ilegalmente, vindo a formar bibliotecas. Eram rigorosamente controlados todos os textos usados na evangelização e no ensino nas escolas, fossem manuscritos ou livros, originais ou traduções. Como nada podia ser impresso na colônia, quaisquer obras deveriam ser enviadas para publicação na metrópole, onde eram submetidas à rigorosa censura.

Além de começar a ser praticada no universo da escrita e não mais por náufragos e degredados, mas por padres, com objetivos religiosos e políticos, a prática da tradução, com a chegada dos jesuítas, também passou a ser utilizada como método de aprendizagem das grandes obras, as quais tinham sido originalmente escritas em latim ou traduzidas para essa língua.

Até o século XVI, as poucas traduções realizadas no Brasil mantiveram-se como descrito acima, à exceção das traduções realizadas pelo poeta barroco Gregório de Matos (1633-1669) de Gôngora e Quevedo, as quais, segundo Paes, podem ser consideradas “paráfrases ou imitações” e, portanto, configuravam “traduções adaptativas” (1990, p.12). Assim sendo, não é incorreto pensar que a orientação da prática da tradução se baseava predominantemente nos preceitos religiosos de manutenção da palavra de Deus no caso da produção dos jesuítas, até mesmo pela censura que era aplicada a todos os textos produzidos no período. Em outras palavras, justamente pelo fato de as traduções se destinarem à evangelização, havia a preocupação em não possibilitar uma interpretação herética dos textos.

Apesar de muitos dos jesuítas serem espanhóis e, portanto, terem contribuído para que o castelhano também se fizesse presente no ambiente educacional, foi também por meio dos jesuítas que a cultura francesa se instalou no Brasil. O padrão de ensino em Portugal já imitava o molde francês desde o reinado de D. João II (1502-1557); além disso, a Universidade de Coimbra, destino de muitos membros da elite brasileira colonial, teve inspiração na Universidade de Paris. Assim, no Brasil colonial predominava o modelo cultural

português e, por seu intermédio, o francês, o qual viria a se tornar predominante no Brasil até a primeira metade do século XX. Se culturalmente a França dominava a colônia, em termos econômicos era a Inglaterra que exercia seu poder sobre Portugal, condição que se reproduziu no Brasil, sobretudo a partir da vinda da família real em 1808.

Importante destacar que, mesmo na metrópole, a língua portuguesa só recebeu uma padronização em 1534. Além disso, não havia ali se estabelecido como língua nacional até 1779 – antes disso, era o latim a língua da religião e das mensagens diplomáticas; as traduções do latim para o português eram feitas em sua maioria para fins religiosos; e os textos profanos eram lidos nas línguas de origem. Conseqüentemente, foi só quase trezentos anos depois do achamento do Brasil, que o ensino do português tornou-se obrigatório nas escolas de Portugal. Esse movimento de fortalecimento da língua nacional na metrópole portuguesa acompanhava as transformações políticas operadas na França, as quais incluíam uma luta entre o poder real e o poder religioso. Como reflexo dessa luta, os jesuítas portugueses se prenderam ao respeito à palavra de Deus, usando as línguas presentes na colônia (tupi, língua geral, nheengatu, português etc.) como meio de expansão e manutenção do poder da Igreja.

A postura jesuítica de defesa do poder da Igreja levou à sua expulsão do Brasil, por meio da instituição do Diretório dos Índios pelo Marquês de Pombal em 1759. Essa lei não apenas extinguiu as missões jesuítas como proibiu o uso de outro idioma que não fosse a língua portuguesa. Os índios, por exemplo, deveriam passar a usar sobrenomes portugueses. Nas palavras de Bethania Mariani:

Institucionaliza-se, assim, A língua portuguesa com SUA memória de filiação ao latim. O Diretório [dos Índios] busca colocar em silêncio a língua geral e seus falantes [...] não se fala em português-brasileiro. Ele não existe aos olhos da metrópole, ou, se existe, precisa ser corrigido, melhorado, reformatado de acordo com os moldes gramaticais portugueses. (Mariani, 2004, p.33, grifos da autora)

Se a dominação do conquistado não se faz apenas pela força militar, mas também pela imposição da língua, o silenciamento das línguas nativas em prol do uso único da língua da metrópole pode ser visto como uma forma de aculturar os conquistados e calar a resistência. Seja como for, estava lançada a semente da língua portuguesa da metrópole como língua oficial do Brasil. Porém, como afirma Beatriz Caldas, em sua tese *Discursos sobre/de tradução no Brasil*:

*línguas e sujeitos*, “provavelmente muito ficou [dos ensinamentos dos jesuítas], da ambiguidade que sempre geraram no trato com o gentio, cujas almas desejavam ardentemente salvar, mas cuja cultura nem por isso deixaram de destruir” (2009, p.68-69). Seguindo esse raciocínio, é provável que o modo de traduzir dos jesuítas – com a fidelidade à palavra divina, preservando-a, e o objetivo de se comunicarem com os nativos, transmitindo-a, tenha se mantido na colônia.

Cabe ressaltar que as bibliotecas no Brasil colônia, inclusive as que foram formadas pelos jesuítas, já na época da partida dos mesmos, apresentavam um número bastante superior de obras francesas ou de traduções indiretas, cuja base era a língua francesa (Wyler, 2003, p.56). Nas palavras Joaquim Nabuco, em fins do século XIX: “o Brasileiro [...] lê o que a França produz. Ele é, pela inteligência e pelo espírito, cidadão francês [...] vê tudo como pode ver um parisiense desterrado de Paris” (*apud* Paes, 1990, p.10).

Um ponto marcante para o desenvolvimento da atividade tradutória no Brasil foi a vinda da família real portuguesa em 1808. Como se sabe, o rei de Portugal, D. João VI, estava pressionado de um lado pelas ameaças napoleônicas e, de outro, pelos interesses econômicos da Inglaterra, o maior inimigo de Napoleão. Este buscava impor a Portugal a adesão ao Bloqueio Continental, uma forma de sufocar comercialmente as ilhas britânicas, enquanto a Inglaterra lhe oferecia proteção em troca de livre comércio com a colônia. A dependência econômica de Portugal à Inglaterra prevaleceu e o rei D. João VI aceitou a proposta britânica. Frente ao ataque iminente das tropas de Napoleão, a corte portuguesa fugiu às pressas para o Brasil.

Ao chegar ao Brasil, a corte portuguesa encontrou cidades sem saneamento básico, ruas mal-iluminadas e repletas de lixo, animais e urubus, e habitantes que se auto-denominavam “portugueses”, “ser das minas”, “ser bahiense” etc., nunca “brasileiros”. Ou seja, não havia um sentimento de unidade nas novas terras. A estimativa é que viviam no Brasil de 1808 cerca de três milhões de pessoas, sendo que, desse total, um milhão seriam escravos e oitocentos mil, índios (ver Laureano Gomes, 2007). Com a chegada do Rei, a colônia começou a ver-se, de certo modo, unificada e vivenciou um rápido crescimento urbano. Já em 1808, os portos brasileiros foram abertos, o que pôs fim à restrição ao comércio, e foi criada a Impressão Régia, o que permitiu que obras pudessem ser publicadas na colônia, ainda que com duras restrições, já que

também foram nomeados os primeiros censores na colônia. Cabe dizer que somente em 1821 teria fim a censura prévia no país (Frota, 2006, p.102). De qualquer forma, pela primeira vez teve-se a permissão para imprimir, divulgar e fazer circular livros, fossem originalmente escritos em língua portuguesa ou para ela traduzidos. Porém, isso se deu de forma limitada: se por um lado deu-se grande impulso ao desenvolvimento urbano e comercial, o mesmo não aconteceu com o setor de livros. A função primordial da Imprensa Régia era publicar os atos do governo; além disso, havia a censura e o alto custo do papel – que perduraria até a década de 1930 – levando a indústria editorial de língua portuguesa a se estabelecer em Londres e Paris.

No limitado espaço para a publicação de livros, foram traduzidos romances célebres ou sentimentais de origem francesa ou inglesa (os últimos por meio da tradução indireta do francês ou do espanhol) e compêndios didáticos e paradidáticos para uso nas recém criadas instituições de ciência e de ensino superior. Em 1811, na Bahia, foi inaugurada a primeira concorrente da Imprensa Régia e, na década seguinte, já se via um aumento de títulos, bem como da variedade das obras (Frota, 2006, p.105). Todavia, a França confirmava sua força no cenário cultural brasileiro exportando livros e abrindo várias livrarias no Brasil (Wyler, 2003, p.84).

Enquanto isso, após a derrocada da empreitada napoleônica em 1815, surgiram em Portugal movimentos políticos que visavam libertar o país do controle britânico e reforçar o poder português nas colônias. O fato decisivo foi a Revolução Liberal do Porto, em 1820, a qual determinou o retorno da corte a Portugal em 1821. O príncipe D. Pedro de Alcântara, entretanto, decidiu permanecer no Brasil na condição de Príncipe Regente. Embora as diversas camadas políticas do Brasil tivessem objetivos diferentes, em sua maioria discordavam da política portuguesa de colonização. Com a chegada ao Rio de Janeiro de decretos que determinavam o retorno de D. Pedro a Lisboa, a obediência das províncias a Portugal e a extinção dos tribunais do Rio de Janeiro, as forças políticas brasileiras se viram divididas basicamente em dois pólos: o partido português, que defendia os interesses de Portugal, e o partido brasileiro, que, com a colaboração dos liberais, passou a agir pela independência. O resultado das inquietações políticas foi a Independência do Brasil, promulgada por D. Pedro IV, agora D. Pedro I do Brasil, em 1822, dando início ao que se chamou de 1º.

Reinado. A independência política, entretanto, não significou uma alteração na estrutura social e econômica do Brasil; esta continuava escravista e tinha como principal atividade econômica a agricultura, sendo o café o principal produto de exportação naquele momento.

Em 1821, termina a censura imposta à importação de livros e à publicação de traduções e obras originais, o que gerou um aumento no número de tipografias até 1890. A França continuava a manter seu domínio cultural: era o país que mais exportava livros para o Brasil, bem como o que mais abria livrarias (entre elas a Garnier Frères e a B.L. Garnier, ambas em 1844). Nesse período, teve início a profissionalização dos tradutores, mas os livros nacionais continuavam caros devido ao alto custo do papel. Eram os livros importados, portanto, que mais circulavam no Brasil, sendo as traduções feitas para o português de Portugal, ainda muitas vezes a partir de traduções francesas. Além disso, livros, jornais e revistas franceses passaram, com a invenção dos barcos a vapor, a chegar ao Brasil cerca de quinze a vinte dias após seu lançamento na Europa.

Por todo o século XIX até a primeira metade do século XX, houve um grande número de missões artísticas, científicas e literárias francesas que colaboraram para a formação de estabelecimentos de ensino e pesquisa no Brasil (Wylér, 2003, p.60). Por meio das traduções, os movimentos culturais e políticos franceses e ingleses (estes por meio de traduções francesas com frequência) chegavam ao Brasil e influenciavam os costumes, as posturas políticas, a produção literária e a realização das traduções. Paes (1990) denomina este movimento de “surto” da influência francesa, que “para o bem e para o mal, enfermaria a literatura brasileira até o modernismo de 22” (*ibidem*, p.15). Essa “influência” se fazia sentir não apenas na escrita original dos autores brasileiros, mas também nas traduções, “onde poetas franceses [...] ombreiam os de outros países – o inglês Byron [entre outros] – cuja poesia só lhes tornou acessível [...] através de traduções francesas” (Paes, 1990, p.15). Desse destino, nem Lobato, no século XX, iria escapar: ele leu Nietzsche e Dickens em francês.<sup>49</sup> Apesar de a língua portuguesa ter sido escolhida como língua nacional pela Assembléia Constituinte de 1823, era a língua francesa que predominava na elite brasileira. A

---

<sup>49</sup> Em cartas de 1904 e 1906, Lobato escreveu a Rangel: “Há muito quero insistir em Nietzsche [...] não há Nietzsches nas livrarias desta Zululândia. Estes me vieram da França” (Lobato, 1955a, p.65-66, grifo nosso) e “Tenho lido alguma coisa – *Miss Harriet, Fors l’Honneur* (Margueritte) Ridder Haggard e Dickens – este em francês” (Lobato, 1955a, p.143, grifo nosso).

língua francesa chegou a concorrer com a língua portuguesa e o tupi para a escolha da língua nacional do Brasil, o que demonstra a forte presença da língua e, com ela, da ideologia francesa no Brasil em 1823.

O Brasil também importou da França seu modo de traduzir. Nos séculos XVI e XVII, predominava na França o anseio de dominação das outras culturas da Europa, o que teve seus efeitos na prática tradutória realizada naquele país – a cultura e a língua francesas deveriam ser reverenciadas e preservadas por possuírem qualidades próprias (Milton, 1993, p.56). Assim, a tradução deveria ter como objetivo proporcionar ao leitor francês o “mesmo” efeito do original, porém de modo que prevalecessem os valores franceses. Assim, as estratégias utilizadas eram as omissões, acréscimos, modernizações, adequações, enfim, alterações no texto de acordo com o gosto francês.<sup>50</sup> Era o tempo das chamadas *belles infidèles*, as quais eram orientadas para a produção de textos que agradassem aos leitores do contexto receptor. Desse modo, tanto a tradução palavra-por-palavra (*word-for-word*) quanto a tradução sentido-por-sentido (*sense-for-sense*) deveriam ser evitadas em prol de uma tradução em que os costumes greco-latinos fossem adaptados à alta sociedade francesa, com a devida adequação dos comportamentos dos personagens às suas posições sociais (ver Rolim, 2006, p.52). Nicolas Perrot d’Ablancourt foi um dos principais defensores desse modo de traduzir, o qual, segundo ele, poderia melhorar o original (ver Myriam Salama-Carr. French translation. In. Mona Baker (ed.) *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, 1998, p.411). A mesma prática, a mesma estratégia tradutória, viria a se estabelecer no Brasil, resultante de outras motivações.

Entre as muitas modas francesas exportadas para o Brasil, destacam-se os romances-folhetins, os quais atingiram grande popularidade no Velho Mundo e em terras brasileiras. Segundo Hallewell (1985), a expansão e o estabelecimento do romance como gênero dominante se deu na França, no final da década de 1830, com autores como Balzac e Dumas pai, entre outros (p.139). Quanto aos jornais, ao passarem, como na Inglaterra, a depender da publicidade para obtenção de maiores lucros, se viram forçados a aumentar a circulação. Para tanto, passaram a publicar a ficção em série, ou o *roman-feuilleton*, em francês, que se tornou prática generalizada em 1836. Novamente via França, a novidade chegou aos

---

<sup>50</sup> Ver também a dissertação de mestrado de Lia Jucá Rolim, intitulada *Práticas de tradução no ocidente: uma retrospectiva histórica* (2006).

jornais brasileiros já em 1839 e logo conquistou o público. Vários periódicos – como o *Diário do Rio*, o *Jornal do Comércio* e o *Correio da Tarde*, para citar alguns – publicavam folhetins franceses traduzidos para a língua portuguesa. Como afirma Pina Coco, no artigo “Traduttore, traditore: as traduções brasileiras dos romances-folhetins na imprensa carioca do século XIX” (2005), “Paris ainda é o centro cultural da Europa, lançador das modas, e o chique definitivo é parisiense. O jornal, veículo do momento, permite à distante província viver o burburinho francês, e em 1867 suspiram por Rocamboles,<sup>51</sup> unificadas moçoilas parisienses e cariocas...” (p.84).

O gênero teve tanto sucesso que escritores nacionais, muitos de renome, se dedicaram à tradução dessas obras, tendo alguns deles inclusive tentado implantar o gênero na literatura nacional, como José de Alencar e Machado de Assis. Ainda que predominasse um analfabetismo em massa, a publicação dos folhetins nos jornais representou, ainda que pequena, uma ampliação do número de leitores e a inclusão de novos segmentos, como as mulheres e as crianças.

Como nos mostra Lenita Esteves, no artigo “A tradução do romance-folhetim no século XIX brasileiro” (2003), os romances-folhetins eram considerados uma literatura de “gosto duvidoso” e, portanto, de segunda categoria, porém, de grande sucesso financeiro na Europa (p.136). O mesmo panorama se repetiu no Brasil, inclusive no que se referia ao hábito de assinar os textos com pseudônimos, artifício usado para que se pudesse “escrever literatura ‘de segunda’ sem comprometer um idealismo de um trabalho dedicado à literatura ‘de primeira’” (Esteves, 2003, p.137). Essas circunstâncias contribuíram para que a tradução também fosse desprestigiada, vista como atividade menor.

Foi a publicação dos romances-folhetins que colaborou para que se alterasse sobremaneira a prática da tradução no Brasil. Se na colônia predominavam as traduções de textos religiosos e com estes o respeito ao texto-fonte, o Brasil independente experimentou, principalmente com o advento dos folhetins, a tradução como fator para aumentar o público-leitor: foi o ávido interesse dos leitores de jornais a mola propulsora para uma produção cada vez mais veloz de traduções; os folhetins precisavam ser publicados em língua portuguesa no Brasil quase que simultaneamente à publicação dos respectivos

---

<sup>51</sup> Romance-folhetim de Ponson du Terrail, publicado na França e traduzido para o público brasileiro.

originais na Europa. Os resultados foram diversos: casos em que o tradutor fazia concessões ou mudava a narrativa para agradar aos leitores, outros em que o atraso da chegada dos originais ou problemas de interrupção em sua produção faziam com que os tradutores se vissem obrigados a continuar eles próprios as histórias. Há, por exemplo, o caso do famoso *Rocamboles*, já citado, cujo atraso na chegada ao Brasil dos originais fez com que o tradutor, Souza Ferreira, continuasse a história, inclusive matando alguns personagens. Com o restabelecimento da regularidade de entrega do original, Ferreira teve de “ressuscitar” personagens para que a obra pudesse ter a continuidade do original (Esteves, 2005, p.138). Como salienta Esteves, “entra em jogo, neste ponto, a questão de a obra literária transformar-se em objeto de consumo, estando sujeita às leis de mercado. E a tradução começa a fazer-se necessária nesse momento em que aumenta a demanda de textos por parte do público” (2003, p.140). Infelizmente, um efeito colateral da rapidez da execução das traduções foi a falta de preocupação com a qualidade das mesmas.

O pioneiro das traduções de romances-folhetins no Brasil foi Justiniano José da Rocha,<sup>52</sup> o qual também escreveu histórias originais (Hallewell, 1985, p.140). A tradução dos romances-folhetins no Brasil se pautava pelo modelo de tradução francês, o das *belles infidèles*, já citado, que permitia, como vimos, a manipulação do texto-fonte por meio de omissões, acréscimos, adequações etc., como ilustra o depoimento de Rocha:

Será traduzida, será imitada, será original a novela que ofereço, leitor benévolo? Nem eu mesmo que a fiz vô-lo posso dizer. Uma obra existe em dois volumes, e em francês, que se ocupa com os mesmos fatos; eu a li, segui seus desenvolvimentos, tendo o cuidado de reduzi-los aos limites de apêndices, cerceando umas, ampliando outras circunstâncias, traduzindo os lugares em que me parecia dever traduzir, substituindo com reflexões minhas o que me parecia dever ser substituído; uma coisa só tive em vista, agradar-vos. (*apud* Esteves, 2003, p.142, grifos nossos)

---

<sup>52</sup> Justiniano José da Rocha nasceu no Rio de Janeiro em 8 de novembro de 1812. Como era tradição na época, fez seus primeiros estudos em Paris, onde conheceu os romances-folhetins. Regressou ao Brasil em 1828 para matricular-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1833, formado Bacharel em Direito, regressou ao Rio de Janeiro onde não apenas advogou, mas também lecionou línguas, geografia e história no Colégio Pedro II, e direito, na Escola Militar. A partir de 1836, lançou sucessivos jornais e começou a atuar como tradutor de folhetins literários. Faleceu, no Rio de Janeiro, a 10 de julho de 1862.

Percebemos que não havia qualquer preocupação em respeitar o texto-fonte. Além disso, há que se ressaltar que também não havia a proteção dos direitos autorais no Brasil. Nessas circunstâncias, não era de se estranhar a falta de cobrança em relação ao trabalho de tradução.

Politicamente, o século XIX compreende um período em que o Brasil vivenciou disputas diversas e alterações no sistema de governo. O Primeiro Reinado teve fim com a abdicação de D. Pedro I em 1831, dando início ao Segundo Reinado, com D. Pedro II como imperador. Uma vez que este era ainda uma criança, foi criada a Regência, que durou até a antecipação da maioridade de D. Pedro II em 1840. Seu governo vigorou de 1840 a 1889, quando foi proclamada a República.

Durante a primeira regência, várias disputas políticas tiveram lugar no Brasil. Além de várias revoltas, como a Cabanada, movimento que defendia o retorno de D. Pedro I ao poder, liberais que haviam colaborado para a deposição de D. Pedro I se dividiram entre uma maioria que apoiava a manutenção do sistema monárquico e uma minoria que defendia a implantação da república. D. Pedro II, atento ao fato de que, na prática, eram os senhores agrícolas que detinham o poder, aliou-se a eles, sobretudo à elite nordestina, tendo a preocupação de construir ferrovias e possibilitar a aquisição de maquinário, conseguindo, dessa maneira, desenvolver economicamente o país ao mesmo tempo em que mantinha seu poder.

Entretanto, continuavam as lutas internas, alimentadas também pelas mudanças ocorridas no Velho Mundo. Na Europa, havia o ideário da igualdade entre os homens e do fim da escravidão. Além disso, a Inglaterra vivia o segundo momento da Revolução Industrial e pressionava o governo brasileiro a usar empregados assalariados em vez de escravos para abrir mercado a seus produtos. Para evitar um possível conflito com a Inglaterra, D. Pedro proibiu o tráfico de escravos em 1850, o que dificultou a aquisição de mão-de-obra pelos fazendeiros brasileiros. A imigração entrava em cena como forma de suprir a mão-de-obra escrava; porém, somente após revoltas internas os fazendeiros concordaram em pagar um valor mensal aos trabalhadores; era o início do trabalho assalariado e da elite burguesa cafeeira no sudeste. No nordeste, por outro lado, permanecia o ideário escravocrata. Frente à pressão de movimentos internos, a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea em 1888 (D. Pedro estava no exterior), a qual punha um fim

na escravidão. Com esta lei, a monarquia conseguiu irritar a mesma elite nordestina que a sustentava no poder. D. Pedro II tivera problemas também com a Igreja e o Exército; em 1872 ordenou a prisão de religiosos que se recusaram a suspender punições administradas a bispos que apoiavam a maçonaria. Apesar de ter perdoado os religiosos, a relação do rei com a Igreja jamais foi a mesma. Com o exército, além de promessas não cumpridas, era comum o uso de punições disciplinares a oficiais militares, o que os desagradava. Por fim, o sistema monárquico não mais atendia às novas formas de pensamento que circulavam no Brasil, entre as quais o positivismo francês de Augusto Comte, o qual teria grande impacto na colônia, uma vez mais demonstrando o poder das ideologias francesas nos movimentos políticos brasileiros.

Em 15 de novembro de 1889, caiu o regime monárquico e foi proclamada a República do Brasil, chefiada pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Nosso objeto de pesquisa – Monteiro Lobato – nasceu em 18 de abril de 1882, poucos anos antes da proclamação da República. O momento era de valorização do homem e de uma visão prática da vida, e a extinta monarquia não partilhava esses valores. A frase “Ordem e Progresso”, que foi estampada na bandeira da mais nova república, foi extraída da fórmula máxima do positivismo: "O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim". A frase, além de remeter ao desenvolvimento do país, estava de acordo com o objetivo dos militares de organização máxima do país.

Entrava em cena a chamada República Velha, que iria durar até 1930, com a subida ao poder de Getúlio Vargas. Cabe ressaltar que todos os presidentes civis da república nesse período eram bacharéis em direito e, com exceção de Epitácio Pessoa, formados pela Faculdade de Direito de São Paulo, a mesma que Lobato frequentara a partir de dezembro de 1895. Em um primeiro momento, estabeleceu-se o Governo Provisório, que, entre outras coisas, separou oficialmente o Estado e a Igreja e transformou as províncias em estados, nomeando seus respectivos governadores. O Governo Provisório terminou com a promulgação da primeira Constituição da República, em 1891, fortemente inspirada na Constituição dos EUA. Durante o governo dos militares, na chamada República da Espada (1889-1894), predominou o receio de uma restauração da monarquia. Posteriormente, foi o coronelismo que se fez presente, com a hegemonia de governadores dos estados – a chamada República Oligárquica (1894-1930).

A República Oligárquica teve início com a saída de Floriano Peixoto e representou o retorno das oligarquias agrárias ao poder; era o tempo da chamada política do café-com-leite, em que o poder se dividia basicamente entre Minas Gerais e São Paulo. Nessa época, não havia partidos políticos nacionais, sendo a carreira política exercida dentro de partidos estaduais, como o Partido Republicano Mineiro (PRM) e o Partido Republicano Paulista (PRP). Predominava uma ideologia capitalista liberal, embora houvesse também oposição. Entretanto, a política dos estados tentava impedir a entrada dos opositores, uma vez que os representantes populares eram escolhidos mediante pactos entre os governos federal e estaduais. Em geral, os candidatos precisavam do apoio dos líderes políticos locais – os Coronéis, senhores agrícolas que detinham o poder, inclusive porque a maioria esmagadora da população era rural. Havia a chamada "Comissão de Verificação de Poderes", um órgão do Congresso Nacional que fiscalizava o sistema eleitoral e não permitia a posse de políticos eleitos que não apoiassem a Política dos Estados.

Entre as muitas causas do declínio da República Velha estão a urbanização e a industrialização do país, as quais geraram muitos conflitos sociais. De fato, o início do século XX, sobretudo as décadas de 1920 e 1930, vivenciou uma proliferação de ideologias, as quais procuravam entender como deveria ser o “homem novo”, o papel do Estado e a sociedade (D’Araujo, 2000, p.7). Desde a revolução soviética de 1917 e a I Guerra Mundial, uma nova ordem mundial havia começado a tomar forma. No Brasil, duas doutrinas, esquerda e direita, de maneira diversa, defendiam a fortificação do Estado. O liberalismo continuou tendo lugar, porém em sua forma modificada, incluindo a defesa das liberdades individuais e da iniciativa privada. Predominou, entretanto, o mito do Estado Forte, com a defesa do intervencionismo estatal (*ibidem*, p.8). O “novo” para as doutrinas de direita seria “um sistema de produção que sobrepusesse os interesses da nação aos das classes, dos indivíduos e dos grupos econômicos através da ação direta do Estado” (*ibidem*, p.10). Assim, caberia ao governo regular as atividades do cidadão, bem como promover o desenvolvimento, fomentando o espírito de nacionalidade: “nacionalismo constituiria a Nação” (*ibidem*, p.13). Esse pensamento viria a moldar toda a estrutura do Estado Novo (1937-1945). A crise de 1929 também colaborou para que o Brasil buscasse desenvolver uma indústria para suprir as próprias necessidades.

Um dos mais importantes movimentos culturais do Brasil ocorreu na República Velha – a Semana de Arte Moderna de 22, a qual originaria o Modernismo brasileiro. Como vimos, os ideais de civilidade já vinham sendo importados de modelos europeus desde a Independência, mas a Semana de 1922 daria novos contornos ao projeto de fortalecimento da cultura nacional. Segundo Arosa (2008), “ainda que influenciados por doutrinas de estética europeias, os participantes do evento tinham como objetivo criar um espaço de destruição dos velhos conceitos e das velhas formas de escrever, pintar, esculpir etc.” (2008, p.3). O cerne da discussão era como ler a influência estrangeira sem se submeter a ela e como privilegiar os valores nacionais sem recair no idealismo romântico. As transformações sócio-culturais pretendidas, entretanto, somente chegariam no governo de Getúlio Vargas (1930-1945).

Em 1928, pouco antes dos eventos que levariam Vargas à presidência da república, Oswald de Andrade lançou seu “Manifesto Antropofágico”, no qual, entre outras coisas, conseguia fugir da imagem do índio idealizado, apresentando um índio mais primitivo. Nas palavras de Arosa:

A idéia de uma cultura que se desenvolve engolindo outras, tal como faziam os índios [...] produz [...] o significado [...] de arrancar a cultura nacional da sua submissão à dominação externa e de devorar a cultura estrangeira num processo de transformação, nacionalizando-a a partir do contato com os elementos nativos. (2008, p.4)

Essa discussão passava também pela questão da língua, sendo que já circulavam ideias de separação entre a língua portuguesa de Portugal e a língua portuguesa do Brasil, uma das principais bandeiras de luta também de Monteiro Lobato. Em realidade, ele e os modernistas se aproximavam e se distanciavam em muitos aspectos: porém, o famoso evento entre Lobato e a pintora Anita Malfati iria definir para os intelectuais da época a posição de Lobato como anti-modernista.

O período posterior a 1930 trouxe uma grande ampliação do mercado editorial brasileiro, conhecido inclusive como o “boom editorial da década de 1930 no Brasil”. A partir das iniciativas de Lobato para aumentar a distribuição de livros no país, outras editoras se lançaram ao mesmo propósito, o que também impulsionou a produção de traduções e a profissionalização da profissão de tradutor literário no país (Paes, 1990, p.25). Houve também um significativo aumento qualitativo e quantitativo do público leitor. O grande inovador foi

Monteiro Lobato, cujo primeiro grande passo editorial foi comprar a *Revista do Brasil*<sup>53</sup> em 1917, usando e ampliando consideravelmente sua rede de distribuição para difundir seu primeiro livro assinado, *Urupês*. A partir daí, organizou a Monteiro Lobato e Companhia em 1919 e, com o sucesso da mesma, importou as primeiras componedoras monotipo de São Paulo, reorganizando a empresa como Companhia Gráfica-Editora Monteiro Lobato. Devido à crise de 1924, na qual foi deposto o governador do estado, Lobato se viu forçado a liquidar a firma, o que ocorreu em 1925. No mesmo ano, com o apoio do sócio Octalles Marcondes Ferreira, criou a Companhia Editora Nacional.<sup>54</sup> O sucesso desta se faria presente durante toda a década de 1930 e a de 1940, mesmo após a morte de Lobato, em 1948 (Campos, 2004, p.136-141). Além de sua importância para o aumento do alcance das obras literárias – originais e traduções – no país, entre as muitas inovações lobatianas estavam: o aumento dos pontos de venda de livros; a publicação de obras de autores desconhecidos, incentivando um processo de renovação literária; o investimento em traduções diversas, pagando valores mais justos aos tradutores; o pagamento adiantado pelas obras dos escritores; a realização de ampla propaganda dos livros em jornais, revistas e outros meios de comunicação; o uso de capas coloridas para chamar a atenção do público; e o lançamento do próprio padrão de publicação, o que permitiu a redução de custos e dos preços de venda dos livros (Campos, 2004, p.136-141).

A República Velha findou-se em 1930, ano em que Julio Prestes, candidato do Partido Republicano Paulista à presidência, venceu a eleição com 57,7% dos votos. A chapa derrotada era a da oposição (a Aliança Liberal), a qual tinha como candidatos Getúlio Vargas e João Pessoa. Contudo, a Aliança Liberal

---

<sup>53</sup> A *Revista do Brasil* foi criada em 1916 e tratava-se de um periódico paulista de circulação mensal. Em seus primórdios, tinha como característica a publicação de artigos, contos e outras produções voltadas para uma ideologia nacionalista. Entre os muitos intelectuais que contribuíam para a revista, destaca-se Monteiro Lobato, o qual viria a comprar o periódico em 1917 e mantê-lo em circulação até 1925, quando sua empresa Monteiro Lobato e Cia foi à falência. O periódico, então, foi adquirido por Assis Chateaubriand, tendo sido relançado em 1926 e mantido até 1927 e, depois, relançado em 1938 com publicação até 1944. Em 1984, a revista ressurgiu com Darci Ribeiro, tendo encerrada sua publicação em 1990.

<sup>54</sup> A Companhia Editora Nacional foi fundada por Monteiro Lobato e Octalles Marcondes Ferreira na década 1920. A crise da bolsa de 1929 atingiu vários empresários, dentre os quais Monteiro Lobato, o qual, para saldar dívidas, vendeu suas ações da C.E.N. a Octalles, passando este a ser o real dirigente da empresa. O escritor, entretanto, continuou atuando na empresa como tradutor e revisor de traduções. Na década de 1970, após a morte de Octalles, tentativas de venda e algumas confusões legais, a C.E.N. virou propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, tendo sido adquirida em 1980 pelo Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas, que mantém o selo até hoje (Campos, 2008, p.6).

se uniu aos tenentes e a outros militares e, juntos, usaram o assassinato de João Pessoa como motivo para a montagem de um golpe civil-militar destinado a impedir a posse de Prestes, instaurando um governo provisório no país chefiado por Vargas. Por quatro anos, vários projetos políticos entraram em conflito: de um lado, os militares defendiam um governo centralizado e a resistência à reconstitucionalização do país; de outro, os civis almejavam a reconstrução do país nos moldes liberais. Em meio a um cenário tão conturbado, houve um confronto entre militantes da Frente Única Paulista e tenentes em maio de 1932, o qual fomentou a ideia de um movimento armado contra o governo Vargas: a Revolução de 1932 (Souza, s/d, p.35). O movimento foi derrotado por Vargas e, em 1934, foi promulgada uma nova Constituição Brasileira, a qual viria a sofrer grandes críticas do próprio Vargas, culminando com o golpe de 1937, quando foi instaurado o Estado Novo.

O golpe não significou uma ruptura, mas sim a consolidação de um processo de repressão que já vinha acontecendo desde o golpe de 1930. Um marco decisivo para a implantação do Estado Novo foi o Levante Comunista, em 1935, o qual foi liderado por comunistas reunidos em torno da Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma frente de esquerda comandada pelo Partido Comunista Brasileiro e que tinha como presidente Luís Carlos Prestes. A ANL foi posta na ilegalidade em 1935, mas continuou atuando no cenário político brasileiro. Naquele momento, o comunismo já passava a ser um problema para o governo (D'Araujo, 2000, p.17). O Levante, também chamado de Intentona pelas forças armadas, representava uma ameaça ao poder de Vargas, uma vez que defendia a implantação de um governo popular e revolucionário. Foi decretada, então, a Lei de Segurança Nacional (LSN) para que os comunistas fossem presos e julgados. Devido à dimensão do Levante, nos dois anos que precederam o golpe o Brasil viveu sob estado de sítio ou de guerra, tendo sido suspensas as liberdades constitucionais; havia ainda o Tribunal de Segurança Nacional, criado em 1936, “uma instância excepcional concebida para julgar os crimes contra a nação” (*ibidem*, p.17). Fortalecia-se a repressão e a perseguição aos que se opunham aos ideais do governo; a imprensa vivia sob intensa censura, muitos jornalistas, políticos e intelectuais se viram obrigados a deixar o país para não serem presos; foram formadas comissões de ensino para combater o comunismo nas escolas: “o silêncio estava imposto” (*ibidem*, p.22). Apesar da política social de atenção ao

trabalhador e da criação de sindicatos, os sindicalistas que concorressem a cargos de importância tinham que apresentar um atestado de ideologia, fornecido pela polícia, provando que não estavam ligados a ideologias contrárias às do governo (*ibidem*, p.54).

Durante o Estado Novo (1937-1945), eram promovidas grandes manifestações patrióticas, cívicas e nacionalistas. Os apelos patrióticos também eram incentivados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o qual apoiava a publicação dos mesmos na imprensa e nos livros didáticos. Ao mesmo tempo, contudo, o DIP efetuava a censura a todos os veículos de imprensa, incluindo o rádio. Dessa forma, o órgão assegurava o apoio da imprensa ao projeto nacionalista governamental, punindo os rebeldes, inclusive com a desapropriação de seus bens. Por outro lado, vários projetos desenvolvidos por progressistas e membros da esquerda foram contemplados, sendo que muitos intelectuais chegaram a atuar como assistentes ou funcionários de políticas empreendidas pelo governo. Dentre eles podemos citar Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade<sup>55</sup> e Manuel Bandeira (D'Araújo, 2000, p.34). Governo e muitos intelectuais compartilhavam a idéia de um projeto cultural autônomo e a construção de uma nova identidade nacional. Porém, para aqueles que ousavam apontar os problemas e criticar o governo, restava à perseguição. O próprio Lobato foi detido em 1940 após enviar uma carta ao presidente criticando a postura governamental frente à questão do petróleo. Economicamente, a política desse período também se mostrava controversa, uma vez que, pouco a pouco, o país se americanizava, ao mesmo tempo em que se tornava nacionalista e avesso à abertura de seus mercados (*ibidem*, p.40). A forte censura também teve como resultado um aumento do número de traduções, uma vez que muitos escritores

---

<sup>55</sup> Além da atividade literária como poeta, Carlos Drummond de Andrade, por exemplo, construiu uma estável carreira como funcionário público de 1930 a 1960. Uma das funções exercidas por Drummond foi a de chefe de gabinete do ministro de Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em pleno Estado Novo. De acordo com Marcelo Bortoloti, em reportagem para a revista *Veja* de 7 de julho de 2010 (p.102-104), essa situação era bastante conflituosa e incômoda, o que gerou um pedido de demissão (não aceita) em 25 de março de 1936. As cartas, discursos e relatórios de Drummond estão nos arquivos do Palácio Gustavo Capanema, da Fundação Getúlio Vargas e da Casa Rui Barbosa no Rio de Janeiro. De acordo com Bortoloti, Drummond preparava os discursos de Capanema e procurava atender ao pedido de intelectuais (ele teria tido participação decisiva, por exemplo, na contratação de Graciliano Ramos como inspetor de escolas; na entrada de João Cabral de Mello Neto na parte administrativa do governo; na alocação de recursos para um hospital na Bahia, a pedido de Jorge Amado; e no pagamento do coro “orfeão de professores” de Heitor Villa-Lobos).

nacionais estavam silenciados.<sup>56</sup> Em 1937 foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL), cujos objetivos incluíam a “edição de obras literárias julgadas de interesse para a formação cultural da população, a elaboração de uma enciclopédia e um dicionário nacionais e, finalmente, a expansão, por todo o território nacional, do número de bibliotecas públicas” (Fundação Getúlio Vargas *apud* Arosa, 2008, p.9). No período de 1938 e 1939, a educação dos jovens se tornou uma preocupação nacional e sua formação deveria privilegiar o civismo e a língua nacional: o português. Foi então proibido o ensino de línguas estrangeiras e o português se tornava a língua oficial das cerimônias públicas, inclusive as não oficiais. A nacionalização da educação implicava o controle dos currículos e das atividades estudantis: “A escola nacionalizada e monitorada pelo governo seria a porta de entrada para a nacionalidade, a homogeneidade nacional e o controle de tendências exógenas que pudessem advir da multiculturalidade” (D’Araujo, 2000, p.38). O impulso educacional dessa época colaborou para o aumento do número de leitores e, conseqüentemente, para a ampliação do mercado livreiro.

A implantação de governos autoritários não era uma característica brasileira apenas. Na Itália, desde a década de 1920, era o facista Mussolini quem exercia o poder, enquanto na Alemanha havia o nazismo de Hitler desde 1933. Embora houvesse proximidades ideológicas entre o governo de Vargas e o nazifacismo, o autoritarismo no Brasil teve feições próprias, tanto que não havia um sistema unipartidarista. Na década de 1940, o Brasil mantinha estreitas relações comerciais com a Alemanha; além disso, o Brasil possuía várias colônias de imigrantes alemães no sul do país, sem falar nos adeptos do regime nazifacista dentro e fora do governo. Entretanto, ciente do jogo político internacional, Vargas negociou o rompimento com as forças do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) durante a II Guerra Mundial em troca do financiamento pelos americanos da construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Anos antes, os EUA já haviam substituído o estilo expansionista agressivo pela chamada “política da boa vizinhança”, na tentativa de restituir a confiança global, principalmente das nações latino-americanas. Ainda em 1940, foi oficializada a criação de uma agência para assuntos estratégicos diretamente subordinada ao governo dos EUA com sede no Rio de Janeiro (Garcia, s/d, p.52). Em 1942, o DIP passou a servir

---

<sup>56</sup> O mesmo ocorreu no período ditatorial das décadas de 1960 e 1970 (Ver Filho, 2002).

também à propaganda Norte-Americana no Brasil. Um dos programas de maior sucesso e alcance, o “Repórter Esso”, era patrocinado pela *Standard Oil*, a companhia norte-americana contra a qual Lobato tentou lutar por anos em defesa do petróleo nacional. A atuação do *bureau* norte-americano se estendeu até 1946, o que colaborou intensamente para que as ideologias americanistas se fixassem no Brasil: “o Tio Sam havia chegado de vez por aqui” (Garcia, s/d, p.55). A aliança com os Estados Unidos também seria o início da derrocada do Estado Novo (Souza, s/d, p.38). Em 1945, Vargas foi afastado do poder pelos mesmos militares que o apoiaram em 1930. Ele iria, porém, retornar por voto direto e “nas mãos do povo” em 1950.

## 4.2

### **O projeto ideológico de Monteiro Lobato: uma análise discursiva**

Nesta seção, analisaremos sequências discursivas recortadas do amplo material deixado por Lobato a respeito da produção e publicação de traduções no Brasil com o intuito de estudar mais detalhadamente os movimentos de assimilação e resistência desse sujeito-tradutor.

Como já mencionado, uma vez que o material deixado por Lobato é muito extenso, para investigar o pensamento de Monteiro Lobato, recolhemos textos publicados em suas obras completas ([1948]1950, 1955, 1959, 2007), procurando realizar os recortes tendo como foco a atividade tradutória e os assuntos a ela relacionados, como língua, literatura e o Brasil. Nesse sentido, optamos por recortar sequências discursivas de referência (SDRs) que dizem respeito a esses assuntos e que consideramos mais significativas para nossos propósitos analíticos. O aspecto cronológico (de 1904 a 1948) não foi focado de maneira mais restrita devido ao fato de Lobato não ter organizado seu pensamento a respeito de tradução, língua e literatura em textos teóricos propriamente ditos. O pensamento de Monteiro Lobato sobre a atividade tradutória, assim como relativo a outros tópicos, encontra-se disperso no vasto material deixado por ele. Há somente um texto, no caso artigo, em que ele se propõe a falar diretamente sobre a tradução: “Traduções” (Lobato, 1950, p.125). Seu pensamento, portanto, encontra-se disperso, em várias décadas, nas diversas cartas, conferências, prefácios, posfácios, artigos e entrevistas publicados, a partir dos quais se pode depreender

um projeto ideológico de renovação do cenário literário, linguístico e industrial do Brasil.<sup>57</sup>

Como já abordado por outros estudiosos, Monteiro Lobato deixou uma vasta gama de publicações nas quais podemos encontrar as posições ideológicas por ele assumidas em relação a assuntos diversos, desde a exploração do petróleo à tradução, nosso foco de interesse. Parte desse material tem sido citada em estudos sobre o Lobato escritor/editor/tradutor,<sup>58</sup> outra parte, como as várias metáforas, não citadas, e usadas para abordar a tarefa tradutória, ainda merece maior atenção. Este trabalho pretende apresentar outra leitura para dizeres lobatianos já trabalhados, bem como trazer para os Estudos da Tradução dizeres e metáforas desse tradutor para se referir à tradução que ainda não se fizeram presentes em estudos da área. A linha de análise será a resposta do sujeito Lobato ao seu processo de assujeitamento sob a forma da resistência ou da assimilação nos termos abordados no capítulo anterior.

O termo *resistência* para se referir à prática tradutória de Lobato não é inédito, já foi usado na dissertação de mestrado intitulada *For Whom the Bell Tolls, de Ernest Hemingway e suas traduções no contexto brasileiro* (2004), já citada, na qual abordamos o perfil revolucionário de Lobato, salientando sua posição de deslocado<sup>59</sup> em sua própria pátria, haja vista as lutas referentes à língua nacional, à liberdade de expressão, ao desenvolvimento econômico do país, entre muitas outras; lutas essas que chegaram a colocá-lo na prisão; e por John Milton em seu ensaio “The Resistant Political Translations of Monteiro Lobato” (2006). Salientamos, porém, que não foi objetivo desses trabalhos desenvolver um estudo mais detalhado de como esse “pensador” e agente da tradução atuou discursivamente, ou seja, não foi meta desses estudos investigar as marcas materiais das lutas do sujeito na forma da resistência e da assimilação. Além

<sup>57</sup> Ver, por exemplo, *Obras completas de Monteiro Lobato*, [1948]1955; *Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida*, 2000, de Marisa Lajolo; *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*, 1998, de Carmen L. Azevedo *et alii*; *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*, de Alice Mitika Koschima, 1982; *Preseça de Lobato*, 1981; *For whom the bell tolls, de Ernest Hemingway, e suas traduções no contexto brasileiro*, 2004, de Giovana Campos; *Monteiro Lobato: o tradutor*, 2002, Denise R. Mendes.

<sup>58</sup> Ver trabalhos como os de Denise Mendes (2002); Giovana Cordeiro Campos (2004, 2008, 2009); Milton e Euzebio (2004); John Milton (2006); Dayse Arosa (2009); Sabrina Martinez (2008); Maria Clara Castellões de Oliveira (2006), Adriana Silveira (2001) para citar alguns dos trabalhos no campo dos estudos da tradução que lidam com a prática tradutória de Monteiro Lobato.

<sup>59</sup> Ver nota 65.

disso, por tudo o que foi exposto até aqui, sustentamos que uma análise mais profunda do discurso pode, entre outras coisas, trazer à tona posições ideológicas que diferem ou mesmo chegam a ser contrárias ao que se supõe defender conscientemente. São as marcas de filiações ideológicas (des)conhecidas do sujeito que, de tempos em tempos, contribuem para a alteração das mesmas instâncias que o assujeitam.

#### 4.2.1

#### Brasil “colônia” e literatura no Brasil

Monteiro Lobato dedicou grande parte de sua vida ao desenvolvimento do Brasil. Ele considerava o país por demais dependente da Europa, sobretudo de Portugal e da França, os modelos culturais de sua época, e acreditava que a única solução era uma verdadeira independência do país, ou seja, não bastava uma independência política; eram necessárias também a independência cultural e a econômica. Esse pensamento tomava espaço em suas reflexões desde jovem. Em 1923, Lobato publicou um pequeno volume intitulado *Mundo da lua* com pensamentos da adolescência que ele escrevera em um diário.<sup>60</sup> A partir desse volume, decidiu prosseguir o velho diário, reunindo pensamentos diversos para uma futura publicação que acabou não ocorrendo. Em 1948, Edgar Cavalheiro reuniu no volume 10 das *Obras completas de Monteiro Lobato*, intitulado *Mundo da lua e miscelânea* (1948), o livro de 1923, as impressões não publicadas de Lobato e alguns artigos variados. Entre os muitos assuntos abordados por Lobato na juventude, encontramos o que ele intitulou “colonialismo”:

Somos um povo de mentalidade colonial. Nascemos colônia e até agora só conquistamos a independência política. Econômica, espiritual, mental e cientificamente, continuamos colônia. Damo-nos pressa em adotar tudo quanto vem das varias metrópoles que nos asseguram pelo barbicacho – Paris, Berlim, Nova York, Londres. Mal surge entre nós uma criação original, olhamo-nos desconfiados uns para os outros, incapacitados de formular juízo até que das metrópoles venha o placet. (Lobato, 1950, p.102, grifos nossos)

Toda a sua literatura, seu modo de traduzir, suas ações, suas publicações como autor, editor e tradutor foram motivados também pela vontade de que o Brasil se afirmasse como nação independente – o que, segundo ele, só poderia ser

<sup>60</sup> Em carta de 1909 a Rangel, Lobato comentou sobre o diário da mocidade: “E do meu diário eu poderia extrair um volumezinho”. (Lobato, 1955b, p.252)

conseguido a partir de uma mudança radical de “mentalidade”. Era a busca de um Brasil por si, que poderia (e deveria), sim, observar os exemplos positivos das metrópoles estrangeiras, mas sob um olhar próprio, seu. E esse olhar, como veremos adiante, envolvia a evolução da língua do colonizador e o desenvolvimento de uma literatura e indústria próprias. As perseguições sofridas por Lobato nos mostram o quanto ele estava à frente de seu tempo e ao mesmo tempo dissonante das forças políticas e ideológicas dominantes em vários aspectos.

Muitos autores classificam Lobato como pré-modernista, enquanto outros o colocam em posição antagônica ao Modernismo que se instaurou no Brasil a partir da Semana de Arte Moderna de 1922. Neste trabalho, optamos por considerar que Lobato compartilhava de muitos dos ideais modernistas, como, por exemplo, a defesa de uma literatura brasileira, com temáticas da terra, e o não abandono dos referenciais estrangeiros, mas a sua releitura por meio dos valores nacionais. Nesse sentido, em sintonia com o que foi exposto no capítulo anterior, poderíamos ponderar que Lobato tinha em comum com os modernistas a atuação como o “mau sujeito”, num movimento de contra-identificação que, no decorrer do tempo, culminou em um processo de desidentificação, no qual houve o surgimento de uma formação discursiva “de tipo novo” (o nacionalismo como modelo político, literário e cultural) sendo a posição-sujeito dominante substituída pelo que antes era uma posição-sujeito periférica. Entretanto, cabe ressaltar que os caminhos seguidos por Lobato e pelo Modernismo não foram totalmente coincidentes, haja vista, por exemplo, o famoso artigo de Lobato criticando Anita Malfati e a resposta posterior de Mário de Andrade, textos que acabaram por definir a posição de Lobato, pelo menos naquela época, como anti-modernista.

Não podemos perder de vista, como abordado na seção 4.1, que o Brasil do início do século XX vivia um momento de grandes agitações políticas e ideológicas que foram causa ou resultado de eventos como a eclosão da I Guerra mundial, do processo de urbanização do Brasil, da tumultuada sucessão de Epitácio Pessoa, da organização de novas camadas sociais, do surgimento do Partido Comunista, do despontar do Movimento Tenentista, só para citar alguns. Naquele momento, o nacionalismo, anteriormente visto com suspeita ou como algo meramente utópico, tornou-se o movimento ideológico capaz de dar conta de tamanhas alterações na ordem mundial, pelo menos no mundo ocidental. Além

disso, se nos séculos anteriores foram as ideias, a religião e/ou o poderio militar os agentes capazes de alterar o *status quo*, a partir do século XX outra perspectiva se fortalece e acaba por se estabelecer como força-motriz: o desenvolvimento econômico. Com toda a ebulição política, econômica, cultural, ideológica e industrial da década de 1920, o nacionalismo ganhou força e, por meio de seus interlocutores, começou a desestabilizar a maneira como a língua, o povo, e a cultura brasileiros eram significados no país.

A discussão sobre a formação de uma cultura nacional não era nova. Nas palavras de Arosa, tal discussão começara “um século antes, com a independência, e trazia à tona a contradição entre a maciça importação dos modelos literários e teatrais europeus e o ideal de uma cultura nacional que buscasse suas origens entre os elementos singulares da nossa realidade” (2009, p.3). Cabe ressaltar, contudo, que o nacionalismo como solução efetiva (e não apenas utópica) para os problemas de um Brasil “independente” somente tomou força na década de 1920, não sendo, portanto, a prática dominante. Assim, embora não fosse o único a professar tal ideário, percebemos em Lobato um assujeitamento ideológico “às avessas”, como dizia Pêcheux, uma vez que há uma contra-identificação do sujeito com a posição-sujeito prevalente, que, neste caso, ainda era a de uma submissão do país às ideologias estrangeiras de dominação.

Voltando ao processo de formação do Brasil, podemos pensar em uma formação discursiva da/sobre a pátria como cópia do Velho Mundo, repetição de Portugal e, portanto, repetição da França, pois, como vimos, as ideologias francesas nos chegaram via Portugal para aqui se fixarem. É preciso lembrar que, no início do século XX, Paris era a metrópole cultural do mundo. Os ideais franceses foram a tal ponto assimilados no Brasil (e no mundo ocidental, vale acrescentar) que, mesmo depois da proclamação da República, eram esses mesmos valores que ditavam a moda, os gostos e até o falar. Se observarmos a própria correspondência lobatiana, vemos que muitas de suas cartas são construídas com o uso de palavras francesas. Isso nos diz muito, nos diz que o “falar” dos brasileiros, pelo menos da elite, era moldado pela cultura francesa. Analisando as formulações de Lobato à luz do arcabouço teórico da Análise do Discurso francesa, temos um meio de perceber a existência de uma memória discursiva, um já-dito, que constitui o sujeito de modo a fazê-lo adotar/repetir os

mesmos valores que conscientemente desejava subverter, um dos pontos focais desta tese. O próprio Lobato comenta o assunto em carta a Rangel de 1943:

Lembra-se de como enxertávamos francês na nossa correspondência? Mudamos até de língua, parece incrível! Hoje andamos a “morar” na língua inglesa, que naquele tempo bem pouco sabíamos [...] Mudamos muito, ambos. (1955b, p.351, grifos nossos)

Esse “enxertar francês” era bem típico da época, o que já vinha acontecendo desde a publicação dos folhetins no século XIX, como já abordado. Aos poucos, o Brasil foi se tornando colônia cultural da França, o que era válido também, como veremos adiante, para a produção e tradução literárias.

Em carta a Rangel de 1914, o jovem Lobato persiste na sua ideia de que o Brasil nega a si próprio, sobretudo pelo comportamento das elites que não valorizam as coisas da terra, copiando incessantemente os modelos franceses. Nesse sentido, mesmo o ato da leitura deveria ser repensado; afinal, o modo de ler do brasileiro também estava determinado pela forma francesa de ler, como já afirmava ao mesmo Rangel em 1907:

(...) entre os olhos dos brasileiros cultos e as coisas da terra há um maldito prisma que desnatura as realidades. E há o francês, o maldito macaqueamento do francês. (Lobato, 1955a, p.362, grifos nossos)

A nossa análise está aparelhada com medidas francesas, decimais – um sistemazinho decimal de idéias. Não pode, pois, não tem jeito, não consegue dar idéia das coisas russas. (Lobato, 1955a, p.195)

O “prisma” a que Lobato se referia era o modo de pensar francês, “esse modo decimal”, certinho, de princípio, meio e fim da literatura francesa, o qual havia sido assimilado de tal forma que tanto o público leitor em geral quanto o intelectualizado estavam acostumados à temática e à forma literária francesas. Podemos pensar em uma FD de/sobre literatura no Brasil cuja posição-sujeito prevalente estaria em consonância com o modelo francês de literatura. O sujeito Lobato, desdobrado em posições-sujeito, se contra-identifica com esse modelo de leitura que lhe chega pelo interdiscurso da FD correspondente; o sujeito resiste ao modelo dominante.

Para Lobato, era preciso que os intelectuais se voltassem para o Brasil, sua história, suas coisas, para formar uma literatura autóctone, que, em sua opinião,

nos faltava; uma literatura verdadeiramente nacional. Em carta de 1909 a Heitor, seu cunhado, Lobato escreve:

Heitor, [...] Falou-me da tua literatura pouco prática, que menospreza as coisas boas de Santos, entre as quais avulta o português empanzinado de brusquidão e contos de réis. Você precisa escrever exaltando as excelsas qualidades da Colônia Portuguesa do Brasil – isso é que é literatura adequada aos paladares que saboreiam a Tribuna. (Lobato, 1959b, p.99, grifos nossos)

Assim, a melhor maneira de escrever era tomar como tema as “qualidades” nacionais. Em consonância com esse pensamento, o qual ainda era dissonante da prática literária do início do século, Lobato decidiu entender o país, buscando refletir a respeito de suas características e formação. Em 1916, escreveu a Rangel: “Agora que ando com o espírito voltado para as coisas nossas, envergonho-me do pouco que possuo de obras nacionais de história. Que desleixo!” (1955b, p.75, grifos nossos). O “pouco” a que ele se referia era também o pouco existente. Como vimos, quase tudo o que se tinha em termos de literatura estava em francês ou traduzido a partir do francês. Era esse o “desleixo”, dele e dos governantes, dele e dos demais representantes da intelectualidade brasileira, dele e dos brasileiros. O ponto de exclamação também é materialidade desse processo de resistência.

O descontentamento e, portanto, o movimento de contra-identificação desse sujeito específico com as forças ideológicas dominantes crescia à medida que o Lobato-empresário se desenvolvia. Cada vez mais, Lobato sentia o quanto o Brasil estava atrasado e dominado pelas culturas e economias estrangeiras. Em 1918, ele já havia vendido sua fazenda em Buquira e usado o capital para comprar a *Revista do Brasil*. Entrava em cena um outro movimento de sujeição, no qual o sujeito estava fortemente assujeitado pela ideologia capitalista – Lobato passou a ser empresário e, como tal, necessitava pensar em formas de manter o seu negócio. Desta feita, percebemos o funcionamento de um processo de interpelação ideológica bem sucedido, no qual o sujeito se identifica com a forma-sujeito universal da formação discursiva capitalista; é a figura do “bom sujeito” capitalista, que busca também o lucro financeiro com seus negócios. Para dar forma a nossa observação, basta tomarmos muitas de suas cartas em que Lobato comenta o seu sucesso editorial. Dois exemplos são a carta de 1907 a Rangel e a

de 1948 ao neto Rodrigo; em ambas podemos notar o assujeitamento bem sucedido pela FD capitalista:

Outro revoltante defeito que noto em você é a falta de ambição monetária [...] Há muito pobre cuja ambição de enriquecer já é uma inapreciável riqueza. Eu, por exemplo, sou um mísero promotor de 300\$ por mês, mas meço as minhas ambições por alqueires. Bati nesse ponto o próprio Rockefeller. Como é bom desejar ardentemente! Ambicionar! [...] Varre com as idéias medíocres e deseja! (Lobato, 1955a, p.187, grifos do autor)

[...] você vai ler todos os outros [...] e irá verificando que seu avô, como diz a Emilia, é um danadinho para escrever histórias que toda gente compra. A grande coisa é esta: produzir coisas que o mundo compra, porque se o mundo não compra a gente fica a chupar o dedo, com o bolso sempre vazio. (Lobato, 1959c, p.268)

Fórmula máxima do capitalismo: desejar, ter, ambicionar, comprar, acumular. Isso não significa dizer que o papel de Lobato para a alteração do modo de pensar que predominava no Brasil no campo editorial tenha sido mero resultado de sua incursão, planejada ou não, no capitalismo. O ponto que defendemos aqui é que, uma vez que consideramos que o sujeito empírico pode ser entendido como uma dispersão de posições-sujeito, uma das muitas posições-sujeito assumidas por Lobato ao se tornar sujeito-escritor e sujeito-editor está em consonância com o sujeito universal de uma FD capitalista, sendo este um dos muitos fatores que motivaram sua entrada no mundo das letras e, sobretudo, no mundo da iniciativa privada.

Retornando à sua luta contra a inércia econômica do Brasil, em 1918, Lobato escreveu ao amigo Theofilo Siqueira sobre sua experiência de ir a uma feira industrial em São Paulo:

Nós não temos certeza do nosso futuro, de uma sobrevivência como povo. Assistimo-nos morrer. Cada dia que se passa deperece mais um bocado. Aparentemente esse decair é insensível – insensível como a marcha do ponteiro grande dos relógios. Mas um secreto mal-estar nos avisa disso. Daí a tristeza indefinível de todos neste país. De todos os que pensam e sem querer observam. Pois não é de entristecer, aqui em S Paulo, vermos acentuar-se cada vez mais a vitória do estrangeiro? Ontem fui à exposição industrial e saí entenebrecido. Dois expositores brasileiros! Dois só! O que o português fez com o aborígene, fazem hoje os nossos adventícios com os descendentes do português. Alijam-nos dentro de nossa própria casa – com o auxílio de brasileiros governantes, inconscientes, abrigado a eles. Os aspectos tristes dos Urupês [...] vem disso, certamente. Sem

intenção alguma, sem parte-pris [sic]<sup>61</sup> de minha parte, esse estado dalma geral ali se refletiu. É a razão da boa acolhida que tem tido o livro. Acolhida muito maior do que poderia esperar. Já vendi 2800 exemplares em pouco mais de 3 meses e já cuido de uma 3ª. edição de mais 4000. Veja você, caro Teófilo, quanto isto é significativo... O segredo do livro é esse: interpretar fielmente um sentimento vago, indefinível, mas geral. (Lobato, 1959b, p.174,175, grifos nossos)

Várias questões merecem destaque na SD acima – nela podemos perceber as diversas tomadas de posição do sujeito, ora assimilando valores, ora resistindo a eles, dependendo das FDs que o assujeitavam. Como vimos no capítulo 3, a formação discursiva – FD – é a materialização de uma formação ideológica que, no caso da SD acima, refere-se a uma FD do/sobre o Brasil que abarca como posição-sujeito dominante a aceitação valores estrangeiros como modelo. A FD determina o que pode e deve ser dito, mas também abriga o seu contrário, o que não pode e não deve ser dito. Na década de 1920, a do SD em questão, a posição-sujeito dominante era a que considerava ter valor apenas o que vinha da Europa, o que englobava os modelos políticos, literários, comportamentais e científicos. O sujeito Lobato aqui estava interpelado pela FD do/sobre o Brasil cujo interdiscurso dizia que os brasileiros “deveriam”<sup>62</sup> consumir os produtos estrangeiros. Lobato vai contra esse pensamento ao duvidar que o Brasil pudesse sobreviver como nação politicamente independente se continuasse a consumir tudo o que vinha de fora – daí dizer que não podíamos “sobreviver como povo”.<sup>63</sup> O sujeito, então, fala do lugar do “não pode e não deve ser dito”, caracterizando o “mau sujeito”. Continua na mesma formação ideológica e, portanto, na mesma FD ao dizer “a vitória do estrangeiro?”, cujo ponto de interrogação reforça o *status* de “mau sujeito”, daquele que resiste ao modelo dominante, daquele que se encontra

<sup>61</sup> A palavra francesa está escrita erradamente; ela deveria ter sido grafada *parti pris*. Como as cartas foram transcritas, sem que uma pesquisa mais profunda sobre a questão seja feita não temos como saber se o próprio Lobato escreveu assim, se era uma tendência da época escrever dessa forma ou se foi apenas um erro de transcrição. Contudo, independentemente da resposta aos questionamentos acima, permanece o uso de uma palavra francesa por um intelectual que defendia um uso nacional da língua.

<sup>62</sup> De agora em diante, os verbos “dever” e “poder” serão usados entre aspas remetendo ao conceito de formação discursiva formulado por Pêcheux (e citado no capítulo anterior) que afirma ser a FD aquilo que numa formação ideológica dada determina “o que pode e deve ser dito” (Pêcheux, [1975], 1988, p.160).

<sup>63</sup> Cabe refletir que Lobato não era contrário ao fato de se “olhar” o estrangeiro; apenas, para ele, esse olhar deveria ser moldado por/para os valores e interesses nacionais. Logo, sua admiração do *American way of life* não deve ser tomado como uma simples forma de submissão do Brasil aos EUA; para Lobato, o Brasil deveria se pautar na experiência bem sucedida dos EUA e se afirmar como nação independente. No entanto, como defendemos neste trabalho, pode haver grande diferença (ou até mesmo uma contradição) entre a vontade consciente do sujeito e o que ele efetivamente diz/faz.

dissonante da posição-sujeito dominante. Lobato continua sustentando o mesmo posicionamento ao dizer e repetir o número de expositores brasileiros: “Dois só!”. O uso da repetição com a adição do ponto de exclamação também materializa a revolta do sujeito e, portanto, aponta para um movimento de resistência. O sujeito sustenta sua posição criticando o governo, que, em sua concepção, deveria funcionar a favor da nação brasileira, e não de outras nações; o resultado é que “somos alijados” em nossa própria terra. Porém, como nem tudo é resistência, o sujeito se mostra afinado também com a posição-sujeito prevalente da FD da/sobre a língua no Brasil contra a qual pretendia conscientemente lutar: ele usa um termo do francês: “*parte-pris*”.<sup>64</sup> Esse suposto “deslize” aponta para a própria constituição do sujeito. Lobato fora constituído como sujeito pelo interdiscurso da FD da/sobre língua no Brasil; em outras palavras, identifica-se, sem perceber, com a mesma posição-sujeito que pretendia subverter – o “Outro” da memória do dizer também “fala” nele. Vemos aqui o funcionamento do interdiscurso, o já-dito, que está em consonância com o que “pode e deve ser dito” da FD em questão.

Todavia, o sujeito continua seu movimento e altera sua posição para tomar a forma do “mau sujeito”, agora no que diz respeito diretamente à literatura no Brasil. Estamos agora lidando com a FD da/sobre literatura no Brasil, sendo que esta FD se entrecruza com a FD do/sobre o Brasil, ambas com posições-sujeito dominantes que vêm no estrangeiro o modelo a ser seguido. Assim, se a literatura “deveria”, sob o escopo das FIs correspondentes, ser determinada por valores estrangeiros, o sujeito se contra-identifica, defendendo que a literatura nacional deveria ser pautada pelos valores domésticos, fortalecendo a dissidência na FD da/sobre literatura no Brasil. Esse estado de coisas, na percepção de Lobato, já estava presente, mas ainda latente, no pensamento dos brasileiros – era um “estado dalma geral” que foi refletido no livro e que podia explicar sua boa acolhida. O movimento do sujeito entre o complexo de formações discursivas com dominante contínua, e ele passa a falar também a partir da FI capitalista e sua FD correspondente, origem da necessidade de comentar seu sucesso editorial: vai preparar uma “3ª. edição”. Aqui, é o interdiscurso da FD capitalista que “fala” no sujeito; em outras palavras, a formulação lobatiana está em consonância com o que “pode e deve ser dito” dessa FD, comentar o lucro, o sucesso de vendas. Na

---

<sup>64</sup> Ver nota 61.

dispersão, o movimento de tomada de posição do sujeito tem continuidade, e o sujeito retoma a forma da resistência ao propor que a literatura retrate o embrionário sentimento da nação, a qual já começava a se incomodar com a invasão dos valores estrangeiros: “O segredo do livro é esse: interpretar fielmente um sentimento vago, indefinível, mas geral”; esse incômodo “geral” aponta para a dissidência no interior da FD da/sobre literatura no Brasil, num movimento que, posteriormente, levaria à alteração da forma-sujeito, num processo em que escrever sobre o país se torna o modelo, a posição-sujeito dominante pelo processo da desidentificação. Nesse momento, porém, como o modelo ainda era o estilo europeu, o movimento é de contra-identificação.

Em 1927, Lobato foi nomeado adido comercial pelo governo brasileiro e mudou-se com a família para os Estados Unidos da América. Se quando estava em solo brasileiro já sentia a força da América e admirava seu desenvolvimento, em solo americano se viu cada vez mais seduzido pelo *American way of life*, ou, nos termos da AD, o seu processo de sujeição às ideologias de origem norte-americana se acentuou. Para ele, o Velho Mundo parecia ultrapassado frente à potência da indústria norte-americana. Dentre os autores que leu, Henry Ford era o que mais admirava, tanto que chegou a traduzir e publicar textos dele pela Companhia Editora Nacional. Em visita a Nova Iorque, escreveu ao amigo Lino:

A minha aproximação com o Ford já tem valido. Inda agora me deram eles, como um presente ao Brasil, o conhecimento do novo processo de fabricar ferro lá inventado. É um assombro. Basta dizer que exige metade do calor exigido pelos altos fornos – o que derruba para metade o custo da produção do ferro. E ainda nos permite usar, como agente redutor, lenha, turfa, xisto, bagaço da cana, etc. em vez do coque que importamos a preços elevadíssimos. (1959b, p.209 grifos nossos)

Percebemos, a partir da SDRs, que Lobato começa o texto usando a 1ª. pessoa do singular, mas termina com a 1ª. do plural. Esse movimento o aproxima dos demais brasileiros – ele, Lino, o povo, todos necessitavam das novas tecnologias – formavam o “povo brasileiro”, que precisava de tantas coisas, daí o “nos”. Pela mesma razão, o presente dado a Lobato foi significado por ele como um “presente ao Brasil”, novamente, Lobato tomado como o povo brasileiro. Ao mesmo tempo, o “eu” da “aproximação com o Ford” é o “eu” do empresário, é o sujeito do capitalismo que necessita baixar os custos da produção. Percebemos, portanto, uma alternância de posições-sujeito, de acordo com a FD de onde ele fala: a FD

do/sobre o Brasil e a FD capitalista, que se entrecruzam. Na primeira, contra-identificação, ou, nos termos propostos nesta tese, resistência; na segunda, identificação e, portanto, assimilação. Ver de perto as novidades da América era também uma oportunidade de descortinar todo o subdesenvolvimento do país natal. Ao cunhado Heitor, escreveu em 1927 e 1928, respectivamente:

Eu, por mim, não sairia mais daqui, porque o Brasil torna-se grotesco visto de longe. [...] Só agora meço em toda a sua extensão o atraso infinito e a estupidez maior ainda da nossa gente. Somos África pura, meu caro Heitor. (Lobato, 1959b, p.204, grifos nossos)

Faça as malas [...] e venha desasnar-se [...] Venha perder o pêlo. Isso aí é puro Portugal, essa ignonímia à beira do mar plantada para infecção da Europa. Venha desportuguesar-se. Só daqui é que bem alcancei como o brasileiro é português. Não discuta, não pense [...] Se não fizer isso, risque-me das tuas relações para sempre. Não quero saber de parente português. Adeus. (Lobato, 1959b, p.250, grifos nossos)

E Lobato decide lutar contra essa “estupidez”; quer ampliar os horizontes de seu povo ao mesmo tempo em que almeja tornar-se um grande industrial do petróleo e do ferro. Quer um Brasil brasileiro, e não “português”, fosse na língua, na literatura, nos costumes. Cabe lembrar, entretanto, que não se tratava de americanizar-se, ou seja, de um mero deslocamento para o Novo Mundo do que outrora fora o Velho Mundo, ia além – era uma resistência ao “atraso infinito” do Brasil, resultado do interdiscurso da FD do/sobre o Brasil que colaborava para a perpetuação do Brasil como colônia da Europa pelo movimento ideológico da repetição de discursos instituídos.

Em 1940, Lobato ainda não havia sido preso por suas posturas ideológicas, contudo, o cerco já se apertava para aqueles que se opunham à política getulista do Estado Novo. A luta de Lobato, sobretudo a do petróleo e ferro, se deu também no campo das letras, com livros, artigos e envio de cartas, até para o próprio presidente da República (o que foi o estopim para que fosse preso). Em 29 de abril de 1940, o empreendedor frustrado escreveu ao interventor federal e amigo Fernando Costa no intuito de discutir o que posteriormente chamou de a “sabotagem do petróleo”:

Quando vim da América, veio comigo, no coração, um grande sonho: dedicar minha vida à campanha da solução do problema do ferro e do petróleo, que só na América percebi que eram fundamentais para a nossa economia. E passei dez anos no “maior combate da história”, quase sozinho, abrindo os olhos da nossa

gente com artigos de jornais, livros para a gente grande, livros para crianças, conferências. A coisa virou mania, fanatismo. Até o Dr. Getulio Vargas, no Catete, sofreu uma das minhas injeções hipodérmicas sobre o petróleo e o ferro. Ninguém acreditava nisso, e era preciso que todos acreditassem [...] a idéia central era dar petróleo ao Brasil para que ele se desencarngasse. (Lobato, 1959c, p.52, grifos nossos)

Foi ao entrar em contato com as formações ideológicas da indústria norte-americana e ser por elas interpelado de forma bem sucedida que Lobato tornou mais feroz sua luta pelo desenvolvimento do Brasil; “petróleo e ferro” eram a solução para que o Brasil pudesse evoluir como nação independente. O livro também seria uma arma ideológica para que esse pensamento se espalhasse; um pensamento novo, mas já desacreditado; afinal, havia relatórios afirmando a inexistência de petróleo no Brasil. Tais relatórios foram produzidos por técnicos norte-americanos, os quais defendiam os interesses de companhias petrolíferas como a importante *Standard Oil*. Esses relatórios eram, em última instância, a máxima do que “podia e devia” ser dito no Brasil sobre o assunto: do ponto de vista daquele mesmo país que Lobato julgava ser um modelo para Brasil não há petróleo no Brasil, o que se traduzia em: continuemos dependentes economicamente dos países estrangeiros (nesse caso, principalmente dos EUA). Tanto era assim, que a própria imprensa, em sua maioria, noticiava a inexistência do petróleo no país. Mas havia aqueles que resistiam e Lobato era um dos não se identificavam com a posição-sujeito dominante, mas com os dizeres da região periférica da FD do/sobre o petróleo no Brasil, na região do que não devia ser dito, na região da resistência. No caso dele, a existência do petróleo falava mais alto e com ela, por um lado, a possibilidade de desenvolvimento do país, por outro, o fortalecimento de um Lobato empresário e capitalista que passaria a atuar no sentido de tentar desestabilizar a posição-sujeito dominante: “era preciso que todos acreditassem”. O uso de “quase sozinho” também aponta para a postura subjetiva da resistência, corroborando a idéia anteriormente expressa de que era preciso outros “acreditarem” para que a mudança pudesse ser instaurada.

Como sabemos atualmente, a Petrobrás é uma das maiores empresas petrolíferas do mundo e novas reservas de petróleo são descobertas a cada ano no Brasil. Mas nas décadas de 1920, 1930 e 1940 era diferente. Mesmo não tendo conseguido alterar a ideologia em sua época no que tange ao Petróleo, não é incorreto dizer que seus ideais perpassaram gerações. Nesse sentido, cabe nos

perguntarmos quantas crianças ao longo de gerações leram *O poço do Visconde* (1937), livro escrito por Lobato para levar o assunto do petróleo ao público infanto-juvenil, escrito logo após o famoso *O escândalo do petróleo* (1936), que chegou a ser proibido por denunciar os problemas enfrentados por Lobato em sua tentativa de modernizar o país por meio da exploração de petróleo. Teriam algumas (ou muitas dessas crianças) sido constituídas pelo discurso lobatiano? Dito de outra forma, teriam algumas ou várias delas sido interpeladas a partir da posição-sujeito periférica da FD de/sobre o petróleo no Brasil a partir dos textos escritos por Lobato? Provavelmente sim, mas, como esse não é nosso objetivo principal neste trabalho, passemos adiante.

Seja como for, Lobato pensava tanto em se tornar um escritor quanto um empresário. O curioso é que o ramo editorial não era, a princípio, o modo de atingir o sucesso almejado. Em 1909, já casado com Purezinha e conhecedor da necessidade de fazer seu próprio sustento, Lobato escreveu ao amigo de correspondência Rangel:

[...] em vez de fazê-lo a nossa custa, procuraremos um editor. Há no Rio o Garnier. Quem sabe esse Garnier... Com boas cunhas, Rangel, acho que podemos interessar um editor. Só em caso contrário editar-nos-emos por conta própria. Minha idéia é que quem se edita por conta própria faz uma coisa anti-natural – como entre as mulheres ao parir pela barriga na cesariana. (Lobato, 1955a, p.242, grifos nossos)

Para aqueles acostumados com os trabalhos sobre Lobato que somente abordam a sua faceta da luta, parecem bastante interessantes os trechos grifados. Pelo menos quando era mais jovem, Lobato acreditava que editar a si próprio seria somente uma solução de última instância; somente se tudo o mais falhasse. Para ele, naquele momento, o ideal mesmo era conseguir um selo, uma marca de qualidade e de venda, uma editora que o editasse. Naquela época, eram pouquíssimas as editoras, bem como as livrarias no Brasil. Lembrando o que já foi mencionado anteriormente, o público em geral era iletrado em sua maioria e a elite preferia ler originais em francês importados. O gosto literário do restrito público também havia sido determinado pela importação dos gêneros franceses pelos jornais. Em um cenário assim, publicar algo significava o risco de não ser lido e, com ele, um possível prejuízo financeiro e um desprestígio intelectual. Uma casa editora era a marca que, se não assegurava, pelo menos indicava a leitura. Por tudo isso,

naquele momento não passava na cabeça de Lobato ganhar dinheiro publicando livros, tanto que em 1911 ele escreveu a Rangel:

Quanto a ganhar dinheiro com o livro, e essas esperanças de criar um “nome vendável”, uma marca de fábrica que tenha saída, varra isso da cabeça! Tão cedo o livro não será negócio de dar dinheiro no Brasil. Sabe que o pior negócio do Garnier foi a edição completa do Machado de Assis? (Lobato, 1955a, p.300, grifos nossos)

Poderíamos analisar a SD acima propondo ser uma inconsistência de Lobato ter se tornado, posteriormente, um dos maiores editores do Brasil e ter, sim, editado a si próprio e outras novidades, vindo inclusive a falar com orgulho dessa sua faceta editorial: “Ah, fui um editor revolucionário”, afirmou em uma das suas entrevistas na década de 1940 (Lobato, 1955c, p.255). Defendemos, entretanto, ser bem mais produtivo analisar a SD em questão sob o viés da análise do discurso. Nesse caso, observamos que a variação refere-se à mudança de tomada de posição do sujeito, resultado do processo de assujeitamento pelas diferentes formações discursivas bem como da fragmentação das formas-sujeito nessas mesmas FDs e que, como já foi abordado, próprio do sujeito e do discurso. Para começar, as condições de produção não são as mesmas, além disso, não podemos perder de vista a história particular do sujeito. No momento em que o sujeito Lobato escreveu a carta (1911), o mesmo estava identificado com a posição-sujeito prevalente da formação discursiva da/sobre literatura no Brasil; nesse caso, o discurso do sujeito estava em consonância com o que podia e devia ser dito: livro não é bom negócio.<sup>65</sup> Posteriormente, o fato de não conseguir ser editado fez com que o processo de assujeitamento não mais produzisse o “bom sujeito”; o sujeito passou a se distanciar da posição-sujeito dominante da FD da/sobre literatura no Brasil em um movimento de resistência a essas mesmas instâncias que o assujeitavam – tornar-se editor para conseguir publicar suas obras era, naquele novo momento, a solução.

Ao tornar-se editor de si próprio, Lobato tomou outra posição-sujeito, ou seja, o que antes lhe parecia “anti-natural” e, nesse sentido, algo a ser rejeitado, era agora a única saída para ser ouvido como queria – na forma de livro. Essa mudança de posição pode ser observada na carta de 1915, novamente para Rangel:

<sup>65</sup> Nesse tempo, os negócios ainda giravam em torno da agricultura, sobretudo a produção do café. Os lucros, portanto, vinham do cultivo da terra, e não de uma produção intelectual.

Apareceu-me um editor, isto é, apareceu-me um papudo com esta proposta: reunir num livro várias coisas publicadas [...] Não é um editor profissional, é um “cara”. Ora, cara por cara, por que não a minha? Editor de verdade, não creio que apareça, nem eu procuro”. (Lobato, 1955b, p.21)

Lobato “não procurava” mais um editor porque já percebera sua incompatibilidade, ou nos termos de nossa dissertação de mestrado já citada, sua posição de deslocado mesmo dentro dos limites espaciais de sua terra natal.<sup>66</sup> Nesses termos, por que deixar para outro “não profissional” como ele a tarefa? Mudou de posição e “optou” (usamos as aspas para salientar que não se trata de uma escolha totalmente consciente, ou seja, a suposta escolha do sujeito tem relação com o seu processo de assujeitamento, o qual lhe é (des)conhecido)) pelo que antes achava “anti-natural” – decidiu fazer ele mesmo: “cara por cara, porque não a minha?”. Percebemos aqui um momento chave na constituição do sujeito: ele toma para si a ação.

Essa linha de pensamento pode ser sustentada por outra carta de Lobato, quando este já havia fundado suas editoras, já havia perdido a batalha do petróleo e ferro, continuava perseguido ao não ter entrevistas suas publicadas e se via cansado pelas lutas e pelas perdas familiares.<sup>67</sup> Em 1947, quase um ano antes de sua morte, escreve ao amigo Paulo Dantas:

Diga-lhe isso. E também que eu não influí em absolutamente nada para que Paulo Dantas fosse editado pela Brasiliense. Jamais consegui que uma editora editasse alguém – nem a mim mesmo, pois quando quis editar-me criei uma editora. (Lobato, 1959c: 229, grifos nossos)

<sup>66</sup> Na dissertação de mestrado *For whom the bell tolls, de Ernest Hemingway, e suas traduções no contexto brasileiro* (2004), tomando como base o conceito de “exílio interior”, de Paul Ilie (1980), discutimos a situação de Lobato como a de um deslocado e, portanto, exilado, dentro das fronteiras de sua própria terra natal por estar em dissonância das forças ideológicas dominantes de seu tempo e espaço. A reflexão foi feita nos seguintes termos: “Um indivíduo ou grupo pode estar isolado, e, portanto, exilado, antes mesmo de ocorrer o deslocamento espacial. Viver em desacordo com a maioria implica a adesão a valores que não figuram na ideologia dominante. Assim, aquele que percebe a diferença de valores e responde a isso, vive em exílio, embora continue dentro das fronteiras territoriais de sua pátria. Antes que o deslocamento espacial ocorra, o indivíduo passa a ter um sentimento de deslocamento, de estranhamento, fazendo com que ele se sinta fora de lugar. Posteriormente, este indivíduo sente a necessidade de expressar sua diferença, ou seja, o exilado começa a expressar concretamente o seu novo ideário e a se reconhecer como estranho e exilado frente ao olhar da maioria, que não compartilha de seus novos valores” (Campos, 2004, p.39, grifos nossos).

<sup>67</sup> Lobato perdeu os dois filhos, Guilherme, em 1939, e Edgar, em 1941. A morte de ambos o abalou profundamente. O grande amigo e cunhado Heitor havia se suicidado em 1938.

Temos mais um exemplo em que o sujeito assume para si a ação num ato extremo de resistência: para conseguir publicar a literatura que queria, teve que se editar, uma vez que não encontrou quem o editasse. Em outras palavras, ele era o deslocado, em falta de sintonia com o que era normalmente feito em termos de literatura no Brasil, qual seja, literatura importada sob os moldes do que era feito na França. Frisar que sequer conseguiu fazer com que ele mesmo fosse editado também é uma forma de mostrar sua resistência – resistência que se mostrou mesmo após sua prisão e a censura de suas entrevistas, afinal, ainda que “arrolhado” (Lobato, 1959c, p.78), continuava a dar entrevistas.

Lobato queria fazer algo “diferente”<sup>68</sup>, mas que também pudesse vender. Por isso mesmo, antes de colocar seu nome em suas produções, usou pseudônimos vários, entre eles “Demólogo Amador” para publicar o seu *Sacy-Pererê* (1917). O objetivo desses pseudônimos era não revelar ser ele o autor das obras e, dessa maneira, não associar seu nome a um possível fracasso. Será que o diferente venderia? Era essa a sua dúvida. Em entrevista ao *Diário da Noite*, na década de 1940, Lobato comentou a questão dos pseudônimos:

A psicologia do pseudônimo tem alicerces na vaidade humana. Quem escolhe um pseudônimo não visa esconder-se atrás dele, sim tornar-se conhecido sob um nome mais sonoro e simpático que o do batismo [...] Mas os meus pseudônimos da mocidade tinham em mira apenas esconder um autor envergonhado [...] Não eram pseudônimos filhos da vaidade, sim filhos duma grande vergonha de aparecer em publico com a minha cara natural. (Lobato, 1955c, p.262, grifos nossos)

Ainda que na superfície Lobato afirme estar fora dos limites da vaidade, os seus pseudônimos eram usados para testar a força de sua escrita e verificar se ela seria capaz de ser aceita pelo público. Por isso, a vaidade continuava presente, embora afirmasse o contrário: em caso de fracasso, seu verdadeiro nome continuaria preservado. Seja como for, a técnica deu certo: seu Sacy assinado sob pseudônimo vendeu tanto que lhe permitiu apostar na carreira de escritor. Em 1918 lançou *Urupês*, desta feita com seu nome verdadeiro. Temos outro momento-chave na

<sup>68</sup> Em entrevista a Silveira Peixoto para o *Gazeta-Magazine*, na década de 1940, Lobato respondeu por que colocou um rinoceronte, animal que não é brasileiro, no Sítio do Picapau Amarelo: “Exatamente por isso. Para fazer uma coisa diferente. Revolvi arranjar um bicho contrário ao cachorrinho e ao coelhinho clássicos” (Lobato, 1955c, p.175, grifo nosso). Essa era a sua meta, abordar o diferente, fazer o contrário do que era feito, levar as mentes a pensarem. E o diferente era, entre outras coisas, ver outras literaturas além da francesa e da lusitana para ampliar a mentalidade doméstica.

constituição do sujeito: ele se assume como autor de livro. No seu caso, essa tomada de posição se torna mais marcante porque ele é o editor de si próprio. Pela AD, entendemos que assumir a autoria é se responsabilizar pelo que foi dito; é afirmar que seu texto tem uma unidade. Colocando-se na posição-autor, ao mesmo tempo o sujeito reconhece o texto e se reconhece no texto; em outros termos, assume a ação e se reconhece nela, ainda que esse processo possa não ser visível a ele. Dizer que o texto tem uma unidade não significa dizer que o texto é fechado em si mesmo; o texto tem um fechamento ilusório, necessário para que ele ocorra como texto. Após essa experiência, nascia o escritor e seu nome como marca de qualidade, qualidade que também envolveria traduções. Nesse sentido, essa posição-sujeito autor também se fez ver no modo como ele decidia publicar as obras de terceiros e na sua maneira de traduzir. No seu caso, o tradutor teria todo o direito de efetuar cortes e alterar o original para que atendesse aos objetivos que ele, sujeito-tradutor-escritor, pensava serem os mais indicados para o público – se ver por meio da visão do outro nas obras estrangeiras.

Como veremos adiante, seu nome aparecia nas suas obras e nas suas traduções – era um chamariz; em outros termos, o que tinha seu nome, vendia. O sucesso do *Sacy-Pererê* também lhe permitiu verificar o que já percebera na juventude – havia espaço para as histórias, o modo de ser e a língua do Brasil (esta última com certas restrições, como observaremos na próxima seção). Para ele chegara o fim das histórias de alcova – o século XX era o momento de se publicar o Brasil.

A resistência lobatiana à influência francesa, sobretudo na literatura, pode ser observada durante toda a sua vida, desde sua correspondência no início do século XX. Em 1908, quando ainda era promotor em Areias e nem pensava que viria a ser um editor, Lobato escreveu a Rangel:

Para neutralizar esta Areias sem apito tomei uma assinatura do *Weekly Times*, de Londres [...] e com os pés na grade da sacada injeto-me de inglês, do pensamento inglês, de política inglesa [...] o francês anda a me engulhar todas as tripas. Como cansa aquela eterna historinha dum homem que pegou a mulher do outro – como se a vida fosse só, só, só isso! A literatura inglesa é muito mais arejada, variada, mais cheia de horizontes, árvores e bichos. Não há tigres nem elefantes na literatura francesa, e a inglesa e toda uma arca de Noé. Só em Kipling há material para um tremendo jardim zoológico: Kaa, Bagheera, Shere Khan, a macacada... E há focas e pingüins. (Lobato, 1955a: 225-226, grifos nossos)

Lobato já queria o “diferente” em 1908. A literatura francesa não abrangia a diversidade; era sempre a mesma coisa, o que o enfadava. Sua resistência se materializa, por exemplo, na repetição de “só” e no uso da exclamação. Suas leituras de Nietzsche, Twain, Dickens, Tolstoi, entre outros, só lhe confirmavam ainda mais a necessidade de abrir o Brasil a outras literaturas, a outras paisagens, a outros personagens. Também era necessário deixar Portugal; lembrar do parentesco e usar o que de melhor tivesse sido escrito na língua lusitana não tinha problema – o que fazia mal à formação de uma literatura realmente nacional era a cópia. Em 1915 e em 1916, quando atuava como fazendeiro, ele escreveu a Rangel:

Releio *Os Maias*. Como é grande, no sentido de volumoso! Dava dois, três livros diferentes. Acho que *Os Maias* seriam um belo romance se fosse traduzido em português e levasse poda de foice [...] Acho o Eça o culpado de metade do emporcalhamento da língua no Brasil, onde o lido e o imitado é só ele, ele e mais ele. Mas Eça progrediu muito no fim. *A Ilustre Casa de Ramires* já está escrita em língua que escova os dentes [...] Para o trabalho de estilo, a primeira empreitada é mundificá-lo, como diz você, das “maneiras” consagradas. Fugir sobretudo da maneira do Eça [...] A literatura francesa infeccionou-nos de tal maneira que é um trabalho de Hércules remover as suas sedimentações. E gafeira lamentar. Temos que ir tirando aquilo casca por casca. (Lobato, 1955b, p.60, grifos nossos)

Também vou com Nogueira no relativo a linguagem. Limpe-a do “insucesso do “banal”, e do mais que cheirar a francês. Abaixo a Franca! A minha germanofilia me esta beneficiando o vocabulário. Da antipatia pelo gaulês passei a execração do galicismo; e se de passagem pilho algum, mato-o entre as unhas como a um piolho. (Lobato, 1955b, p 101, grifos nossos)

Nos recortes acima vemos como Lobato ia, pouco a pouco, definindo seu estilo. Para ele, era necessário encontrar um modo brasileiro de escrever, um estilo nacional, e para isso era preciso arrancar o “piolho” francês, que nos havia “infeccionado” ao ponto de escrevermos à moda francesa. Também deveria ser extirpada a influência lusitana, sobretudo das de literatura “fácil”, como era o caso de Eça de Queiroz em sua opinião. Era forçoso descascar-nos para chegarmos à “carne viva” da língua nacional.

Tal processo também era válido para a tradução. Se *Os Maias* fosse “traduzido” para a língua portuguesa do Brasil, ele afirmava, seria um “belo romance”, pois iria conter as facetas do povo de cá, do povo brasileiro. Embora não seja nosso objetivo nesta seção discutir o conceito lobatiano de língua, parece-

nos pertinente verificar que existiam para ele duas línguas: a lusitana, que deveria ser reverenciada como a fonte do falar brasileiro, mas não como a língua nacional; e a brasileira, ainda em formação, que deveria surgir como algo independente. Na mesma SD, percebemos que traduzir para Lobato era ter como foco a língua brasileira e, para isso, era possível (e mesmo desejável) manipular o texto, inclusive por meio de cortes – “a poda de foice” – para que o texto se parecesse com algo originalmente escrito em língua portuguesa do Brasil. Como discutiremos adiante, esse posicionamento estaria ao mesmo tempo em consonância com e dissonância da FD da/sobre a tradução no Brasil. Em consonância, pois esse modelo de tradução já vinha desde a publicação dos romances folhetins; em dissonância porque a fonte das traduções é deslocada para abranger o mundo inteiro.<sup>69</sup>

Se a prática das editoras levava ao afrancesamento do Brasil pela literatura, a editora de Lobato tinha por objetivo abrir as mentes do público – abordar novos temas, como os valores domésticos, e as “novas” literaturas estrangeiras; fazer jorrar livros diferentes na apresentação, inovando na diagramação, com muitas ilustrações e formato de página diferenciado – com o uso de capas berrantes e coloridas; enfim, alcançar o leitor mental e fisicamente, conseguindo tanto levar o produto-livro até o “possível leitor” quanto fazer esse mesmo leitor refletir:

sou partidário do conto [...] mas quero contos como os de Maupassant ou Kipling [...] contos com perspectivas. Contos que façam o leitor interromper a leitura e olhar para uma mosca invisível, com os olhos grandes, parados [...] E conto que ele possa resumir e contar a um amigo – e que interesse a esse amigo. Tenho examinado os últimos livros de contos aparecidos. Nada como quero. (Lobato, 1955a, p.243, grifos nossos)

Não há livros, Rangel, afora os franceses. Nós precisamos entupir este país com uma chuva de livros. “Chuva que faça o mar, germe que faça a palma”, já o queria Castro Alves. (Lobato, 1955b, p.7, grifos nossos)

A máquina [editora] está bem montada – a máquina de gavar gansos ou de obrigar este país a ler à força. O nosso sistema não é esperar que o leitor venha; vamos onde ele está, como o caçador. Perseguimos a caça. Fazemos o livro cair no nariz de todos os possíveis leitores desta terra. Não nos limitamos às capitais,

<sup>69</sup> Na dissertação de mestrado, já citada, abordamos o mesmo tema com base nos conceitos venutianos de domesticação e estrangeirização. Nesse estudo, concluímos que o Lobato/tradutor/editor era linguisticamente domesticante, uma vez que privilegiava o público receptor da tradução no que tange à forma, mas estrangeirizante no que tange à escolha dos textos a serem traduzidos (Campos, 2004).

como os velhos editores. Afundamos por quanta biboca existe. (Lobato, 1955b, p.239, grifos nossos)

A imagem da “mosca invisível” materializa na linguagem o desejo lobatiano de subversão: o público deve refletir sobre o que está lendo, ou, em outras palavras, deve reagir à leitura. Já a “chuva de livros” materializa a estratégia lobatiana para mudar as mentalidades, tanto que faria o país “ler à força”. O processo de resistência desse “mau sujeito” também está reforçado no uso do adjetivo “velhos”, que materializa no discurso a vontade de separação do passado; sua nova editora seria contrária a tudo que fosse retrógrado e, nesse caminho, mais uma forma de resistência surgia: editar os novos, ou seja, soltar toda uma produção literária que, como a sua, havia sido impedida de florescer:

Meu empenho é só editar novos, mas novos de talento. Medalhão não me entra aqui, Que gosto soltar livros de múmias acadêmicas, gente rançosa? Quero tendrons, brotos. Sinto-me velho, e para burro velho, pasto novo – diz o Manequinho Lopes. (Lobato, 1955b, p.239, grifos nossos)

O editor não queria a repetição, o tradicional, o “ranço”, as “múmias” do passado; queria o que não havia sido publicado, o novo, o diferente; queria revolucionar a literatura.

Em carta de 1909 a Rangel Lobato escreve:

[não quero] uns contos ordeiros [...] um boizinho [...] uma mulherzinha com um homenzinho de olho nela, etc. O nosso livro de contos será o contrário disso tudo. Todo cheio de novidades, na forma e no entrecho. E nada de amorecos e adulteriozinhos de Paris. Isso já fede. (Lobato, 1955a, p.243-244, grifos nossos)

Tanto a sua literatura quanto a literatura publicada por ele deveria sair dos padrões estabelecidos; deveria ser “o contrário de tudo isso”, mas, como nem tudo pode ser resistência, sobretudo em momentos de agitação, nos quais se tenta instaurar “as novidades”, a língua francesa se faz presente no discurso lobatiano para explicar o jovem movimento em termos de literatura: *parti pris*, *au-delà*, *d’après nature*, *tendrons*, *entre* outros – é, como vimos, a memória do dizer “falando” no/pelo sujeito. Desse modo, embora haja resistência, o sujeito continua também assujeitado de forma relativamente bem-sucedida pelo sujeito dominante da FD da/sobre a língua, posição contra a qual o editor pretendia conscientemente lutar.

No caminho dessa luta pelo novo, Lobato percebeu ser escassa a literatura para crianças e jovens no Brasil.<sup>70</sup> Em 1943, Lobato comentou em carta a Gulnara, sua sobrinha:

As crianças do meu tempo nada tinham para ler. Eu lia e relia dois ou três livros que eram os únicos existentes – um Menino Verde, um João Felpudo e um Robinson. (Lobato, 1959c, p.118, grifos nossos)

A repetição do numeral “um” e o destaque em itálico materializam a escassez de literatura infantil no Brasil até o século XX. O primeiro caminho tomado por Lobato para suprir a falta foi a tradução. Em 1916, ele já pensava traduzir as fábulas, algo que surgiu da observação de sua história particular. Assim escreveu a Rangel:

Ando com varias idéias. Uma: vestir à nacional as velhas fabulas de Esopo e La Fontaine, tudo em prosa e mexendo nas moralidades. Coisa para crianças. Veiu-me diante da atenção curiosa com que meus pequenos ouvem as fabulas que [minha esposa] Purezinha lhes conta [...] ora, numa fabulario nosso, com bichos daqui em vez dos exóticos, se for feito com arte e talento dará coisa preciosa. As fabulas em português que conheço, em geral traduções de la Fontaine, são pequenas moitas de amora do mato – espinhentas e impenetráveis. Que é que nossas crianças podem ler? Não vejo nada. Fabulas assim seriam um começo da literatura que nos falta. [...] É de tal pobreza nossa literatura infantil, que nada acho para a iniciação dos meus filhos. Mais tarde só poderei dar-lhes o *Coração de Amicis – um livro tendente a formar italianinhos...* (Lobato, 1955b, p.104-105, grifos nossos)

Traduzir seria “vestir à nacional” as fábulas, e esse “vestir” envolvia, como já mencionado, a “poda de foice”, pois tudo deveria ser feito em outro formato – a prosa – e “mexendo” (talvez, cortando) as moralidades; esse era o modo de

<sup>70</sup> Na dissertação de mestrado de 2004, discutimos esse assunto por meio da teoria dos polissistemas de Itamar Even-Zohar (1979) e do conceito de formação de identidade cultural, de Lawrence Venuti (2002b). Com relação às traduções de Lobato para o público infantil, afirmamos: “as traduções de Lobato funcionaram com uma força inovadora que introduziu novos elementos no polissistema brasileiro. Assim, podemos nos remeter a Venuti quanto este diz que ao mesmo tempo em que a literatura traduzida sofre a inscrição de valores domésticos, o contexto-meta acaba por ser influenciado por essas mesmas traduções. É esse o caso de Lobato e da literatura infantil nacional, que foi renovada pelo contato com culturas estrangeiras. Ao escolher textos estrangeiros de outras línguas que não apenas do francês, Lobato contribuiu para que o leitor brasileiro tivesse contato com diferentes modos de vida, temas, personagens, ao mesmo tempo em que colaborou para que uma identidade cultural fosse formada para essas mesmas culturas em solo brasileiro” (Campos, 2004, p.145). Na presente tese, por outro lado, por estarmos interessados na categoria sujeito, abordamos o assunto por meio do conceito de desidentificação da AD, propondo que a criação de uma literatura infanto-juvenil brasileira constitui um momento em que toma forma uma FD de tipo novo – a literatura nacional agora dispõe de uma literatura própria que não havia antes do gesto lobatiano – e, com isso, novas formas de subjetivação são possíveis, como a posição-sujeito escritor de obras infanto-juvenis brasileiras.

chamar a atenção das crianças. Esse pensamento lhe chegou por meio do cotidiano de sua vida como pai de família: seus filhos ouviam com avidez a esposa contar as fábulas. Por que não “recontar” essas fábulas para outras crianças, tal como Purezinha, de modo corrente, de maneira que tais histórias pudessem ser “penetráveis” para as crianças? E mais, por que não usar os “bichos daqui”, ou seja, o conhecido pelas crianças para que elas pudessem entender? Esse era o caminho – um olhar voltado para o público leitor – para construir também uma literatura nacional para as crianças; esse era o modo de formar brasileirinhos.

O primeiro passo, então, foram as traduções para crianças. Podemos perceber isso no correr das páginas de *A barca de Gleyre*, em que Lobato tece comentários de suas traduções a Rangel (os quais discutiremos posteriormente). Em 1926, quando já havia construído sua editora e lançado “Lucia”, sua primeira incursão própria no mundo da literatura infantil e que deu origem ao *Sítio do Picapau Amarelo*, Lobato decidiu se dedicar com mais força à escrita de livros infantis. Assim escreveu a Rangel:

Pobres das crianças daquele tempo! Nada tinham para ler. Ando com idéias de entrar por esse caminho: livros para crianças. De escrever para marmanjos já me enjoei. Bichos sem graça. Mas para as crianças, um livro é todo um mundo. Lembro-me de como vivi dentro do *Robinson Crusóe* do Laemmert. Ainda acabo fazendo livros onde as nossas crianças possam morar. Não ler e jogar fora; sim morar, como morei no Robinson”. (Lobato, 1955b, p.292-293, grifos nossos)

Em 1926, ano desta carta, Lobato já tinha lançado muitos livros para crianças, como *A menina do narizinho arrebitado* (1920), *Narizinho arrebitado* (1921), o qual foi distribuído gratuitamente em escolas e teve grande sucesso, *O Marquês de Rabicó* (1922) e *O noivado de Narizinho* (1924). Nesta carta, ele está assumindo a posição-sujeito escritor de livros para crianças. O que chama a nossa atenção é que, antes de Lobato, essa posição não tinha representatividade na literatura nacional, uma vez que praticamente não havia uma literatura escrita infanto-juvenil brasileira. Nesse sentido, não é incorreto pensarmos em um movimento de contra-identificação que culminou em um processo de desidentificação. Retomando Pêcheux ([1975] 1988, p.215), são três os movimentos do sujeito nas FDs: i) identificação, quando a posição-sujeito tomada é a da sobreposição com o sujeito universal da FD (ou, mais precisamente, com a posição-sujeito dominante, uma vez que estamos tomando o conceito de FD

heterogênea), o que estamos considerando nesta tese como sendo um movimento de assimilação; ii) contra-identificação, quando o sujeito toma uma posição-sujeito que contesta a posição-sujeito dominante instaurando ou reforçando a diferença no interior da FD, o que neste trabalho estamos chamando de resistência; iii) desidentificação, um processo que culmina em uma FD de tipo novo, uma vez que há a alteração na FD com a alteração da posição-sujeito dominante, ou seja, há a instauração de uma nova identificação ideológica, um acontecimento discursivo. A FD da/sobre a literatura no Brasil não comportava uma literatura escrita infantil nacional – havia apenas umas poucas traduções. Lobato não apenas fornece novas traduções para os poucos livros infantis que circulavam no Brasil como inaugura a força do gênero na literatura nacional. Um novo sentido é posto em circulação – há uma literatura brasileira para crianças – que, inclusive, passaria a ser um modelo para que outros escritores fizessem o mesmo. Se a produção para um público infanto-juvenil figurava na periferia da FD, ou seja, no lugar do que “não pode ser dito” ou “não deve ser dito”, por meio do Lobato-escritor-tradutor-editor passa a figurar no interdiscurso da FD da/sobre literatura no Brasil. Consideramos que houve um acontecimento discursivo, pois ocorreu uma alteração no modo como se dizia(fazia) a literatura no Brasil do século XX. Em outras palavras, instaurou-se um novo processo de sujeição no qual há espaço para a produção de uma literatura escrita infanto-juvenil nacional.

A partir daí, Lobato chegou a ter a receita para escrever para crianças. Assim comentou o assunto com o amigo e jornalista Arthur Coelho em 1936:

Para bem escrever para as crianças é preciso tê-las como os juizes supremos. Ora, você tem em casa uma juizazinha. Vá fazendo o lendo-lhe. O que ela não gostar, não presta. O que ela gostar, está ótimo e todas as mais crianças gostarão. (Lobato, 1959c, p.16)

Mais uma vez, temos um movimento de desidentificação e, portanto, de resistência, uma vez que o “gosto” das crianças não entrava em discussões literárias antes do gesto lobatiano de traduzir e escrever para o público infanto-juvenil. Lobato, então, estabeleceu a medida para as obras infantis, ou, nos termos da AD, a posição-sujeito dominante cujo interdiscurso era moldado pelo foco nos adultos foi alterada para ter como referência para a produção literária também as crianças e jovens. Para esse novo público, a fluência era a medida, a

qual também estaria presente nas traduções do editor e tradutor Lobato, como abordaremos adiante.

#### 4.2.2

#### Uma língua brasileira

Lobato sempre defendeu a existência de uma língua brasileira. Grande parte do que produziu, sobretudo no que tange às obras infantis, teria estreita relação com sua vontade de que o Brasil se desapegasse dos valores portugueses para se assumir como país independente de fato. A independência deveria se dar, segundo Lobato, tanto no plano linguístico quanto no econômico, daí todas as suas tentativas empresariais, desde a fundação de suas editoras ao interesse pelo petróleo e siderurgia nacionais.

A defesa feita por Lobato do uso cotidiano da língua portuguesa no Brasil seria resultado de sua ligação à ideologia nacionalista que estava presente em sua época de forma periférica e que iria, entre outras coisas, levar ao movimento da Semana de Arte Moderna de 1922. O uso da língua falada do jeca de Lobato não significava um uso desprovido de regras; a questão levantada por Lobato era a de que o uso da língua portuguesa no Brasil havia gerado alterações que seriam marcas de brasilidade e, como tais, não deveriam ser consideradas erros, mas uma distinção de ordem natural entre a língua de Portugal e a língua da ex-colônia, própria da evolução das línguas.

O que passa despercebido nos trabalhos sobre Lobato no escopo dos Estudos da Tradução, contudo, é que sua defesa de uma língua brasileira poderia ter sido também motivada por um evento de sua história particular. Quando jovem, Lobato fora reprovado nos exames para admissão na Faculdade de Direito de São Paulo justamente na prova oral de português (como nos relata Edgar Cavalheiro em *Monteiro Lobato, vida e obra*, 1956). Essa particularidade teve um efeito avassalador no então rapaz, como podemos observar na SD abaixo, retirada da carta escrita à sua mãe por volta de 1895:

Ontem entrei na prova oral de português e fiz uma prova boa. Todos que viram disseram que eu tinha tirado um plenamente, mas quando fui ver eu estava inabilitado. Creio que é engano [...] Me parece que o Freire viu tanta proteção que disse: este menino não sabe nada, porque se soubesse não precisava empenho e por isso me bombeou injustamente. Tenho vergonha de toda gente, aqui que conheço poucas pessoas, quanto mais aí que todos sabem que vim fazer exames

[...] Parece que vou morrer principalmente vindo como a senhora, papai e seu Germano [professor em Taubaté] vão ficar tristes. Só de lembrar saem lágrimas dos olhos. Isso é uma loteria! Se alguém perguntar de mim, diga que não sabe, que morri. Conte só para Seu Germano. (Lobato, 1959b, p.23, grifos nossos)

Com base no que foi discutido nos capítulos anteriores, é pertinente questionarmos que sentidos teria essa reprovação para o sujeito naquele momento e os desdobramentos desse processo de significação. É preciso lembrar que, mesmo bastante tempo depois, Lobato ainda não esquecera a “bomba” (Lobato, 1955b, p.49) que levou. Isso nos leva a questionar se teria tal evento sido a força motriz para a opção de Lobato por uma prática literária/tradutória voltada para o uso de uma língua brasileira, ou se sua identificação com o falar brasileiro não teria sido a causa de sua reprovação. De acordo com tudo o que já foi abordado nos capítulos antecedentes, não seria incorreto construir uma hipótese de que a defesa feita por Lobato por um uso mais coloquial da língua tenha raízes também na sua história particular. Uma forma de estudar mais profundamente a questão seria ter acesso aos dados da prova realizada por Lobato e aos motivos de sua reprovação. Checar, por exemplo, se a sua reprovação estaria relacionada a um uso fora da regra padrão da língua portuguesa, sendo, portanto, um uso mais brasileiro da língua portuguesa, indício de um processo de contra-identificação do sujeito com a posição-sujeito dominante da formação discursiva de/sobre a língua portuguesa no Brasil já na adolescência. Embora tal pesquisa não tenha sido realizada por nós, permanece plausível a hipótese de que, em sua sobredeterminação, o movimento de resistência do futuro tradutor-escritor-editor teria entre suas raízes a maneira como aquele sujeito da adolescência significou sua reprovação.

Em 1915, Lobato ainda não esquecera a “bomba” que levava no exame de português. Ele assim escreve a Rangel:

Grande bem me fazes com a denuncia das ingramaticalidades. De gramática, guardo a memória dos maus meses que em menino passei decorando, sem nada entender [...] Ficou-me da “bomba” que levei, e da papagueação, uma revolta surda contra gramáticas e gramaticos; e uma certeza; a gramática fará letrudos, não faz escritores. (Lobato, 1955b, p.49, grifos nossos)

Percebemos aqui um movimento de contra-identificação com a posição-sujeito dominante da formação discursiva da/sobre a língua do Brasil, uma FD que

considera a língua portuguesa de padrão lusitano a língua oficial de nosso país, não sendo igualmente válidas as formas aqui construídas pelo povo da terra. Há que se destacar a não aceitação da reprovação mesmo tendo se passado anos de tal evento, o que corrobora a hipótese de que não apenas forças ideológicas de cunho social geral constituem o sujeito – a história particular desse sujeito também tem lugar no processo de significação e constituição e, portanto, atua no processo de assujeitamento. Essa “revolta surda” contra as gramáticas e gramáticos pode ser percebida em todas as produções lobatianas, sejam elas pessoais (como cartas), críticas (como prefácios e pós-fácios) ou de ficção.<sup>71</sup>

A independência real do Brasil, no entender de Lobato, também passava pela questão linguística. Nas décadas de 1920, 1930 e mesmo na de 1940, a norma culta baseava-se na gramática portuguesa, a qual convivia com a forma falada criada pelo povo brasileiro, falar este que para Lobato era positivamente mais “sintético e simples”, porém estigmatizado. No prefácio de Lobato ao livro *Rosário de Capiá* (1946), de Nhô Bento,<sup>72</sup> Lobato tece comentários elogiosos sobre a espontaneidade da língua utilizada:

Temos duas civilizações ou melhor duas “culturas”: a cultura importada, dos que vivem nas cidades, e sabem ler e escrever e até livros escrevem! e a “cultura local”, filha da terra como um cogumelo é filho dum pau podre, desenvolvida pelos homens do mato – o caboclo, o caipira, o jéca, em suma. Como o jéca nunca leu nada e nem escreve, a sua cultura se foi fazendo ao tipo primitivo, por lentas acessões e restritas experiências locais – e com a transmissão sempre oral. O assunto é grande demais para caber num prefácio; exige livros, já que se trata de uma “cultura” de 15 milhões de seres humanos. Mas cumpre-nos aqui

<sup>71</sup> Nos sete volumes das *Obras completas de Monteiro Lobato* que consultamos, é possível encontrar vários momentos em que o autor expressa a necessidade de se considerarem as “coisas da terra”, sobretudo a língua. Não é nosso objetivo aqui estudar suas obras ficcionais, mas podemos citar como resultado de seus questionamentos sobre a língua portuguesa do Brasil textos como o conto “O Colocador de Pronomes”, de 1924, em que Lobato ridiculariza o personagem Aldrovando Catagalo, o protagonista, pelo seu uso exageradamente rebuscado da língua, o qual incluía o uso de palavras que a maioria das pessoas desconhecia e, portanto, não compreendia; e o livro *Emília no país da gramática*, de 1934, que foi produzido na mesma década em que Lobato traduziu *Alice no país das maravilhas* e cuja referência é direta, sendo um livro paradigmático sobre a língua portuguesa que segue a norma culta, mas sem purismos e de forma lúdica (sem o processo de decorar as coisas, como ele tanto criticava). Mesmo para aqueles que não fazem da AD seu arcabouço teórico, é no mínimo curiosa a presença constante da preocupação de Lobato com o uso adequado dos pronomes em suas cartas. Trataremos dessa tensão mais adiante.

<sup>72</sup> José Bento de Oliveira (1902-1968) foi um poeta popular, que escreveu sobre o caboclo e sua linguagem. Em 1946, escreveu *Rosário de Capiá*, obra em que reuniu 58 de suas poesias e tinha como prefaciador Monteiro Lobato. Como exemplo do uso da linguagem brejeira feita por Nhô Bento, podemos citar o poema “Doce de Cidra”: “Eu truxe para mecê este docinho impetecado, ansim, imbruiadinho, Nesta paia de mio... É só mecê pegá, afroxá este amarrío, abri a paia dele justo bem nomeio, ferrá os dente e cume!...”.

considerar a galope um dos aspectos dessa “cultura”: a língua, pois foi na língua do jéca que Nhô Bento nos encantou. (Lobato, 1955c, p.29, grifos nossos)

Para Lobato, portanto, existiriam duas línguas, “a do jeca”, correspondente a uma língua nacional, brasileira, e a língua da “cultura importada”, ou seja, a língua portuguesa com as características européias. E Lobato continua:

[...] por que os nossos filólogos não extraem a gramática dessa língua do jeca?? [...] Devíamos fazer a gramática da interessantíssima “língua do jeca”, como os franceses fizeram a gramática da “língua de oc”; e devíamos ensinar essa gramática nas escolas, lado a lado com a gramática portuguesa, em vez de torturar as pobres crianças com o terrível e inútil latim do senhor Capanema. (Lobato, 1955c, p.30, grifos nossos)

Para Lobato, portanto, não se tratava de negar o passado e abandonar completamente as raízes portuguesas, mas sim de também se considerar a variação da “colônia”, “a língua nova que se elaborava no seio do povo” (Lobato, [1919] 2009, p.28), novamente no intuito de tornar o país independente. Analisando as SDRs, observamos que a posição tomada por Lobato é a da não filiação ao modelo dominante. Assim, nos termos da AD, consideramos a existência de uma formação ideológica de preservação da língua portuguesa como ela foi trazida para o contexto brasileiro materializada em uma formação discursiva da/sobre língua no Brasil cuja posição-sujeito dominante privilegiava uma posição em sintonia com as regras do bem escrever de Portugal. A posição-sujeito tomada por Lobato é de não coincidência com essa posição-sujeito dominante e, portanto, é a posição do “mau sujeito”, em um movimento de contra-identificação que podemos propor como sendo um gesto de resistência. Como Lobato adquire um lugar de destaque no cenário literário e editorial brasileiro, dando-lhe um *status* de poder frente ao público, essa tomada de posição funcionou, a nosso ver, como uma força contrária que colaborou para a desestabilização da forma-sujeito, produzindo a fragmentação da mesma. Esse movimento, contudo, não chegou a uma desidentificação do sujeito com a posição-sujeito dominante a qual considera como correto o português padrão, pois o sentido é de co-existência. Porém, a desidentificação poderá vir no futuro, com a total separação do modelo português: “A língua brasileira positivamente está a sair das faixas e co-existe no Brasil ao lado da língua portuguesa – como filha que cresce ao lado da mãe que envelhece. E tempo virá em que veremos publicar-se a

‘Gramática brasileira’” (Lobato, [1921] 2009, p.90, grifos nossos). A preferência de Lobato por uma linguagem mais fluente teve como resultado a formação de um público leitor para suas obras, o qual viria, como vimos, a incluir uma audiência praticamente ignorada: o público infanto-juvenil.

Para Lobato, saber a língua portuguesa não significava decorar a gramática; ia além, era conhecer o modo de funcionar da língua, onde acontecia a beleza dos textos literários portugueses, sobretudo dos de Camilo Castelo Branco. Em carta de 1917 a Rangel, Lobato comentou:

Se por “saber português” entendes conhecer por miúdo os bastidores da Gramática e intrigalhada toda dos pronomes que vem antes ou depois, concordo com o que dizes na carta: um burro bem arreado de regras será eminente. Mas para mim, “saber português” é outra coisa: é ter aquele *doigté* do Camilo [Castelo Branco, o escritor português], ou a magnificente allure processional do Ramalho, ou a sublime gagueira do Machado de Assis. Aqui em SP o brontossauro da gramática chama-se Álvaro Guerra, um homem que anda pela rua derrubando regrinhas como os fumantes derrubam pontas de cigarro. As regras desse homem tremendo, quando vem ao bico da pena dos escritores, matam, como unhas matam pulgas, tudo o que é beleza e novidade de expressão – tudo o que é lindo mas a Gramática não quer [...] A esta gente o Camilo chamava lombrigas do intestino reto de Minerva (Lobato, 1955b, p.168-169, grifos nossos)

A SD acima parece estar em completa sintonia com o movimento de resistência do sujeito; o itálico usado pelo autor materializa a resistência de Lobato à gramática portuguesa, a qual não deixa novas formas literárias surgirem por impedir o uso da língua brasileira. As aspas em “saber português” também materializam a rebeldia de Lobato: saber português para ele tem outro sentido. Entretanto, o sujeito continua identificado também com posição-sujeito dominante da mesma FD que deseja subverter. Nesse sentido, por que usar o mesmo “saber português” para Camilo, escritor português, e Machado, escritor brasileiro? No caso do último, não seria uma “saber brasileiro”? Isso nos remete à tensão existente no discurso; à contradição, tomada pela AD como própria do sujeito e do discurso. Desse modo, a posição tomada por Lobato também sugere uma filiação, ainda que não pretendida, à mesma posição-sujeito dominante da formação discursiva, qual seja a da correção da forma escrita segundo as normas em curso.

Vejamos a seguinte SD, presente em carta de 1904 a Godofredo Rangel:

P.S. – Apontas-me, como crime, a minha mistura do “você” com “tu” na mesma carta e às vezes no mesmo período. Bem sei que a Gramática sofre com isso, *a coitadinha*; mas me é muito mais cômodo, mais lépido, mais saído – e, portanto,

sebo para a coitadinha. Às vezes o “tu” *entra* na frase que é uma beleza; outras é no “você” que está a beleza – e como sacrificar essas duas belezas só porque um Coruja, um Bento José de Oliveira, um Freire da Silva, um Epifanio e outros perobas “não querem”? Não fiscalizo gramaticalmente minhas frases em cartas. Língua de cartas é língua em mangas de camisa e pé-no-chão – como a falada. (Lobato, 1955a, p.79, grifos nossos)

A correção, da maneira como é discursivamente colocada por Lobato, sugere um processo de assimilação, no qual a “vontade consciente” do sujeito é apagada pela sua identificação com a posição-sujeito dominante da FD em questão, posição-sujeito contra a qual desejava lutar. A separação entre a língua falada e a escrita (que, aliás, permanece acentuada até os dias atuais) reconhecida e autorizada por Lobato indica, a nosso ver, uma filiação dele à ideologia da correção e, portanto, uma identificação com a posição-sujeito dominante da mesma FD, posição esta contra a qual Lobato conscientemente pretendia resistir. Note-se que na língua das cartas a mistura dos pronomes podia ser realizada porque a língua das cartas funcionava como a língua falada, o que implica dizer que, na língua escrita, de fato tal mistura não poderia se dar. Desse modo, percebe-se o funcionamento do interdiscurso, do já-dito em outro lugar, que se fez presente no que foi efetivamente falado, resultado da interpelação bem sucedida de uma formação ideológica que obriga o uso da gramática portuguesa tal qual usada pela elite letrada. Embora o trecho tenha usos que remetem a uma crítica irônica à gramática tradicional (como o uso da letra maiúscula, o adjetivo no diminutivo “coitadinha”, o itálico presente em “não querem” para criticar a atitude dos que apóiam a língua do colonizador), a posição-sujeito tomada também está em consonância com a posição-sujeito dominante e, portanto, demonstra um movimento de assimilação. Assim sendo, no mundo literário, a “língua do jeca” continua desprestigiada. Há, portanto, uma mistura de assimilação e resistência, uma tensão, o que, de acordo com a AD é própria do sujeito e do discurso.

Embora Lobato pretendesse publicar as cartas trocadas com Rangel, para ele havia uma grande diferença entre as cartas e a literatura, como expressado por ele na “escusatória” do primeiro volume de *A barca de Gleyre* e no segundo volume de *Cartas escolhidas*, em carta de 1941 a Regina T. Moreira:

[...] o gênero “carta” não é literatura, é algo à margem da literatura... Porque a literatura é uma atitude – é a nossa atitude diante desse monstro chamado Público, para o qual o respeito humano nos manda mentir com elegância, arte,

pronomes no lugar e sem um só verbo que discorde do sujeito. [...] mas cartas não... Carta é conversa com um amigo, é um duo”. (Lobato, 1955a, p.17, grifos nossos)

preste atenção nas *correções* e descubra-lhe o motivo. E não reincidente em má colocação de pronomes, porque D. Leme [o cardeal D. Sebastião Leme] diz que vai para o inferno quem os coloca mal”. (Lobato, 1959c, p.70, grifos nossos)

A literatura, portanto, não admitia um uso fora das regras da língua padrão, devia ser feita de “pronomes no lugar” e verbos concordando devidamente com os sujeitos.

Porém, como a contradição é própria do sujeito e do discurso, na literatura “cultura” também se poderia lutar. Para Lobato, a literatura era uma “atitude”, e como tal, também espaço para o trato das ideologias, inclusive as de língua, daí sua defesa de um uso correto da língua, porém, mais corrente e fluente, de modo a permitir o acesso de várias camadas da população à leitura. Essa noção de literatura permaneceu em toda a sua produção crítica, literária e tradutória. Em 1948, por exemplo, ao comentar o livro que o amigo João Palma Neto deveria escrever, Lobato sugere: “Estilo direto... É dizer ‘sol’ em vez de ‘astro-rei’, por exemplo. É não ser bestinha. É ser como você é, meu caro Palma” (Lobato, 1959c, p.263). Como veremos mais adiante, essa máxima era válida também para as traduções – fluência era o caminho para ser lido, e ser lido era a meta. Essa fluência nos faz pensar na idéia do “livro comestível”, proposta por Eliane Santana Dias Debus em sua tese de doutorado *O leitor, esse conhecido: Monteiro Lobato e a formação de leitores* (2001), na qual a autora propõe serem cinco as possibilidades de materialização do livro em Lobato: livro-casa, livro-comestível, livro-portátil, livro-fluído e livro-novelo. O livro-comestível, segundo a autora, remete à metáfora do livro como alimento do espírito, para matar a fome da mente e do corpo. Tal invenção, segundo Debus, “seria emilianesca: “o leitor vai lendo o livro e comendo as folhas; lê uma, rasga-a e come. Quando chega ao fim da leitura; está almoçado e jantado” (Debus, 2001, p.65). Podemos deslocar a metáfora proposta por Debus também para o sentido daquilo que é palatável, afinal, só comemos (sobretudo as crianças) aquilo que gostamos (entendemos).

No caso lobatiano, a sua defesa de uma escrita que privilegiasse o entendimento do público leitor não significava ausência de estilo – pelo contrário, era aconselhável beber na fonte dos grandes, mergulhar profundamente, mas para

conseguir um estilo próprio, que interessasse ao público, mas não necessariamente à crítica da época ou à Academia. Em carta a João Palma Neto, também em 1948, Lobato escreveu:

Há dois modos de escrever. Um é escrever com a ideia de não desagradar ou chocar ninguém, escrever ataulfamente, academicamente, gaspardutamente, cardinaliciamente, naofedenemcheiramente. É o meio mais pratico de não ser lido por ninguém, de perpetuar-se inédito embora publique mil obras. Outro modo é dizer desassombradamente o que pensa, dê onde der, haja o que houver – cadeia, forca, exílio. Se o futuro Palma escritor tomar pelo primeiro caminho, irá para o céu quando morrer e terá na terra as bênçãos de todos os bispos e mais “maquinas de manter o *status quo*”. E se o Palma escrever com fiel gramática e bem comportadamente [...] é capaz de acabar na Academia Brasileira de Letras [...] Mas se disser o que pensa [...], Palma o Marujo receberá as palmas da vitória e terá palmas até dos ranzinzas ao tipo lobatiano. Vamos ver que caminho escolhe – o dos bispos ou o dos pestes. O assunto é ótimo. Todo assunto é ótimo. O que raramente é ótimo é o manipulador do assunto. Porque os homens são uns *quando falam* – interessantes, expressivos, pinturescos, e ficam idiotas *quando escrevem*. (Lobato, 1959c, p.254-255, grifos nossos)

Quando tal carta foi escrita, Lobato já havia sido preso e sofrido várias formas de perseguição, incluindo a não publicação de entrevistas suas.<sup>73</sup> Ainda que ter estilo próprio significasse punição, como lhe ocorrera por suas lutas políticas,<sup>74</sup> era assim que um escritor interessante deveria proceder na opinião de Lobato. Em termos da censura a que foram submetidos os intelectuais durante o Estado Novo e os governos que se seguiram, essa postura de Lobato pode ser vista novamente como a atuação do “mau sujeito” e, como tal, como um processo de contra-identificação tanto com a posição-sujeito dominante da FD da/sobre literatura no Brasil quanto com a da FD da/sobre política no Brasil, uma vez que Lobato se contra-identifica com ambas posições de sujeito dominantes ao defender uma escrita nacional e um Brasil independente economicamente. O uso de criações como “naofedenemcheiramente” e “gaspardutamente”<sup>75</sup> marca o tom altamente

<sup>73</sup> Ver os volumes *Prefácios e entrevistas* e *Conferências artigos e crônicas* das *Obras completas de Monteiro Lobato*. No primeiro volume, os editores comentam na *Nota dos Editores* que as entrevistas de Lobato eram “invariavelmente podadas na redação” devido ao rigor da censura a partir da Era Vargas; no segundo, Edgar Cavalheiro comenta que Lobato dava “inúmeras entrevistas” que os jornais “não publicavam” (Lobato, 1959a, p.313).

<sup>74</sup> É necessário lembrar que sua luta pelo petróleo, por exemplo, envolveu traduções, conferências, artigos e até mesmo obras infantis, como *O poço do Visconde* (1937), já mencionado, que, segundo Maria Clara Castellões de Oliveira, pode ser analisado como uma tradução intralingual, uma vez que pode ser visto como uma tradução para o público infantil de *O escândalo do petróleo*, de 1936, também já mencionado.

<sup>75</sup> Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) foi militar e presidente do Brasil no período de 1946 a 1951, tendo sido sucedido por Getúlio Vargas. Em 1935, comandou a repressão à Intentona Comunista e

irônico; é a materialização de um discurso contrário ao da posição-sujeito prevalente, demonstrando a “falha”<sup>76</sup> na interpelação ideológica. Porém, novamente, não houve uma força suficiente para a desestabilização da forma-sujeito a ponto de a posição-sujeito dissidente substituir a posição-sujeito dominante naquele momento. Percebemos uma fragmentação da forma-sujeito, de modo que a posição-sujeito dominante perdeu força sem chegar a ser substituída por uma posição-sujeito periférica.

Como já afirmado, não se tratava de um abandono das tradições, mas sim de uma evolução natural do povo, da nação e da língua. Nesse sentido, fazia parte do processo ler os bons representantes da língua lusitana, porém, percebendo que escrevem na língua lusitana, não na brasileira. Como exemplo dos objetivos lobatianos, vejamos a carta que escreveu a Rangel em 1915:

Na tua carta levas ao extremo o estudo camiliano [o escritor português Camilo Castelo Branco]. Levas-lo ao extremo de esfrelá-lo num glossário metodicamente disposto para a rebusca de frases feitas. Condenas aquele terreirinho limpo onde caíam as sementes que o vento traz. Com o teu sistema [...] tornamo-nos uns Camilos enfezados [...] quando o que eu queria é que de Camilo tu saias mais Rangel do que nunca e eu saia bestialmente Lobato [...] o meu processo é anotar as boas frases, as de ouro lindo, não para roubá-las, mas para pegar o jeito de também tê-las assim, próprias [...] resumindo: meu plano é ter uma horta de frases belamente pensadas e ditas em língua diversa da língua bunda que nos rodeia e nós vamos assimilando por todos os poros da alma e do corpo. (Lobato, 1955b, p.7-8, grifos nossos)

Nesse momento, Lobato ainda não era o escritor famoso, muito menos o editor. Ele ainda estava buscando um estilo próprio, que lhe permitisse tornar-se um escritor de verdade. As “boas frases” serviriam de “sementes” para que a língua brasileira pudesse se desenvolver. Nesse mesmo período, Lobato já começara a contribuir para jornais, porém, desagradava-lhe o estilo europeizado deles:

que tal a tradução de D. Quixote que andas lendo? Meu estudo do português continua, mas em tom baixo. Tenho um inimigo a ilharga, que desfaz o que Camilo faz.. É o jornal [...] infames massacradores da língua. (Lobato, 1955a, p.249)

---

foi nomeado Ministro da Guerra no governo Vargas, além de ter tido papel fundamental, em conjunto com Vargas e o General Góis Monteiro, na instauração da ditadura do Estado Novo.

<sup>76</sup> Usamos falha entre aspas no sentido de considerar que não houve uma interpelação plena; o sujeito continua assujeitado, mas em posição de dissidência em relação às formas de dizer dominantes; em outras palavras, é o assujeitamento “às avessas”, como já abordado no capítulo anterior quando explicamos os movimentos de identificação, contra-identificação e desidentificação.

Estou de mal com a França em tudo – e sabe por que? Porque a rodinha do *Estado* é aliadofila demais, fora de toda conta e medida. Para equilíbrio, pus-me contra – o único lá. (Lobato, 1955b, p.22)

Camilo era a solução para que pudesse “ver as balisas que extremam [a língua portuguesa] da língua bunda dos jornais e deputados” (Lobato, 1955b, p.50). Para ele, era necessário mergulhar na língua lusa para que também pudéssemos ter uma língua verdadeiramente brasileira, sem os europeísmos que se faziam presentes, tanto pela língua lusitana quanto pela francesa. Quando estava na Fazenda de Buquira, em 1917, Lobato comentou em carta a Rangel:

Anda nossa gente tão viciada em só dar atenção as coisas exóticas, que mesmo uma “Revista do Brasil” vira logo revista de Paris ou da China. Nascida para as coisas desta terra, insensivelmente vai refletindo só coisas de fora. Estou me preparando para um ensaio sobre lendas e mitos, e um dia te mandarei o programa para que colabores. (Lobato, 1955b, p.130, grifos nossos)

Sobressai a sua filiação a uma ideologia nacionalista, em contraposição ao modelo cultural dominante do início do século XX. Sua tomada de posição na SD acima é contrária ao *status quo* – não ver o exótico, o estrangeiro como modelo; devem-se valorizar as coisas do Brasil e com elas evoluir a língua, que é “bunda” por imitar o jeito do português e do francês.

O passeio que Lobato se propusera a fazer pela língua lusa não funcionaria pela gramática: “No intento de apressar a coisa, voltei-me para a gramática [...] Impossível. O engulho voltou-me – a imagem do Freire e da bomba” (Lobato, 1955b, p.50). Novamente a “revolta surda” o impossibilita de aprovar o uso da gramática portuguesa. E continua: “Larguei o livro para nunca mais [...] Mil vezes as ingramaticalidades [dos Fialhos<sup>77</sup>] do que as gramaticalidades [dos Silvios de Almeida<sup>78</sup>]. E entreguei-me a aprender, em vez de gramática, *língua* – lendo os que a têm e ouvindo os que falam expressivamente” (Lobato, 1955b, p.50-51, grifos do autor). Novamente a tensão; se a escrita literária pede a “língua” e não a gramática, por que tanta correção na escrita? A resposta para processo tão complexo é que os sujeitos são contraditórios – assumem posições-sujeito muitas

<sup>77</sup> José Valentim Fialho de Almeida (1857-1911), mais conhecido como Fialho de Almeida, foi um escritor português.

<sup>78</sup> Sílvio de Almeida, escritor paulista, gramático e professor de português criticado por Lobato: “Outro gramaticão daqui escreveu um enorme tratado sobre a Crase; e consta que o Sílvio de Almeida tem 900 páginas inéditas sobre o Til. O livro vai chamar-se: ‘Do Til’...” (Lobato, 1955b, 169).

vezes opostas, ou, em outras palavras, o processo do assujeitamento é complexo, permitindo deslizamentos, variações, tensões.

A contradição é uma característica do discurso abordada pela Análise do Discurso francesa. O mesmo Lobato defensor das mudanças se mostra bastante conservador em alguns pontos. Como exemplo, ele afirma não fiscalizar gramaticalmente suas frases em cartas, já que tal linguagem se aproximaria do falar coloquial. Contudo, não fazê-lo na obra escrita é “vergonhoso”. Em cartas a Rangel em 1916, Lobato escreveu: “Rangel, [tenho] em mãos tuas notas. Dei com os pronomes mal colocados e corei de vergonha. É indecentíssimo colocar mal os pronomes, e a mim ainda me escapa um ou outro” (Lobato, 1955b, p.111, grifos nossos) e “Obrigado pelas regras pronominais. Vou segui-las” (Lobato, 1955b, p.120). É interessante ver como Lobato se repreende nessa SD, o que pode ser observado pelo uso de palavras como “vergonhosa” e pelo superlativo “indecentíssimo”. Tal posição demonstra a assimilação de Lobato à posição-sujeito dominante da FD da/sobre a língua tal como colocada pelo colonizador, o que mostra haver uma contradição no pensamento lobatiano sobre língua, resultado dos processos de identificação do sujeito com posições-sujeito distintas. Logo, e não poderia ser diferente, nem tudo é luta e resistência. Vale repetir, porém, que não se trata de um defeito – a contradição é própria do sujeito e do discurso – e por meio de dispositivos de análise sofisticados, como os da Análise do Discurso francesa, podemos perceber tais movimentos na dispersão de produções discursivas.

No já citado prefácio a *Rosário de Capíá*, Lobato aproxima o inglês da “língua do jeca”. Segundo ele, as duas teriam a simplicidade como terreno comum – simplicidade esta que em muitos momentos é defendida por Lobato. Assim o autor-tradutor anuncia:

Há uma estranha aproximação do inglês com a língua do jeca [...] o jeca forma os seus plurais com a mesma inteligência economica do inglês; diria, por exemplo, “as casa”, “os home”, “as muié”, em vez de dizer redundantemente, como o português, “as casas”, “os homens”, “as mulheres”. O inglês diz, “the houses” (a casas), “the men (o homens), “the women” (a mulheres) – a mesma coisa que jeca, só que invertido. Se pondo apenas o artigo no plural a frase fica perfeitamente clara, para que botar no plural também o substantivo? Pensa com muita razão o jéca e o inglês faz o mesmo raciocínio quando pluraliza o substantivo e não mexe no artigo. [E acentuaria que o mesmo direito tiveram os portugueses de corromper o latim e transforma-lo em língua portuguesa, temos nós, letrados, de corromper a língua portuguesa e transformá-la na “língua

brasileira”; e tem o iletrado jeca de “evolui-la” em outro rumo [...] quem condena como coisa “errada” a língua do jeca, revela-se curto de miolo [...] temos que estudar essas variações em vez de tontamente condena-las [...] o latim bárbaro dizia, ou devia dizer, OVCULAVIT AD ME. Por uma série de corrupções que os filólogos de bom faro rastream, esse latim deu em Portugal a variação: OLHOU BEM PARA MIM. Houve melhoria da expressão; o “bem” está acentuando o modo de olhar. O jeca ainda melhorou mais a frase [...]: OLHÔ BEM N’EU [...] dispensou a variação pronominal “mim”, já que só com o pronome “eu” ele (e todo o mundo) se arranja perfeitamente bem. (Lobato, 1955c, p.31-33, grifos nossos)

Há várias questões a serem abordadas aqui. Primeiramente, embora não seja o tópico desta seção, podemos já encontrar uma filiação de Lobato a uma FD americanista, na qual tudo o que vinha dos EUA tinha grande valor. Essa filiação lobatiana tem a ver também com a sua vontade de que a nação se desenvolvesse economicamente, vontade essa advinda do alinhamento do sujeito ao interdiscurso da forma-sujeito capitalista. Em um primeiro momento, poderíamos ver aí uma identificação com uma FD em que o Brasil continuaria colônia, desta feita, norte-americana (não mais europeia). Porém, uma vez que o objetivo lobatiano era o desprendimento do Velho Mundo, a troca do “colonizador” por si só já é bastante significativa. Além disso, o objetivo de Lobato não era o de tornar o Brasil uma América; ele desejava que o Brasil se tornasse uma nação forte e o caminho adotado nos EUA poderia ser de grande utilidade – era a idéia de se olhar, sim, o estrangeiro, mas fazê-lo para aproveitamento doméstico. Naquele momento, os EUA apresentavam um grande desenvolvimento industrial, o que, entre outras coisas tinha como efeito uma melhor infra-estrutura e uma sociedade capaz de possuir bens de consumo. Durante sua estada na América, Lobato escreveu ao cunhado Heitor (1927):

Já estamos americanizados, isto é, já temos automóvel e rádio. O rádio cá é um assombro, porque pode ser ouvido o dia e a noite inteira [...] Sente-se em tudo a riqueza espantosa do país. Não há pobres, o pobre daqui equivale ao remediado daí. Toda a gente possui auto. O porteiro cá de nossa casa possui uma *Cadillac*. [...] Eu, por mim, não sairia mais daqui, porque o Brasil torna-se grotesco visto de longe. [...] Só agora meço em toda a sua extensão o atraso infinito e a estupidez maior ainda da nossa gente. Somos África pura, meu caro Heitor. (Lobato, 1959b, p.203-204, grifos nossos)

Estar “americanizado” para Lobato, portanto, era ter bens de consumo, era ser capaz de comprar “automóvel e rádio”; era ter maior poder aquisitivo, tanto que “toda a gente” tem carro. O desenvolvimento tecnológico também era americano,

tanto que as rádios transmitiam ininterruptamente, “o dia e noite inteira”, o que já não ocorria no Brasil. Sendo assim, o que incomodava a Lobato era “o atraso infinito”, ou seja, a falta de desenvolvimento do país; isso era o “grotesco”, não a cultura nacional. Portanto, não se tratava de uma colonização cultural; tratava-se de desenvolver a qualidade de vida do país a partir de iniciativas tais como a americana, para que o Brasil pudesse ser independente de fato.

Retornando à SD da página anterior: embora à primeira vista haja uma defesa da língua do jeca, e, com ela, a defesa de uma língua dita brasileira, é necessário lembrar que, na prática literária, essas mesmas regras não seriam válidas. Assim, ainda que Lobato tivesse em mente um movimento de resistência, em uma análise mais minuciosa, podemos perceber um movimento de assimilação. Há que ser ressaltado, porém, que o movimento de defesa da língua do jeca, ainda que nos moldes da tensão, representava uma força contrária, ou seja, um processo de contra-identificação que, por não alterar substancialmente à forma-sujeito universal, ou seja, por não haver uma substituição da posição-sujeito dominante pela periférica, não chegou a ser um processo de desidentificação, não constituindo uma FD de tipo novo.

Com relação aos usos das palavras “corromper” e “corrupção”, percebemos um novo efeito de sentido para elas. O vocábulo “corromper” é geralmente usado com um sentido negativo de adulterar, perverter, subornar. Nos discursos sobre a evolução das línguas, é esse o verbo comumente usado para se referir ao fato de as línguas modernas terem surgido como formas consideradas inadequadas, modificações da língua hegemônica. Na SD em discussão, o verbo foi mantido propositalmente como forma de luta, de resistência, uma vez que corromper não é uma falha, mas um “direito”; a manutenção do verbo, porém, com outro efeito de sentido – o da defesa do uso da língua do colonizado, não do colonizador – demonstra uma posição-sujeito em desacordo com uma visão de língua que vê as alterações como algo negativo e, portanto, em dissonância da posição-sujeito dominante da FD da/sobre a língua nacional. A questão que podemos levantar é que novamente temos um movimento de contra-identificação do sujeito e, portanto, de resistência, apontando para a positividade da variação linguística. A resistência se mostra também quando Lobato atenta para a necessidade de se estudarem as variações em vez de condená-las *a priori*. Segundo ele, seriam “fenômenos naturais”, e como tais, não passíveis de erro. A

defesa feita por uma figura pública detentora de poder (Lobato), inclusive no que se refere ao público leitor que muito o respeitava, pode ser vista como um movimento de contra-identificação com as forças dominantes da FD da/sobre língua no Brasil.

A “revolta surda” (Lobato, 1955b, p.49) de Lobato no que tange à língua também aparecia nos seus comentários sobre os acentos, assunto que sempre tomou sua atenção. Em carta de 1937, ao Dr. Francisco Campos, governador de São Paulo e representante político do Estado Novo, motivada também pelo prejuízo que a nova reforma ortográfica iria causar às editoras, Lobato ponderou sobre o assunto em termos práticos:

Nossos “imortais” *faineantes*, esquecidos de que a ortografia não era para uso exclusivo deles e sim de milhões de mortais que têm o que fazer, complicaram a grafia das palavras mais simples com acentos que de nenhum modo se justificam. Até o pobre verbo haver, no tempo “há” que desde que nasceu foi grafado assim, passou imbecilmente a “há”. Por quê? Haverá possibilidade dessa palavra ser pronunciada de duas maneiras? Esse negócio de acentos assume para nós mortais um aspecto econômico que ainda não foi estudado. Talvez a expansão do Império Britânico tenha como um dos fatores o lucro de tempo decorrente de não haver na língua inglesa acentos. Abro ao acaso uma tradução francesa dos “*Essays*” de Macaulay e numa página conto 78 acentos; essa mesma página Macaulay a escreveu sem um só. Talvez o tempo que os franceses perderam no século 17 e 18 em enfeitar de sinaizinhos as palavras haja sido a razão de os ingleses terem chegado primeiro a tantas terras que foram pegando... Revoltado com os acentos acadêmicos, usei de meu prestígio na Editora Nacional para uma guerra à excrecência, e consegui que a empresa editasse centenas de milhares de livros com a “desacentuação” exemplificada no livro que remeto como amostra. E não sei de uma só criança que, lendo-o, sita falta das pulguinhas suprimidas. (Lobato, 1959c, p.30, grifos nossos)

Fala aqui o Lobato-capitalista, ou seja, o sujeito toma outra posição, a da consonância com a forma-sujeito universal da FD capitalista, a qual abarca a idéia de que não pode haver prejuízo: Lobato precisava vender a produção editorial e uma nova ortografia representaria o encalhe da mercadoria – movimento de assimilação. Porém, também fala o sujeito que fora reprovado em português e nunca esqueceu a “humilhação”; o sujeito “martirizado” que quer ver uma gramática brasileira, o sujeito em um movimento de resistência:

De gramática sou a personificação da ignorância. Depois que me vi livre do exame, botei fora a infernal gramaticorra do Freire e Silva, que tanto me martirizou e me valeu uma bomba, e nunca tive comigo nem a gramatiquinha do Coruja. E estou convencido da inutilidade delas”. (Lobato, [1909] 1955a, p.277)

Acentos, gramáticas, tudo “inútil”; coisas “infernais” que só servem para “martirizar” os brasileiros como ele. Nesse sentido, o sujeito toma a posição do “mau sujeito” que, com sua posição de destaque no cenário cultural brasileiro, tenta alterar a mentalidade dos governantes, e com eles, a ideologia dominante.

Se para Lobato as gramáticas eram inúteis, os dicionários poderiam ser de grande utilidade, desde que fosse observado que também não conseguem dar conta da língua. Assim escreveu em a Rangel 1909:

Mandei vir o dicionário de Aulete [...] Aventura esplêndida, Rangel! Os vocábulos são velhos amigos nossos que pelo fato de diariamente nos acotovelarem no brouhaha da Língua, não nos merecem a atenção curiosa e indagadora que damos às palavras estrangeiras [...] Todo o povo tumultuado da praça publica da Língua lá o encontramos individualizado, como soldados em quartel, cada um com o seu numero, o seu posto, perfilados e obedientes quando os defrontamos. Na rua vemos passar cavalos. No dicionário encontramos um CAVALO. “Quem é você?” E ele muito sério: “...*substantivo masculino*. Quadrúpede doméstico, solípede; ramo ou tronco em que se enxerta, banco de tanoeiro, etc. , etc.” A gente regala-se com o mundo de coisas que o cavalo é, e muitas vezes também nos regalamos com as cavalidades do dicionarista. Se o cavalo é um “quadrúpede doméstico”, como se arranja o dicionarista para denominar um equus selvagem? E vamos assim mentalmente retificando aqui e ali o dicionário, enquanto ele nos faz o mesmo aos inúmeros pontos vocabulares em que claudicávamos sem o saber. Quantos novos sentidos de palavras, das quais sabíamos um só? (Lobato, 1955a, p.239-240, grifos nossos)

A partir da SD acima, vemos que, para Lobato, os dicionários tinham utilidades; entre elas, a de nos ensinar significados que não conhecíamos. Por outro lado, o dicionário não consegue dar conta dos sentidos, posto que as línguas evoluem. Por isso podemos ir “retificando” com “novos sentidos” que advém da evolução da língua portuguesa para a língua brasileira. Se pensarmos novamente na FD da/sobre língua no Brasil, vemos, uma vez mais, um movimento de resistência do sujeito – não apenas o dicionário não detém todas as verdades, como também é possível corrigir suas leis; a posição-sujeito tomada pelo sujeito é a da resistência, ou seja, a de não coincidência com o que pode e deve ser dito da FD que remete a uma fixidez da língua, das gramáticas, dos dicionários.

Ainda com relação à língua, um dos pontos mais interessantes em Lobato é sua crença em uma “basificação” das línguas. C. H. Ogden, um filósofo e linguista inglês, havia proposto, em 1925, um inglês básico, composto de 850 palavras que, segundo o estudioso, seria capaz de dar conta da comunicação cotidiana. Com base em Ogden, Lobato acreditava ser possível construir também

um Português Básico. Em um prefácio a uma seleção de contos brasileiros nos Estados Unidos, Lobato escreveu:

Assim como C.H. Ogden criou o maravilhoso instrumento de expressão que é o Inglês Básico, era possível fazer o mesmo para todas as línguas vivas – o que viria simplificar enormemente o estudo das línguas para *propósitos práticos*. (Lobato, 1955c, p.23, grifos do autor)

Um dos “propósitos básicos” lobatianos atingiria não apenas os estudos das línguas, mas também a atividade de tradução. Seguindo o pensamento de Ogden, Lobato acreditava ser muito difícil aprender uma língua estrangeira, posto que “o manejo de uma língua envolve processos mentais só adquiríveis quando a mamamos no seio materno” (*ibidem*). Aprender o básico de uma língua, por outro lado, seria tarefa simples: “Mas se é assim difícil aprender uma língua estrangeira, nada mais fácil do que assimilar o que nela há de básico, jogando apenas com o vocabulário essencial” (*ibidem*, p.24). Novamente, percebemos uma tensão no movimento de tomada de posição do sujeito. Como vimos, Lobato defendia uma língua e literatura nacionais, algo que discursivamente pode ser observado, em muitas SDs, como um movimento de resistência do sujeito. Contudo, também vimos que, em outros momentos, ainda que conscientemente estivesse no movimento de luta, o sujeito Lobato repetia posturas e discursos tradicionais – o interdiscurso da posição-sujeito dominante na FD da/sobre língua se fazia presente – num movimento de assimilação. A SD acima materializa um momento em que o sujeito assimila o dizer do interdiscurso da FD da/sobre língua naquele momento, qual seja, a crença de que há uma espécie de língua universal, sendo as diversas línguas algo que recobre um núcleo comum. O curioso é que Lobato defendia as peculiaridades das línguas, exatamente o que tornava diferentes, na sua concepção, por exemplo, o português lusitano do português do Brasil, a língua brasileira. Como veremos na próxima seção, essa noção da existência de uma língua básica norteia parte do pensamento e prática tradutórios de Monteiro Lobato.

Os movimentos contraditórios lobatianos exemplificam o movimento dos sujeitos e dos sentidos, que tomam sua forma de acordo com as formações ideológicas e suas respectivas formações discursivas; lembrando, também, que as

FDs não apresentam fronteiras fixas – elas são porosas – e abarcam formas-sujeito fragmentadas.

### 4.2.3

#### Tradução

São vários os momentos em que Lobato discute a atividade tradutória. Esta esteve presente em sua vida desde cedo. Em momento de grande interesse pela obra de Nietzsche, por exemplo, Lobato chegou a traduzir as obras *O anticristo* e *O crepúsculo dos ídolos*, embora nunca as tenha publicado. Em carta ao amigo Albino Camargo, de 1905, Lobato já comentava sua empolgação pela obra *Além do bem e do mal* e sua tradução: “Nietzsche estonteia e me embriaga, mormente agora que começo a vislumbrá-lo. Estou laboriosamente a traduzi-lo e espero um dia escrever um estudo sobre ele” (Lobato, 1959, p.79, grifos do autor).

Quando ainda era estudante em São Paulo, Lobato costumava escrever seus pensamentos sobre assuntos variados. Esse “diário da mocidade”, como já mencionado, veio a ser publicado pelo autor e editor como um pequeno livro em 1923 sob o título de *Mundo da lua*. Entre as suas idéias e pensamentos, encontramos fragmentos em que o então rapaz já abordava a tradução. Um deles vem já com o título “Traduzir”: “Os nomes que vimos pela primeira vez como tradutores perdem o prestígio quando os vemos como autores. Há em nós a vaga impressão de que quem traduz não pode criar” (Lobato, 1950, p.50, grifos nossos).

Embora o trecho seja curto, são várias as observações que podemos fazer. Primeiramente, essa “vaga impressão” que “há em nós” e a que Lobato se refere são os discursos que falam em nós e nos constituem. Ainda que antes de 1923 não houvesse em nossa civilização ocidental estudos da tradução como um campo disciplinar de estudos, ideias sobre tal atividade já circulavam desde os romanos. Cícero, por exemplo, em 46 a.C já se debruçava sobre o assunto, tendo apresentado o grande problema que assombra os estudiosos/práticos da tradução até os dias de hoje, qual seja, se devemos ser fiéis às palavras do texto a ser traduzido – a chamada tradução palavra por palavra, ou ao pensamento que por meio delas é delineado – a tradução sentido-por-sentido.<sup>79</sup>

<sup>79</sup> Em nossa primeira incursão no campo de estudos da Análise do Discurso francesa tal como proposta por Michel Pêcheux, desenvolvemos um breve trabalho para analisar quais os efeitos de

Antes do século XIX, o nome do tradutor era tomado como sendo o autor do texto no Brasil (Frota, 2006, p.103). A partir do final do século XIX, entretanto, começaram a surgir os tratados internacionais a respeito dos direitos autorais. O resultado foi sentido já no início do século XX, quando o nome do tradutor deixou de constar do material traduzido, diferentemente do autor, o qual gozava de privilégios por ser um intelectual de renome. Essa situação corrobora a posição marginal ocupada pela atividade tradutória, embora tal atividade já estivesse presente no Brasil e no mundo. No Brasil, principalmente a partir da publicação dos folhetins nos jornais no século XIX, as traduções passaram a ser feitas cada vez com maior velocidade, não sendo determinantes fatores como a qualidade das mesmas. Não havia qualquer tipo de preocupação com uma regulamentação oficial. Como mencionado anteriormente, houve casos em que os originais não chegaram a tempo às mãos dos tradutores, os quais, então, se permitiram continuar as histórias por conta própria.<sup>80</sup> A falta de qualidade de boa parte das traduções produzidas até aquele momento aliada a um pensamento geral de que de que traduzir seria algo simples fez com que a tradução fosse vista como atividade em que a criatividade não entrava.

Como sabemos, a noção de tradução como atividade de preservação de uma suposta mensagem do autor do original no texto-meta ainda permanece, pelo menos para o público leitor não especializado. Trata-se de uma FD da/sobre a tradução no Brasil<sup>81</sup> (e no mundo) que tem como posição-sujeito dominante o tradutor-fiel. Essa posição-sujeito vem sendo desconstruída, porém, somente no meio acadêmico. Retornando a Lobato, a impressão de que quem traduz é incapaz de criar é algo que é sustentado pelo interdiscurso da FD da/sobre a tradução no

---

sentido evocados pelo uso dos termos “palavra-por-palavra” e “sentido-por-sentido” nas reflexões de Cícero e São Jerônimo. Procuramos mostrar que, embora os conceitos sejam supostamente os mesmos, sob uma análise discursiva, é possível percebermos que eles produzem diferentes efeitos de sentido. No caso de Cícero, a tradução sentido-por-sentido (ainda não nomeada assim por Cícero) era aquela que envolvia uma reelaboração textual, sendo, portanto, uma tradução mais livre, feita com os olhos voltados para a língua e o contexto de tradução e com objetivo de imitar o modelo estrangeiro para sobrepujá-lo. A tradução palavra-por-palavra (*uerbum pro uerbo*), por sua vez, seria a tradução literal, aquela considerada como a verdadeira tradução, todavia, não era a realizada por Cícero. São Jerônimo, por sua vez, ainda que remeta à prática de Cícero como modelo, postulava um caminho não coincidente com o dele. Ao abordar a concepção de “tradução sentido-por-sentido”, São Jerônimo a contrapunha ao discurso religioso, ou seja, no caso dos textos religiosos, a prática deveria ser respeitar o texto sagrado, tendo referência com uma fidelidade ao texto de partida (Campos, 2007).

<sup>80</sup> Ver, por exemplo, os trabalhos já citados de Pina Coco (2005) e Lenita Esteves (2003).

<sup>81</sup> Ver a tese de doutorado de Beatriz Caldas intitulada *Discursos sobre/de tradução no Brasil: línguas e sujeitos*, 2009, já citada.

Brasil. Vale ressaltar, entretanto, que o próprio Lobato sustenta uma posição semelhante à da posição-sujeito dominante na FD em questão e contra a qual pretendia combater. Lobato faz uma separação entre traduzir e criar – traduzir não é criar. Seriam dois trabalhos diferentes, o do autor – quem efetivamente cria, e o do tradutor, que cria somente quando se torna autor de obra própria. Não há, portanto, um movimento total de resistência; há também assimilação. Na superfície do que foi dito, vemos uma tentativa de afirmar que o tradutor pode ser autor quando escreve suas próprias obras, nesse sentido, a posição-sujeito não coincide com a posição-sujeito dominante da FD da/sobre tradução no Brasil, havendo um movimento de resistência. Contudo, o interdiscurso, que se apresenta no que foi efetivamente dito, sustenta o trabalho do tradutor como cópia ao silenciar o comentário sobre o ato criador também na tradução. Em outras palavras, Lobato não estaria de fato discutindo a atividade tradutória, mas, sim, a possibilidade de um tradutor escrever obras próprias e, apenas dessa maneira, ser autor. Nesse sentido, o gesto de resistência não é absoluto.<sup>82</sup> Todavia, levando-se em conta a história particular do sujeito, nesse momento ele ainda não tinha tido a experiência de criar suas editoras, publicar seus livros (até esse momento, Lobato havia publicado somente artigos, muitas vezes com pseudônimos) ou editar traduções (próprias ou de outrem). No mesmo diário, Lobato apresenta outro pensamento sobre a tradução:

A tradução literal, isto é de absoluta fidelidade à forma literária em que, dentro de sua língua, o autor expressou o seu pensamento, trai e mata a obra traduzida. O bom tradutor deve dizer exatamente a mesma coisa que o autor diz, mas dentro da sua língua de tradutor, dentro da sua forma literária de tradutor; só assim estará realmente traduzindo o que importa; a idéia, o pensamento do autor. Quem procura traduzir a forma do autor não faz tradução – faz uma horrível coisa chamada transliteração, e torna-se ininteligível... (Lobato, 1950, p.118, grifos nossos)

Esse fragmento é amplamente citado nos trabalhos que se destinam a estudar a prática tradutória de Monteiro Lobato. O que ficou de fora das

---

<sup>82</sup> Um ponto que pode ser levantado para criticar nossa posição aqui é que Lobato estaria correto em diferenciar o gesto da tradução do gesto de escrita de uma obra. Contudo, podemos argumentar que, se tomamos o conceito de gesto de interpretação tal como ele é entendido na AD, podemos advogar que há sim criação na tradução, posto que ela é resultado da ação do sujeito que interpreta a obra do autor, isto é, tradutor e autor criam, pois ambos interpretam, o primeiro quando escreve, o segundo quando lê e quando reescreve. Acreditamos ser possível defender que o tradutor interpreta duplamente – primeiro ao ler, depois ao escrever (traduzir) o que leu.

discussões é que não há aqui um movimento de resistência, mas sim de identificação do sujeito-tradutor com a posição-sujeito dominante da FD da/sobre a tradução no Brasil (e no mundo ocidental) e, portanto, de sujeição do sujeito-tradutor às práticas dominantes, pelo menos no que diz respeito à forma. Essa é uma discussão antiga, em que a contraposição forma *versus* conteúdo foi expressa por meio de termos como “tradução palavra-por-palavra”, “tradução literal”, “tradução sentido-por-sentido” e “tradução livre” para explicar a tradução.

Para melhor entendermos o movimento de assimilação, retornemos a Cícero. Segundo Mauri Furlan (2001), a primeira tradução literária de uma língua para outra teria sido a tradução do grego para o latim da *Odisséia*, de Homero, em 250 a.C.. A partir desse evento, o modelo grego passou a servir de inspiração para as produções latinas, seja em forma de tradução ou de criações mais ou menos livres. No caso das traduções propriamente ditas, o fator mais interessante é que a comunidade leitora era bilíngue, o que nos faz questionar a razão de haver traduções nesse contexto. Para responder, precisamos lembrar que os romanos consideravam a língua grega como mais ilustre. Sob este aspecto, ela seria a língua de cultura, cujos modelos literários deveriam ser imitados, mas no sentido de se estabelecer uma literatura própria. Sendo assim, a tradução tinha grande relevância para os romanos, a ponto de ser construída toda uma terminologia para o conceito de traduzir (Folena *apud* Furlan, 2001, p.8).

Segundo Furlan (2001), a tradução dita artística teria sido uma criação latina, na qual estava em questão a ênfase no texto de chegada. Cícero teria oferecido a primeira reflexão teórica a respeito da atividade de tradução de que se tem notícia. A figura de linguagem à qual Cícero recorre em seu *De optimo genere oratorum* (46 a.C.) para tentar explicar o trabalho tradutório é a metáfora do orador. Segundo Cícero, seu procedimento era “traduzir como orador” (*ut orator*), conservando os mesmos pensamentos que estariam no texto de partida com palavras mais convenientes ao contexto de chegada, no caso, o romano:

Não traduzi como intérprete, mas como orador, com os mesmos pensamentos e suas formas bem como com suas figuras, com palavras adequadas ao nosso costume. Para tanto, não tive necessidade de traduzir palavra-por-palavra, mas mantive o gênero das palavras e sua força [...] buscando as palavras até o ponto em que elas não se distanciem do nosso uso. (Cícero,1996:38;40;V,14;VI,23, tradução de Furlan, grifos nossos)

Estava lançado aí o conceito de tradução “palavra-por-palavra” (*uerbum pro uerbo*), que viria a sofrer várias transformações no eixo do tempo, sendo usado mais frequentemente como sinônimo para “tradução literal”. Além do fato de que Roma era uma potência no tempo de Cícero e, portanto, sustentava o discurso de dominação pelo conquistador, há ainda a questão de que o próprio sistema de ensino dos romanos, baseado no sistema grego, incluía a prática do comentário ou crítica textual, além da disciplina da retórica, sendo que nesta última entrava em questão a prática da imitação, com o objetivo de reinventar a fonte. Além disso, a suposta “teoria” de Cícero sobre tradução se encontra em um tratado sobre eloquência, no qual ele afirma tacitamente realizar imitação e não tradução. Para Cícero, traduzir na prática (se deixando perceber na “teoria”) seria o ato de imitar o modelo estrangeiro com os olhos voltados para a língua e o contexto de tradução.<sup>83</sup> Embora vejamos efeitos de sentidos diferentes no discurso de Cícero – sobrepujar a cultura grega – e na de Lobato – ampliar os horizontes dos leitores brasileiros por meio das literaturas estrangeiras – percebemos que o primeiro se deixa a ver no segundo. Pela AD, entendemos que o já-dito do intercurso da FD da/sobre tradução no Brasil (e no mundo ocidental) se apresenta no intradiscurso do sujeito Lobato pelo funcionamento de um movimento de assujeitamento parcialmente bem-sucedido – assimilação – do sujeito à posição-sujeito dominante da FD da/sobre a tradução no mundo ocidental. Dizemos parcialmente porque, como veremos, houve resistência no que tange aos textos escolhidos para serem submetidos à tradução.

Além disso, como já abordado, no século XIX, o objetivo da tradução era manter o interesse do leitor, o que na época estava também ligado à manutenção dos padrões europeus, predominantemente os valores franceses. Nesse sentido, era válido e até aconselhável manter expressões em francês, o modo de vida francês, contudo, de forma que o leitor pudesse acompanhar a leitura. Logo, embora

---

<sup>83</sup> Trabalhamos o pensamento de Cícero e São Jerônimo por serem considerados os precursores da discussão sobre tradução no mundo ocidental (ver, por exemplo, George Steiner, 1998, p.319; Jeremy Munday, 2001, p.19). A partir da discussão inaugurada por eles, outros se dedicaram à tentativa de sistematizar a prática tradutória, embora ainda não houvesse uma teoria propriamente dita. Dentre eles, podemos destacar Martinho Lutero (1522, 1534) e sua tradução “herética” do Novo e do Velho Testamento para o alemão vernacular; John Dryden (1680), que rejeitava a imitação e a tradução literal e defendia um respeito ao autor e ao sentido, mas não às palavras; Alexander Tytler (1797), o qual defendia haver uma hierarquia: primeiro o respeito à idéia do trabalho original, depois um respeito à forma e, por fim, a manutenção da fluência da composição original. Segundo Munday, no mundo europeu, a imitação predominava no século XVI, com a tentativa de recriação do mesmo espírito do original na língua de chegada (Munday, 2001, p.27).

houvesse citações em francês, o trabalho era o da facilitação da leitura, aproximando-se muito do que hoje denominamos nos Estudos da Tradução de domesticação (Venuti, [1986]1995a). A “forma literária” a que Lobato se refere, é a forma da língua, é escrever de forma a preservar uma ordem sintática que possa ser reconhecida pelo leitor. Nesse sentido, não seria incorreto afirmar que não haveria algo de novo aqui – um movimento de resistência seria o de introduzir uma nova postura, qual seja a de preservação da forma sintática do original, por exemplo. A resistência lobatiana no que se refere à tradução caminhou por outra direção, como veremos mais adiante. Há que ser ressaltado, ainda, que Lobato conhecia muito bem as traduções dos folhetins do século XIX. Em carta de 1934 a Rangel, Lobato comenta sua vontade de fazer “um verdadeiro *Rocambole* infantil” (Lobato, 1955b, p.329). Como vimos, os tradutores dos folhetins, inclusive do já citado *Rocambole*, por diversas razões, alteravam sobremaneira o texto, podendo ser esta referência de Lobato tomada como uma materialização no discurso das ideologias da posição-sujeito dominante da FD da/sobre tradução no Brasil.

Contudo, é relevante nos questionarmos quais os efeitos de sentido de “dizer exatamente a mesma coisa que o autor diz”. Ao observarmos o percurso tradutório de Lobato, bem como as suas cartas, percebemos que esse “exatamente a mesma coisa” tem um efeito de sentido diferente daquele do discurso religioso, no qual “até mesmo a ordem das palavras encerra mistério” (São Jerônimo, 1996, p.50/64, tradução de Furlan) e do que hoje entendemos por “exatamente a mesma coisa” no campo atual dos Estudos da Tradução. Observamos que o sujeito Lobato não disse “língua materna”, nem “língua do contexto-meta”, “língua do Brasil” ou “língua portuguesa” – ele disse “sua língua de tradutor” e “sua forma literária de tradutor”. Uma das coisas que a AD nos ensina é que a escolha das palavras não é aleatória e muitos menos determinada somente pela escolha do sujeito – há o movimento do sujeito pela/na FD da qual ele fala; há historicidade<sup>84</sup> e há

---

<sup>84</sup> Conforme já abordado no capítulo 3, o conceito de historicidade se refere à relação constitutiva entre a história e a linguagem, posto que é nessa relação que os sentidos são produzidos; o objeto da AD. Assim, todos os atos do sujeito (fala, escrita, escuta, leitura, tradução, por exemplo) têm relação com o gesto da interpretação, que é a maneira pela qual o sujeito constrói os sentidos que significam e que o significam, a partir de sua história particular em relação às FIs/FDs que o assujeitam (o Outro do intercurso). Nas palavras de Paul Henry ([1982], 1997): “Não há ‘fato’ ou ‘evento’ [...] que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que acolhemos causas e consequências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso. Isso vale para nossa história pessoal, assim como para a outra, a grande História” (p.52).

singularidade. Em outras palavras, a “escolha” do sujeito nem é totalmente livre, nem totalmente determinada; é resultado da interpretação do sujeito, posto que “ao se dizer, se interpreta” (Orlandi, 1996, p.30). Desse modo, “quando uma palavra significa é porque ela tem textualidade, ou seja, porque a sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta, que a provê de realidade significativa” (*ibidem*, p.52). Nesse sentido, ao dizer “do tradutor”, Lobato está pondo em evidência o trabalho do principal agente da tradução – aquele que a realiza, colocando-o no centro da discussão. Essa “escolha” está em sintonia com o que ele afirma em outro momento: o tradutor “reconta” o texto-fonte com “palavras suas” (Lobato, 1950, p.127), bem como com os discursos que circulavam sobre a tradução no seu tempo, ou seja, o dizer lobatiano tem como sustentação o interdiscurso da FD da/sobre tradução no Brasil cuja posição-sujeito dominante permite a intervenção do tradutor na forma de omissões, acréscimos, substituições etc. (em outras palavras, à moda das já citadas belas infiéis). Desse modo, se tomamos o significado literal de “dizer exatamente a mesma coisa que o autor diz”, vemos na postura de Lobato uma tensão entre o que ele diz – respeitar o texto-fonte – e o que ele efetivamente faz – reconstruir o texto manipulando-o ao ponto de suprimir partes inteiras, por exemplo. Por outro lado, se procuramos o efeito de sentido como um processo mais amplo, podemos argumentar que “dizer exatamente a mesma coisa que o autor diz” tem um efeito de sentido singular, o qual se resume a manter o núcleo do que foi dito, adaptando-o ao modo de dizer do tradutor, o qual envolve o seu estilo, a forma de dizer da língua de tradução e a forma literária da cultura de chegada. Lobato, então, se comportava como o cleptomaníaco do conto “O tradutor cleptomaníaco”,<sup>85</sup> “roubando” e manipulando

---

<sup>85</sup> Esse conto do escritor e poeta húngaro Dezső Kosztolányi (1996) é bem conhecido no campo dos Estudos da Tradução. Resumidamente, o conto trata da história de Gallus, jovem húngaro que tinha um forte impulso: furtar coisas. Devido a esse hábito, o personagem foi preso, tendo sido solto após cumprir sua pena. Convidado a traduzir um romance policial, Gallus aceita por falta de opção e sua tradução é bem recebida, considerada fluente, poética e bem realizada. Contudo, na comparação entre o texto da tradução e original, vem a surpresa: o tradutor havia furtado 947 colares, 181 relógios, florestas, propriedades, e muitas outras coisas. Enfim, Gallus-tradutor não conseguira resistir ao impulso de furtar. O texto é estudado no campo da tradução como uma metáfora do tradutor-manipulador que, como Gallus, seria um cleptomaníaco, uma vez que se apossa do que não lhe pertence, no caso da tradução o texto original, adaptando-o ao gosto do contexto receptor. Maria Clara Castellões de Oliveira, no artigo “A cleptomania do tradutor: a tradução no Brasil na década de 40 do século XX”, usa essa metáfora para se referir à prática dos irmãos Campos, os quais praticavam a “tradução-usurpadora” (Oliveira, 2008, p.1). Cabe salientar, entretanto, que a prática “cleptomaniaca” de Lobato e a dos irmãos Campos se diferenciavam. Estes defendiam a tradução como uma reinvenção estética de um texto-fonte na qual a forma deveria ser preservada. Lobato, por outro lado, não visava à manutenção da forma do original e

partes do texto pela identificação do sujeito-tradutor com a FD da/sobre tradução no Brasil que tinha como tradição a idiomaticidade, em que o modo de falar da tradução privilegiava as peculiaridades nacionais em detrimento daquelas do texto-fonte.

Para sustentar nossa argumentação, pelo menos no que tange à literatura infanto-juvenil, cabe citar aqui um trecho do seu artigo intitulado “A criança é a humanidade de amanhã”, publicado em 1950:

Quem quiser formar idéia do que tem de ser a literatura infantil basta que estude a fundo essa historia [...] convencer-se-á então que foi composta pelas próprias crianças por intermédio de suas mães ou vovós [...] Imagino que ao ser contada pela primeira vez a história da menina da capinha vermelha, a primeira criança que a ouviu determinou, de inicio, dois pontos: a capinha e a cor da capinha. “Era uma vez um menina que usava um vestido azul”, teria começado uma vovó lá no fundo da Alemanha. A loura Gretchen, de quatro anos [...] vendo [...] a neve cair, interrompeu-a aí para a primeira colaboração. “Vestidinho, não, vovó – capinha”. Muito mais interessante, com aquele frio uma capinha de lã, lã quente. “Azul também não vovó – vermelha.” O azul é frio, o vermelho é quente. E a história da menininha do vestidinho azul passou a ser, desde esse momento, a história da menina da capinha vermelha [...] e se vieram variantes é que os temperamentos variam e há que atendê-los. (Lobato, 1959a, p.252)

Ele estava se referindo à estratégia para manter o interesse das crianças, o que pode ser estendido à prática da tradução. Assim, não havia problema algum se uma cadelinha, que tinha acertado um personagem na barriga no texto original, na tradução lobatiana tenha se plantado com suas patinhas no joelho do personagem (Martinez, 2008, p.7), nem faria diferença o uso pelo tradutor de uma série de conjunções quando o autor primava pela justaposição de sentenças sem o uso explícito de elementos de coesão (Campos, 2004, p.157) simplesmente porque “os temperamentos variam”, cabendo ao tradutor o direito, na concepção lobatiana, de manter o estilo próprio, apreciado na SUA cultura. Essa interpretação se fortalece pela idéia lobatiana de que poderia ser feito um “português básico”, tal como no na Inglaterra era colocado em discussão o “inglês básico”, como mencionado na seção anterior.

Ainda com relação à mesma SD sob análise, cabe retornar à idéia de basificação das línguas. Como vimos, apesar de Lobato defender a nacionalização

---

objetivava uma escrita voltada para o abasileiramento da língua do original (e da tradução) (Campos e Oliveira, 2009, p.71).

da literatura e da língua, ao mesmo tempo ele acreditava em uma espécie de língua universal, que seria revestida pelos modos diferenciados de cada língua. Desse modo, ao serem estabelecidas formas básicas das línguas, o trabalho da tradução, não somente de aprendizado das línguas, seria simplificado. Nas palavras de Lobato:

Se tivéssemos esse Português Básico, [a coleção de contos da literatura brasileira a ser publicado nos EUA] alcançaria muito maior número de interessados, e a todos os estudiosos dum idioma sul-americano pouparia trabalho e tempo. Porque o que nesses contos há de mais difícil para o leitor norte-americano são as pequenas nuances regionais que a “basificação” destruiria sem prejuízo do essencial. Um exemplo. Certo autor brasileiro começa um dos seus contos assim: “O pergureiro tangia o armento para o aprisco”. Como traduzir isso para o inglês? A tarefa não é fácil, porque exige, primeiramente, que seja vertido para o português atual que se fala no Brasil. Essa tradução em português atual daria isto: “O negro toca o gado para o curral” – porque já não temos “pergureiros” ou pastores, e sim um “negro” ou um vaqueiro que lida com o gado. E não temos “armentos” ou rebanhos, e sim “gado”, em geral. E o verbo “tanger” está restrito ao uso poético (tanger a lira, por exemplo). Em vez do tanger temos o verbo “tocar” (tocar sino, tocar musica, tocar galinhas, tocar gado). E não temos mais “aprisco”, palavra também confinada ao uso poético. Temos o “curral”. De modo que a frase do nosso contista, na forma arcaica em que a escreveu, é praticamente intraduzível para o inglês, embora esteja descrevendo a coisa ou a cena mais traduzível deste mundo em todas as línguas existentes, inclusive o Inglês Básico. (Lobato, 1955b, p.25, grifos nossos)

Da sequência discursiva acima, percebemos como a ideologia de que há um núcleo comum, uma essência, a todas as línguas se presentifica. A cena do contista é traduzível para “todas as línguas”, desde que seja à língua falada no Brasil, esta, sim, a língua-fonte de fato do texto a ser traduzido para a língua inglesa. As “nuanças regionais” prejudicam essa essência, e, portanto, ao serem retiradas resolvem o problema da tradução. Essa defesa implica um movimento de assimilação de um pensamento ocidental sobre a tradução, sustentado no Brasil por meio das ideologias das culturas lusitana e francesa. Nesse sentido, não há um movimento de resistência por parte do sujeito, mas de sujeição à posição-sujeito universal da FD da/sobre tradução no Brasil (e no ocidente em geral). Explica-se, também, o sentido de “dizer exatamente o que autor diz, mas na sua língua de tradutor”, que pode ser entendido como dizer essa essência, mas com as “vestes” da língua de tradução.

Na década de 1930, Lobato escreveu um artigo intitulado “Je prends le Soleil” para o jornal *La Prensa*, de Buenos Aires, que, em novembro de 1938, foi

publicado no Jornal *Cultura*, de São Paulo, sob o título de “Eu tomo o Sol”. Nesse artigo, Lobato aborda a tradução que realizou da obra *Mme. Curie*, de Eva Curie, e tece inúmeros comentários sobre tradução. Esse artigo é particularmente relevante por não ter sido abordado ainda nos estudos que se destinam a compreender a prática desse importante tradutor e por ser um texto no qual Lobato constrói várias metáforas para tentar dar conta da complexidade da atividade tradutória.

Há uma tradição nos estudos da tradução do uso de metáforas diversas para descrever a atividade. Como vimos, Cícero, em 46 a.C., já havia usado metáforas para entender/explicar o trabalho da tradução: aquele que traduz palavra-por-palavra seria o “intérprete”, e o verdadeiro tradutor, enquanto aquele que, como ele, praticava a imitação, seria o “orador”. Na França dos séculos XVI e XVII, como já abordado, foi usada a metáfora das “belas infieis”. Walter Benjamin, em 1923, escreveu o texto “A tarefa do tradutor” (o qual é considerado seminal no campo dos Estudos da Tradução) como prefácio às traduções de poemas de Baudelaire usando como metáforas “a tangente e o círculo”, o “manto real” e “os vasos quebrados”<sup>86</sup> para tentar dar conta da complexidade da atividade tradutória. O uso lobatiano das metáforas, portanto, também aponta para a sua identificação com a tradição da tradução no Brasil e mundo ocidental e, dessa forma, como mais uma sujeição bem-sucedida do sujeito pela FD da/sobre a tradução no Brasil (e no ocidente). As metáforas usadas por Lobato para abordar a tradução ainda não foram completamente estudadas, sendo essa mais uma contribuição que pretendemos fazer para o campo dos estudos da tradução.

Lobato inicia seu artigo abordando as formas de ler. Segundo ele, o tradutor seria o leitor por excelência, uma vez que a ele cabe uma das formas mais profundas de leitura – o tradutor seria, portanto, um “escafandrista”:

Há muitas maneiras de ler. Talvez que a mais profunda seja a de quem verte um livro para outra língua. O tradutor é um escafandrista. Mergulha na obra como num mar; impregna-se dum pensamento concretizado de um certo modo – o estilo do autor – e lentamente o vai moldando no barro de outro idioma, para que a obra não admita fronteiras; Sem esses abnegados trabalhadores, a literatura ficaria adstrita a pátrias, condenada a limites muito mais estreitos do que os permitidos pela sua potencialidade. (Lobato, 1959a, p.237, grifos nossos)

<sup>86</sup> Ver a tese de doutorado de Maria Clara Castellões de Oliveira, intitulada *O Pensamento Tradutório Judaico: Franz Rosenzweig em diálogo com Benjamin, Derrida e Haroldo de Campos* (2000), onde a autora discute as metáforas benjaminianas sob a perspectiva do deslocamento, da revelação, da redenção e do desnudamento.

Várias são as observações que podem ser feitas. Primeiramente, o movimento de resistência de Lobato pode ser observado na própria metáfora do escafandrista. O trabalho da tradução não é simples como o senso comum faria crer, mas sim árduo. O escafandrista não pode mergulhar no mar sem treinamento e sem o equipamento adequado. Do mesmo modo, não se pode aventurar na tradução sem um preparo, sem um estudo cuidadoso, sem uma leitura profunda da obra a ser traduzida. Em 1938, Lobato já chamava a atenção para a importância de uma leitura bem feita e cuidadosa antes que o trabalho efetivo da tradução pudesse ser feito. Se pela FD da/sobre a tradução no Brasil o trabalho tradutório é de fácil realização e feito sem critérios, o sujeito se contra-identifica com a posição-sujeito dominante dessa FD ao sustentar a complexidade de tal tarefa. Além disso, se o tradutor não era visível no interdiscurso da FD em questão, Lobato chama a atenção para sua participação ativa na construção do novo texto – ele “molda”, com um trabalho próprio, as idéias do autor no “barro” de outro idioma. Porém, ao dizer e, portanto, sustentar a existência de um sentido prévio, o sujeito também se identifica com a posição-sujeito dominante da FD da/sobre a tradução no Brasil que nega a mesma interpretação que ele pretendia defender. Há, portanto, ao mesmo tempo um movimento de identificação-assimilação e contra-identificação-resistência, que é próprio de períodos em que ocorre uma tentativa de subversão dos valores instituídos. Outra materialidade de um movimento de assimilação é o uso do adjetivo “abnegados”. Embora Lobato criticasse a Igreja,<sup>87</sup> o uso da palavra remete ao discurso religioso – o do tradutor como sacerdote<sup>88</sup> – num movimento do “bom-sujeito”, ou seja, o sujeito se sujeita ao mesmo discurso que conscientemente pretendia subverter, nesse caso, o discurso religioso.

Cabe aqui retomar alguns pontos discutidos no capítulo 2. Como nos mostra Indursky (2000), a partir de Courtine (1981), as FDs não são homogêneas, havendo uma fragmentação das formas-sujeito que as dominam. Resumidamente, é como se na periferia de uma mesma FD, houvesse posições-sujeito dissidentes,

---

<sup>87</sup> O discurso religioso não foi nosso objetivo de investigação. Contudo, uma vez que é de conhecimento dos estudiosos de Lobato sua crítica à Igreja e frente ao fato de que o discurso religioso está no cerne do estabelecimento da tradução palavra-por-palavra versus tradução sentido-por-sentido (portanto, na gênese da própria constituição do discurso da/sobre a tradução no mundo ocidental), achamos pertinente nos referirmos, ainda que de forma sucinta, à presença do discurso religioso no dizer lobatiano sobre a atividade tradutória.

<sup>88</sup> Fazemos esse comentário a partir das investigações de Caldas (2009), já citada, bem como de diálogos estabelecidos entre a autora desta tese e a referida pesquisadora para a produção de ambas as teses de doutorado aqui citadas.

não dominantes. Como sabemos, as FDs comportam o que deve ser dito, mas também o que não deve ser dito e, de tempos em tempos, o movimento dos sentidos altera a hierarquia das posições-sujeito – o que era dominante passa a ser periférico e vice-versa. Assim, a contradição já está presente na própria FD. Além disso, é preciso novamente lembrar que defendemos aqui ser o processo de interpelação não homogêneo, até porque consideramos que a história particular do sujeito está na raiz do processo de tomada de posição. Logo, um mesmo sujeito empírico pode tomar posições-sujeito até mesmo conflitantes no decorrer da produção de um texto e no decorrer de uma vida inteira.

O movimento de resistência lobatiano também pode ser observado na forma em que ele chama atenção para a valorização do tradutor – são “abnegados trabalhadores”. O uso do adjetivo é bastante interessante, porque também se sustenta pelo discurso religioso, sugerindo que os tradutores fazem seu trabalho com altruísmo, desapego e renúncia,<sup>89</sup> uma vez que seu trabalho não é reconhecido. Porém, ao chamá-los de “trabalhadores”, vai contra o discurso da falta de reconhecimento reinante, e portanto, vemos o movimento do “mau-sujeito”, daquele que se rebela contra o *status quo*. No parágrafo seguinte, Lobato continua a sustentar essa posição de valorização do tradutor:

O homem de uma só língua, que entra na biblioteca e pode ler o *Banquete* de Platão [...] a *Guerra e Paz* de Tolstoi, o *D. Quixote* [...] o *Fausto* e tanta coisa, admira os autores mas não tem uma palavra para a formiga humílima – o tradutor – graças à qual aquelas obras lhe caíram ao alcance. Para o tradutor não haverá nunca remuneração econômica, nem glória, nem sequer a gratidão dos homens, só há insultos quando não faz o trabalho perfeito. Não obstante, a *coisa suprema* do mundo mental: universalização do pensamento – é obra deles. (Lobato, 1959a, p.237, grifos nossos)

O projeto ideológico de Lobato se baseava nessa “universalização do pensamento”. O escritor/editor/tradutor desejava nutrir o povo brasileiro com obras dos mais diversos lugares para que novos ares atingissem a nação. Essa transformação do “aborígene” poderia ser conseguida, entre outras coisas, por traduções feitas com qualidade. Daí a necessidade tanto de discutir a atividade quanto a de reconhecer o trabalho do tradutor – de tão renegado, é uma

---

<sup>89</sup> Cabe lembrar aqui a tradução de Susana Kampf Lages do texto de Walter Benjamin como “*A tarefa-renúncia* do tradutor” (grifo nosso), ainda que os sentidos mobilizados por Lobato não apontem para o mesmo tipo de renúncia presente no texto benjaminiano.

formiguinha, porém capaz de uma atividade de tão grande importância para o desenvolvimento e a renovação do país. E Lobato continua seu texto:

A América Lática acaba de receber um alto presente elaborado por uma dessas tenazes abelhas da internacionalização, Benjamin de Garay, com *seu transplante* para o castelhano de *Os Sertões* de Euclides da Cunha. Graças a Garay, o formidável tríptico brasileiro – a Terra, o Homem e a Luta – tornou-se acessível ao mundo de língua espanhola. (Lobato, 1959a, p.237-238, grifos nossos)

A pequenez do tradutor é novamente abordada de forma figurativa – primeiro, formiga, agora abelha, talvez porque a abelha, ainda que pequena, seja capaz de voar grandes distâncias, assim como o trabalho da formiguinha tradutora. O uso de internacionalização também é bastante interessante aqui. O deslocamento dos intelectuais nas diversas culturas é algo antigo, principalmente no continente Europeu, onde são curtas as distâncias entre os diferentes países. No caso das colônias, por serem as metrópoles consideradas os centros de cultura, também se verificava o deslocamento, tanto que filhos de famílias abastadas estudavam na Europa. No entanto, o conceito de internacionalização viria a se desenvolver mais fortemente no final do século XX e início do XXI, inclusive com um fortalecimento dos intercâmbios estudantis.<sup>90</sup> Lobato já em 1938 vislumbrava a relevância da integração dos povos para fortalecimento das culturas e identidades nacionais e, segundo ele, os agentes mais importantes desse processo eram os tradutores que, conseqüentemente, deveriam ser mais valorizados. Não seria incorreto dizer que Lobato foi figura fundamental no processo de reconhecimento da atividade tradutória no Brasil.

Outra metáfora usada por Lobato nesse trecho é o da tradução como “transplante”. Transplantar, entre outras coisas, remete ao ato de transferir algo de um lugar ou contexto para outro ou, no caso das plantas, desarraigar o vegetal e plantá-lo em outro lugar. Logo, permanece a identificação do sujeito-tradutor com a FD da/sobre a tradução no Brasil em que há uma mensagem fechada e fundamental, a essência, esse órgão intacto (planta) que pode ser transportado para outro lugar, no caso da SD citada, o corpo (terra/solo) da língua espanhola.

<sup>90</sup> Atualmente, a Comissão Europeia, entre outros assuntos, discute a intensificação da internacionalização, inclusive com uma reforma educacional, advinda das discussões efetuadas no âmbito do processo de Bolonha. Nesse sentido, as várias instituições de educação superior europeias alteraram os sistemas de créditos e a duração de programas para facilitar os intercâmbios acadêmicos.

Lobato termina o artigo novamente aludindo à relevância do trabalho de tradução: “Como não considerar imenso um livro que reproduz com fidelidade de espelho uma vida de significação imensa? E como não concluir que é imensa a paga dum tradutor quando transplanta para a sua língua uma obra assim?” (Lobato, 1959, p.245). Em AD, entendemos que a pontuação também produz efeitos de sentido. No caso da SD acima, os pontos de interrogação são particularmente sugestivos. A interrogação funciona não como um questionamento, mas como uma reafirmação do absurdo de não se dar a devida atenção aos tradutores e ao seu trabalho. Neste momento, tem-se a uma materialização de um processo de resistência, uma vez que Lobato defende o trabalho tradutório, ao contrário do que normalmente era permitido pelo interdiscurso da FD da/sobre a tradução no Brasil, o qual sustentou a publicação de várias traduções sem que constasse o nome do tradutor.

Ainda com relação à sua postura tradutória, Lobato tinha um pensamento bastante consistente sobre a tradução de obras infantis. Como vimos na seção sobre literatura no Brasil, a literatura para crianças deveria ser feita de modo a facilitar a leitura, com o uso de uma língua corrente, fluente. O estilo lobatiano de tradução primava também pela “poda de foice” (Lobato, 1955b, p.60), assim como ele sugerira para *Os Maias*, de Eça de Queiroz. Além disso, a idéia era a de que a literatura para crianças fosse feita como quem reconta uma história, de maneira simples, com palavras próprias (Lobato, 1950, p.127). São muitas as passagens que confirmam essa tomada de posição. Vejamos algumas retiradas de sua correspondência com Rangel. A começar por uma carta de 1915:

Tive idéia de um livrinho que vai para experiência do publico infantil escolar, que em matéria fabulística anda a nenhuma [...] Fiz então o que vai. Tomei de La Fontaine o enredo e vesti-o à minha moda, ao sabor do meu capricho, crente como sou de que o capricho é o melhor dos figurinos. A mim me parecem boas e bem ajustadas ao fim [...] quero de ti duas coisas: juízo sobre a sua adaptabilidade à mente infantil e anotação dos defeitos de forma. (Lobato, 1955b, p.193, grifos nossos)

Traduzir é outro momento em que o sujeito Lobato toma para si a ação; ele se apropria da obra de La Fontaine: “tomou o enredo”; e o “moldou” no barro do seu idioma – o português brasileiro. Mas não somente isso, ele o moldou ao *seu* estilo – “ao sabor de seu capricho”. A tradução de obras infantis para ele tinha a ver com a adaptação das obras estrangeiras ao gosto das crianças brasileiras. E essa

adaptação deveria ser empreendida não somente nas obras alheias, mas nas suas para que pudessem se “vestir” à italiana, à espanhola etc., como podemos ver em carta sua de 1943 à sobrinha Gulnara:

Por falar em Rodrigo, incluo aqui um pedaço de pagina que salvei dum PICAPAU AMARELO que estive adaptando para a Argentina. Como lá não vai aparecer esse trecho (que só a nós interessa), mando-o como recordação duma passagenzinha dele que já anda esquecida. (Lobato, 1959c, p.101)

Em entrevista a Silveira Peixoto, para a Gazeta-Magazine, Lobato usa o mesmo termo para falar das traduções de suas obras infantis: “A tradução na Argentina está sendo feita. São muitos livros. Minha presença lá é necessária para dirigir o trabalho, fazer as necessárias adaptações” (1955c, p.179, grifos nossos). Desse modo, continua a mesma técnica do corte, da “poda”, da manipulação do texto de acordo com o gosto do leitor, nesse caso, argentino. Assim, se pensarmos em um *continuum*<sup>91</sup> com a tradução em um pólo e a adaptação em outro, poderíamos pensar que, em matéria de tradução para crianças, as traduções de Lobato se aproximavam muito da adaptação.

Ao tentar suprir uma demanda de literatura até então quase ignorada, Lobato sustentava um movimento de resistência, porém, ao seguir a tradição dos jornais de guiar sua conduta pelo gosto do público-leitor, assimilava posturas dos folhetins publicados no Brasil do século XIX. O que o diferenciava destes era uma preocupação com a qualidade, uma vez que por trás de cada tradução, fosse sua, alheia e/ou de uma obra própria, mantinha um critério consistente, advindo de sua ampla reflexão sobre a atividade tradutória.<sup>92</sup> De qualquer modo, permanece a liberdade para manipular a forma dos originais, somente a “essência” não devia ser alterada: “Recebi *Tempestade*. Vai traduzindo os outros contos shakespireanos [sic]<sup>93</sup>, em linguagem bem simples, sempre na ordem direta e com toda a liberdade. Não te amarres ao original em matéria de forma – só em matéria de fundo” (Lobato, [1921] 1955b, p.232, grifos nossos).

<sup>91</sup> Proposta de Maria Clara Castellões de Oliveira para que se possa fugir da dicotomia tradução *versus* adaptação. Não haveria nem tradução nem adaptação puras; seria uma questão de gradação: o texto-meta tenderia mais ou menos a cada um dos pólos, dependendo das estratégias de tradução aplicadas.

<sup>92</sup> Ver a dissertação de mestrado *For Whom the Bell Tolls, de Ernest Hemingway, e suas traduções no contexto brasileiro* (2004), já citada.

<sup>93</sup> Transcrevemos da maneira que está nas *Obras completas de Monteiro Lobato*, no entanto, a forma usada é “shakespearianos”.

Quando Rangel terminou sua tradução de *A Tempestade*, Lobato revisou o texto em 1924, pois ainda não estava de acordo com as suas regras de tradução e assim respondeu a Rangel “Breve te mandarei provas da *Tempestade*, com as emendas que fiz tendentes a puerilizá-lo um pouco mais. Os leitores vão ser crianças. Teu estilo estava muito “gente grande” (Lobato, 1955b, 267, grifos nossos). Mais uma vez Lobato chama a atenção para a necessidade de uma linguagem mais simples, fluente, para conseguir conquistar o público infantil.

O sucesso de Lobato com as crianças, tanto como editor quanto como escritor, gerou a vontade publicar cada vez mais para esse mesmo público. A ideia era modernizar a língua, como podemos ver em carta de 1921 a Rangel:

Pretendemos lançar uma serie de livros para crianças, como *Gulliver, Robinson*, etc., os clássicos, e vamos nos guiar por umas edições do velho Laemmert, organizadas por Jansen Miller. Quero a mesma coisa, porem com mais leveza e graça de língua. Creio até que se pode agarrar o Jansen como “burro” e reescrever aquilo em língua deslitteralizada – porque a desgraça da maior parte dos livros é sempre o excesso de “literatura”. Comecei [...] mas não tenho tempo [...] Quer pegar a empreitada? [...] Coisa que se faz a correr da pena. É só ir eliminando todas as complicações estilísticas do “burro”. Se não tens por aí essas edições do Laemmert, mandarei. (Lobato, 1955b, p.233)

Novamente aqui, vemos movimentos de assimilação e resistência. Percebemos que permanece a “poda de foice” (Lobato, 1955b, p.60), para o estilo rebuscado: “eliminar as complicações estilísticas”. Contudo, a deslitteralização, do jeito que está sugerida na carta, seria realizada a partir das edições de Laemmert, o que significa retornar à prática da tradução indireta, ou seja, em vez de partir do original, Lobato propõe uma tradução intralingual da tradução existente a ser realizada em língua portuguesa, a qual foi rechaçada por Lobato por usar de uma língua velha, sem a “leveza” da “nova” língua portuguesa do Brasil. A tradução intralingual também é sugerida para obras escritas no Brasil. Vejamos duas cartas de 1924 a Rangel:

Sabe o que quero? Verter a Menina e Moça, ou *Saudade* do velho Bernadim Ribeiro, em língua quase atual. Fiz uma parte, que já dei a imprimir [...] Aquilo está já muito recuado, muito antiquado; mas se o pusermos mais perto, em língua, não digo de hoje, mas de pouco antes de Herculano, fica uma delicia. (Lobato, 1955b, p.268)

Já concluí a semi-desarcaização do Bernadim Ribeiro, mas coisa tão leve que o leitor nem sente. Nada se perdeu da ingenuidade daquele homem. De ilegível que era, ficou delicioso de ler-se [...] só agora, Rangel, vai o Bernadim popularizar-se

no Brasil [...] Eu tinha-o na estante e jamais o li. Pegava e largava. E, como eu, todo mundo. (Lobato, 1955b, p.268-269)]

É interessante perceber que o projeto tradutório de Lobato ia além das obras estrangeiras; era preciso “verter” também as obras nacionais que há muito não eram lidas – mesmo esses textos necessitavam um toque “da língua da terra”, ainda que não fosse a daquele momento. Esse movimento está em consonância com a proposta lobatiana de língua e literatura: coisas simples, se aproximar do leitor para ser lido, “dizer sol, em vez de astro-rei” (Lobato, 1959c; p.263), distanciar-se do lusitanismo e do galicismo.

A manipulação do texto podia chegar ao ponto de aperfeiçoar o original – era mais uma vez a defesa da liberdade da forma. A mesma regra, novamente, sendo válida para as obras lobatianas traduzidas para outras línguas: “Prieto está agora [...] a rematar a tradução dos “Urupês” [...] e a cuidar do “Hércules”, que vai sair num só volume, *mejorado*, em edição de luxo, a 30 pesos” (Lobato, 1959c, p.197, grifos do autor). Esse “*mejorar*” tinha ver com a sua crença na universalização do pensamento por meio da intercomunicabilidade entre os povos. No caso brasileiro, a “melhoria” se dava sempre no sentido de “abrasileirar a linguagem” para captar a atenção do público infante-juvenil, como afirma em cartas de 1925 a Rangel e em carta de 1943 ao amigo e jornalista Mário Donato, o qual adaptara alguns livros infantis:

Já mandei os originais do Michelet. Os cantos extraídos das pecas de Shakespeare vão para que escolhas alguns dos mais interessantes e os traduzas em linguagem bem singela; pretendo fazer de cada canto um livrinho para meninos [...] Estilo água de pote, heim? E ficas com liberdade de melhorar o original onde entenderes [...] Estou a examinar os contos de Grimm dados pelo Garnier. Pobres crianças brasileiras! Que traduções galegais! Temos que refazer tudo isso – abrasileirar a linguagem. (Lobato, 1955b, p.275, grifos nossos)

Andas com tempo disponível? Estou precisando de um D. Quixote para crianças, mais correntio e mais em língua da terra que as edições do Garnier e dos portugueses. Preciso do D. Quixote, do Gulliver, do Robinson, do diabo! (Lobato, 1955b, p.276, grifos nossos)

Toca o bonde. Podes continuar a traduzir os contos de Shakespeare [...] Tenho cá o *Rei Lear*. Podes fazer o resto sem pressa, e em estilo que não perca de vista os leitores que vai ter – meninos [...] Vamos ter muito trabalho de traduções. (Lobato, 1955b, p.281)

O livro de fabulas está ótimo, porque os versos tem o correntio fácil duma boa prosa – é prosa versificada, isto é, fusão das qualidades dos dois modos de

exprimir pensamentos. Em suma; Grau Dez pelas Fabulas... E no Gil Blas e nas Lendas da Alambra esta tudo ótimo, ótimo, porque o estilo corre fluente como um riozinho de boa queda, mas num embalo ate o fim: e esse é o supremo teste do Grau Dez também. Tudo Grau Dez! (Lobato, [1943] 1959c; p.119, grifos nossos)

O que fica das SDs acima, entre outras coisas, é que Lobato tinha desenvolvido um pensamento bastante consistente sobre a tradução para crianças. Contudo, seria esse o mesmo caminho para realizar a tradução para adultos? O que muitos trabalhos sobre o Lobato-tradutor deixaram de considerar é que essas SDs se referem às traduções para o público infanto-juvenil. Não é nosso objetivo aqui realizar uma comparação entre as traduções para adultos e as para crianças e jovens realizadas por ou sob os auspícios de Lobato, contudo, com base nas pesquisas realizadas até agora, incluindo esta tese, não seria incorreto sustentar que a manipulação do texto-fonte pelo tradutor era realizada com maior liberdade nos textos que se destinavam ao público leitor infanto-juvenil. Este é outro ponto que poderia ser desenvolvido no que tange às pesquisas futuras sobre Lobato, qual seja, o de se comparar as traduções para adultos com aquelas destinadas ao público infanto-juvenil.

Seja como for, tanto as traduções de obras infantis quanto as para os adultos desagradavam sobremaneira o Lobato-tradutor-editor. Em carta de 1924 a Rangel, Lobato escreveu:

Isso de traduções é uma eterna lástima. Alguns de meus contos aparecidos em revistas de Buenos Aires são até de irritar. E pelo que fazem nos meus contos, imagino a borracheira em que os lusitanos terão transformado as centenas de obras internacionais que traduziram. Tenho diante de mim a tradução do *The Vicar of Wakerfield*, que é uma obra prima da literatura inglesa; pois o raio do labrego transformou-a em “bota” – com s. Gosto tanto desse livro que me vem vontade de eu mesmo pô-lo em língua nossa. Fecharemos a torneira aos poetas e aos literatos de segunda classe. Só editaremos gente de primeira e as boas coisas da literatura universal. Mas insisto em obter traduções como as entendo. Essas traduções infamérrimas que vejo por aí não as quero de maneira nenhuma. (Lobato, 1955b, p.266)

Na SD acima, Lobato comenta sobre a tradução de seus contos e das centenas de obras internacionais, sendo sua crítica, portanto, voltada também para as obras adultas: todas as traduções no contexto brasileiro o incomodavam. Com base no que vimos até o momento, o que o irritava eram as traduções “galegais”, cuja língua era voltada para o português de Portugal e/ou para os costumes franceses.

O abasileiramento e a simplificação podem ser considerados, então, características comuns às traduções infantis e às adultas. A questão que colocamos é que, provavelmente, a liberdade para manipulação não era a mesma.

No discurso de Lobato é repetido o pensamento contrário ao literalismo, inclusive com a citação de exatamente as mesmas palavras do antigo diário de mocidade. Em 1945, em carta a Diaulas Riedel, diretor da Empresa Editora *O Pensamento*, Lobato escreveu:

É tradução ao tipo de quase todas por aí, que seguem o texto literalmente e matam toda a elegância e claridade da obra. Duvido que um leitor qualquer que leia e entenda o que Maeterlinck quis dizer no capítulo 1, em português, e no entanto está traduzido fielmente. Eis o erro. A tradução de fidelidade literal, isto é, de fidelidade à forma literária em que, dentro de sua língua, o autor expressou o seu pensamento, trai e mata a obra traduzida. O bom tradutor deve dizer exatamente a mesma coisa que o autor diz, mas dentro da sua língua, dentro da sua forma literária, só assim estará realmente traduzindo o que importa: a idéia, o pensamento do autor. Quem procura traduzir a forma do autor não faz tradução – faz uma horrível coisa chamada transliteração e torna-se ininteligível. Para demonstrar meu ponto, bati na máquina duas laudas de tradução do capítulo 1, mais atento ao que Maeterlink diz do que ao modo como, lá na sua língua e em sua maneira de escrever, ele diz. Faça a experiência. Mande algumas pessoas lerem as duas traduções, começando pela já impressa, e pergunte: “Leu? Entendeu? Que é que ele diz?” e depois mande ler a minha e faça as mesmas perguntas. Desse modo você verificará por meio dum teste o que afirmo: que a tradução do teu tradutor é bastante defeituosa, justamente por ser literal. (Lobato, 1959c, p.147-148, grifos nossos)

O primeiro ponto que sobressai é que Lobato mantinha um arquivo de tudo o que escrevia, mesmo no que tange a muitas de suas cartas. Em segundo lugar, que o sujeito aqui sustenta a posição defendida nos idos de 1920 no sentido que mais uma vez temos a tomada de posição da assimilação, ou seja, o movimento do “bom sujeito”, ainda que as condições de produção sejam outras (o Brasil, por exemplo, estava sob a égide do Estado Novo, predominava a centralização do Estado, Vargas já havia se posicionado a favor das forças do Eixo, Lobato já havia sido preso e solto, várias editoras nacionais se haviam lançado no mercado e Lobato já não mais era dono da Cia. Editora Nacional, logo, não se pode falar de mesmo efeito de sentido, afinal, a ideologia nacionalista estava mais do que sedimentada). Não vemos, portanto, um movimento de resistência, mas de assimilação à posição-sujeito dominante da formação discursiva (FD) da/sobre a tradução no Brasil, mesmo tendo se passado anos desde a primeira vez que Lobato escreveu as mesmas palavras (Lobato, 1950, p.118). Cabe ressaltar, porém, que a

forma-sujeito dessa FD sofrera alterações, uma vez que a tradução literária nesse momento já havia cortado, até certo ponto, muito de sua ligação com o contexto cultural francês. Como vimos, já estava bem fortalecida a aliança cultural com os Estados Unidos, até mesmo por meio da já citada política da boa vizinhança, a qual chegou a dar apoio financeiro para que obras norte-americanas fossem traduzidas para a língua portuguesa no Brasil. Essa mesma FD transformada, ainda sustenta, pelo interdiscurso, a existência de uma suposta mensagem autoral,<sup>94</sup> que deve ser transportada para a tradução. Lobato confirma mais uma vez o modo que esse “transplante” deve ser feito: privilegiando os costumes nacionais para que o texto possa fazer sentido e ser entendido no contexto brasileiro.<sup>95</sup>

O processo de assujeitamento novamente tem como efeito o “bom sujeito” no uso da metáfora da tradução como vestimenta. Em carta de 1946 a Jerônimo Monteiro, Lobato escreveu:

Atente ao meu caso. Vivo, e sempre vivi, de livros. Fui escrevendo-os sem plano nenhum, por intuição, e acertei. Quando os ferros, e petróleos, e todos os mais negócios falharam, dei balanço em minha vida e encontrei-me pai de uns 40 filhos – e bons filhos, coitadinhos, pois que nunca me traíram. E como se entraram em vestes hispânicas, puseram-se a operar também no mundo de língua hispânica; e não contentes, andam a trajar-se a italiana, inglesa e estilos nórdicos – e a me proporcionar renda cada vez maior, sem que eu, pai velho, e doente, precise continuar no trabalho. (Lobato, 1959c, p. 201)

Bem diferentemente da idéia do “manto real” de Benjamin, cuja imagem suscita o processo da tradução como incapaz de dar conta de todas as facetas do texto-fonte, daí a ideia tradução como o manto real que toca o texto-fonte/rei somente em alguns pontos. As “vestes” lobatianas, por sua vez, recobrem a suposta mensagem principal do texto – o núcleo fixo – que podia ser traduzida a partir de uma língua base, dando a esse núcleo uma nova feição, a da língua receptora. Percebemos, ainda, um movimento de assimilação na forma da identificação com a forma-sujeito universal da FD capitalista: “renda cada vez maior”.

<sup>94</sup> Como vimos no primeiro capítulo desta tese, essa postura somente começou a ser modificada com real força a partir da década de 1970, com o nascimento dos estudos da tradução como disciplina, o que ocorreu, entre outros fatores, com a retomada do texto de Walter Benjamin de 1923, a teoria dos polissistemas de Even-Zohar (1978) e a releitura de pensamentos da crítica literária que questionavam a superioridade e genialidade supremas do autor.

<sup>95</sup> Embora não seja o objetivo desta pesquisa, cabe mencionar que dois alunos adolescentes com os quais convivemos em 2002 afirmaram preferir a tradução lobatiana do livro *Adventures of Huckleberry Finn* (1885), de Mark Twain, em detrimento de traduções mais recentes.

Em outra carta, de 1943, à sua filha Rute, percebemos uma vez mais a defesa de que há um núcleo que deve ser preservado na tradução, porém transplantado a partir dos valores domésticos:

Entre dois sanduíches [...] contou-me você que a tradutora em causa “foi mal recebida” na Editora. [...] Falta-lhe um braço? Está ela de perna quebrada? [...] Porque o que a sua tradução merecia era justamente que lhe arrancassem um braço, para que nunca mais manejasse uma pena ou batesse num teclado [...] que lhe moessem a cabeça, para que nunca pudesse, nem sequer mentalmente, cometer o crime de massacrar obras inglesas com o feroz tacape das suas traduções. Traduzir não é comer empadinha de camarão. Traduzir é transpor um pensamento expresso na língua do autor por meio dum correlativo expresso na língua do tradutor. E para isso a condição básica é que o tradutor maneje a sua língua com a correção e elegância que a apresentação tipográfica diante do público exige. Mas na amostra da tradução que você me deu “para ver”, o que vi foi língua do Rio Grande em lata, e de nenhum modo língua portuguesa. As palavras são portuguesas, mas enfileirar palavras portuguesas sem a ordem e a elegância gramatical não produz língua portuguesa – produzirá língua do Rio Grande, e inferior a do Leal Santos, porque não é comestível. (Lobato, 1959c, p.120-121)

As SDRs apontam para o mesmo ideário de que há um conteúdo fundamental, que deve ser preservado; assim, novamente verificamos a posição do bom sujeito. Ao insistir na língua do tradutor, e não da tradução, o sujeito mantém certa resistência, uma vez que a “escolha” lexical aponta para o trabalho do tradutor. O mesmo se dá com o uso de “empadinha de camarão”, o que novamente aponta para a valorização do trabalho tradutório – este não seria simples, mas complexo. Apesar de mencionar a elegância da língua, Lobato insiste na correção gramatical, a qual, como vimos, incluía um uso bem português dos pronomes. Sendo assim, novamente percebemos o sujeito tomar a posição do discurso dominante quando conscientemente pretendia resistir a ele.

#### 4.3

#### **A prática tradutória de Monteiro Lobato: uma análise discursiva**

Esta seção tem por objetivo discutir partes de traduções realizadas por Monteiro Lobato sob a perspectiva da Análise do Discurso francesa, tomando como base as noções de *assimilação* e *resistência* propostas no capítulo 3.

As sequências discursivas (SDs) foram retiradas de três obras traduzidas por Lobato: *White fang* (1906),<sup>96</sup> de Jack London, traduzida em 1933 com o título de *Caninos brancos*; *A farewell to arms* (1929), de Ernest Hemingway, traduzida em 1942 e publicada com o título *Adeus às armas*; e *For whom the bell tolls* (1940), também de Hemingway, traduzida em 1941 com o título *Por quem os sinos dobram*. O livro de London foi escolhido por diferentes motivos: a época em que foi traduzido – década de 1930 –, quando Lobato estava fortemente engajado na sua luta pelo petróleo e pela siderurgia nacionais; por não termos encontrado ainda pesquisas sobre as traduções de Lobato de obras desse autor;<sup>97</sup> e pelo tema do livro, o Alasca, bem diferente dos mundos lusitano e francês, diferença almejada por Lobato para “arejar a mente” dos brasileiros. As obras de Hemingway, por sua vez, foram escolhidas porque uma delas foi traduzida na prisão e a outra provavelmente logo após essa experiência, tendo sido nessas traduções primeiramente encontrados e estudados os “desabafos” (Mendes, 2002) políticos lobatianos.

Consideramos as SDs recortadas espaço privilegiado para a discussão dos processos de subjetivação do sujeito-tradutor e, portanto, da singularidade e da historicidade do dizer(fazer) a tradução. As SDs das traduções das duas obras de Hemingway investigadas nesta tese foram anteriormente analisadas em nossa dissertação de mestrado, intitulada *For whom the bell tolls, de Ernest Hemingway, e suas traduções no contexto brasileiro*, já citada, e no trabalho monográfico de Denise Mendes (2002), intitulado *Monteiro Lobato: o tradutor*, também já citado; entretanto, nos dois casos, as análises foram realizadas a partir de uma perspectiva culturalista. Uma vez que essas SDs já foram analisadas sob uma outra ótica, própria dos estudos da tradução, elas representam uma oportunidade interessante para mostrar o que a AD pode acrescentar a esses mesmos estudos, isto é, uma análise mais detalhada a respeito da intervenção do sujeito-tradutor no texto-fonte a partir dos seus movimentos de assimilação e resistência durante o processo discursivo da tradução.

<sup>96</sup> Lobato traduziu quatro livros de Jack London: o já citado *White fang* (1906), que recebeu o título de *Caninos brancos* e foi traduzido por Lobato em 1933; *The sea-wolf* (1904), traduzido com o título *O lobo do mar*, em 1934; *A daughter of the snow*, traduzido como *A filha da neve*, em 1934; e *The call of the wild* (1903), traduzido em 1935 como *O grito da selva*.

<sup>97</sup> Encontramos trabalhos sobre traduções de London no Brasil; porém, traduções realizadas por outros tradutores, como é o caso de Rachel de Queiroz. Ver, por exemplo, a monografia *As traduções de Rachel de Queiroz nas décadas de 60 e 70 do século XX*, de Érica Paula Faria Dias, 2002, na qual a autora faz uma análise de *O lobo do mar*.

### 4.3.1

#### ***White fang*, *Caninos brancos* e o sujeito-tradutor**

*White fang* é o título de um romance escrito pelo escritor norte-americano Jack London e que foi primeiramente publicado em 1906 em formato seriado. A trama acontece no Canadá, mais precisamente no território Yukon, o menor e mais oriental território do país, durante a Corrida do Ouro, no final do século XIX. O personagem principal é um lobo e é sob o ponto de vista deste que é abordado o tema: o processo de domesticação desse animal selvagem pelo homem. O livro representa um exame do violento mundo dos animais em comparação com o também violento mundo dos homens.

Por meio de cartas de Lobato, sabemos que o livro já havia sido publicado em língua portuguesa, entretanto, “massacradamente” (Lobato, 1955b, p.327) na visão de Lobato, o qual publicou pela C.E.N., em 1933, a sua própria tradução, intitulada *Caninos brancos*. Como já mencionado, a década de 1930 foi marcada, entre outras coisas, pela luta pelo petróleo nacional, cujo expoente mais ilustre foi Monteiro Lobato. Assim, é um período interessante para abordarmos a maneira como suas traduções eram feitas, no intuito de tentar investigar processos de subjetivação visíveis nas traduções.

Como vimos, desde a juventude Lobato pretendia uma renovação do cenário literário brasileiro, objetivo que viria a se concretizar tanto a partir de uma produção literária própria, inclusive com a criação de uma literatura infanto-juvenil brasileira, quanto com a realização e publicação de traduções. Por meio do que foi discutido nas seções anteriores, percebemos, também, o quanto o pensamento tradutório lobatiano estava em consonância com o modelo das *belles infidèles* francesas e, portanto, o quanto as posições-sujeito tomadas por Lobato no decorrer de sua vida estavam identificadas com a posição-sujeito dominante da FD da/sobre a tradução no Brasil no que tange ao estilo. Ao mesmo tempo, o sujeito Lobato se contra-identificava com a posição-sujeito dominante da FD da/sobre a literatura no Brasil ao defender que o leitor brasileiro tivesse acesso a outros tipos e temas literários além dos portugueses e franceses – e em tradução direta. O próprio Lobato comentou, em 1934, o seu entusiasmo com a realização da tradução de obras como as de Jack London:

Gosto imenso de traduzir certos autores. É uma viagem por um estilo [...] Que delícia remodelar uma obra d'arte em outra língua. Estou agora a concluir um Jack London, que alguém daqui traduziu massacradamente. Adoro London com suas neves do Alaska, com o seu Klondike, com os seus maravilhosos cães de trenó. (1955b, p.327, grifos nossos)

Pela data de publicação de *Caninos brancos*, 1933, suspeitamos que seja esta a obra a que Lobato se refere na SD acima. Os cães de trenó, entre outras coisas, “são maravilhosos” porque fogem do imaginário do público brasileiro; são tão diferentes quanto era o “rinoceronte” do *Sítio do picapau amarelo* (Lobato, 1955c, p.175), estando, desse modo, em consonância com a vontade de Lobato de ampliar os horizontes do país.

Já na primeira página de *Caninos brancos*, Lobato fez uso de um recurso que não costumava usar com frequência – a nota do tradutor:

Dark spruce forest frowned on either side the frozen waterway. The trees had been stripped by a recent wind of their white covering of frost, and they seemed to lean toward each other, black and ominous, in the fading light. A vast silence reigned over the land. The land itself was desolation, lifeless, without movement, so lone and cold that the spirit of it was not even that of sadness. There was a hint of laughter, but laughter more terrible than any sadness – a laughter that was mirthless as the smile of the Sphinx, a laughter cold as the frost and partaking of the grimness of infallibility. It was the masterful and the incommunicable wisdom of eternity laughing at the futility of life and the effort of life. It was the Wild, the savage, frozen-hearted Northland Wild. (London, [1906]1994, p.3)

Extensos pinhais sombrios derramam-se lugubrememente por ambas as margens do rio congelado. As árvores parecem apoiar-se umas as outras, negras e funéreas a luz moribunda do dia: vendaval recente as desnudou do alvo recamo de gelo. Silêncio... Terra de desolação, deserta, triste. Triste da tristeza do ricto da esfinge – frio como o gelo, parado como a fatalidade. Dir-se-ia poderosa e inapreensível sabedoria do que é eterno sorrindo à futilidade da vida e aos cegos esforços da vida. Era ali o Wild – o Wild do Norte, de coração gelado <sup>(1)</sup>.

<sup>(1)</sup> *Wild* (pronuncie *Uaild*) é o nome genérico, intraduzível como Pampa, Jângal e outros, que designa, na América do Norte, a região atravessada pelo Circulo Ártico e imediações. Fica entre as regiões habitáveis e a zona morta do pólo. O Alaska faz parte do Wild. Nele perdura o inverno na maior parte do ano, com a neve recobrendo uniformemente o solo. Lá pelos meados de junho a neve se funde e o gelo se quebra mas de modo parcial, permitindo um breve surto de vegetação. O inverno logo reaparece, sem transição, e a mortalha de gelo tudo recobre de novo (N. do T.) (London, [1933]1983, p.5)

Vários pontos nessa SD chamam nossa atenção. Começemos com a nota do tradutor.

Solange Mittmann, no já citado *Notas do tradutor e o processo tradutório: análise e reflexão sob uma perspectiva discursiva* (2003), aborda as notas do tradutor como espaço privilegiado para análise do discurso da tradução. As notas representam um espaço em que o tradutor pode assumir a autoria do texto e, ao mesmo tempo, negam que todo texto produzido como tradução também é resultado de autoria<sup>98</sup> do sujeito-tradutor. As notas são usadas por Mittmann como unidade de análise na tentativa de construir uma explicação parcial do que se passa durante o processo da tradução, procurando chegar ao funcionamento e à constituição do discurso teórico do tradutor (Mittmann, 2003, p.110-111).

Embora haja controvérsias entre os estudiosos da tradução a respeito do uso das notas, em geral eles concordam que o objetivo das mesmas é colaborar para a compreensão de um determinado trecho do texto original que causou algum tipo de problema na passagem para a língua-meta (*ibidem*, p.117). Ao mesmo tempo, grande parte concorda que o uso da nota representa uma quebra da ilusão de que o texto foi originalmente escrito na língua-meta (*ibidem*, p.118). A AD, por sua vez, advoga que as notas têm por objetivo domesticar a não linearidade do sentido, apontando, portanto, para os pontos de fuga do sentido (*ibidem*, p.125). Simplificando: elas apontam para a incompletude dos sentidos, para o lugar onde “a alteridade ameaça a estabilidade dos sentidos, onde a história trabalha seus equívocos, onde o discurso deriva para outros discursos possíveis” (Orlandi, 1996, p.13). Assim, as notas representam uma tentativa de domar a pluralidade de sentidos e, portanto, uma espécie de “aparato de controle” (*ibidem*, p.13). Ao supostamente impedirem a pluralidade de sentidos, as notas acabam por salientar que “algo ficou de fora” (Mittmann, 2003, p.125), pois, ao tentarem preencher os espaços, acabam deixando de fora outros sentidos possíveis (*ibidem*, p.127). Há que ser salientado, ainda, que “o discurso da nota do tradutor ocupa um lugar à parte, fora do texto da tradução, ao mesmo tempo em que é a retomada de um elemento daquele texto; é a expressão a ser definida [...] é uma extensão que, geralmente, cria a ilusão de um fechamento de sentido” (*ibidem*, p.129).

---

<sup>98</sup> O conceito de *autoria* tomado por nós aqui é o da AD, o qual está ligado ao de *interpretação*. Nesse caso, estamos dizendo que o tradutor é autor porque ao ler/traduzir, como já afirmamos anteriormente, o sujeito-tradutor se inscreve (seu dizer/tradução) em uma posição ideológica. Historicidade e singularidade se encontram em qualquer ato do sujeito, posto que a singularidade resulta do modo particular pelo qual a ideologia, a partir das FIs e respectivas FDs (historicidade), o afeta.

De acordo com Mittmann, as notas do tradutor (N.T.) podem ser separadas em três tipos: i) aquelas em que não há coincidência tradutor-autor – o tradutor assume uma posição em que considera ser seu apenas o texto da nota do tradutor (ao agir dessa forma, sustenta a posição de que o texto da tradução é um reflexo do texto do autor); ii) aquelas em que o tradutor recorre a outros discursos (dicionários, outras traduções etc.) para dar sustentação à sua tradução; e iii) aquelas notas em que há embates durante o processo tradutório e, neste caso, três coisas podem ocorrer: a falta do dizer (na sua tentativa de reprodução, o tradutor não encontra um termo correspondente na língua-meta); a incerteza (o tradutor tem dúvidas a respeito do texto-fonte); e a multiplicidade dos sentidos (o termo na língua-fonte é passível de mais de uma tradução no contexto-meta). Seguindo o caminho de Mittmann, a N.T. de Lobato em questão seria uma nota do terceiro tipo – em que há embates durante o processo tradutório – e de acordo com a primeira subdivisão: falta do dizer, ou seja, Lobato não encontra na língua-meta uma expressão equivalente que possa ocupar “o mesmo lugar no texto da tradução” (Mittmann, 2003, p.155). Segundo a autora, uma das estratégias do tradutor é culpar a língua pela falta. Nesse sentido, é o que Lobato faz ao dizer que “wild é intraduzível”. A falta é também substituída por uma comparação que estabelece uma relação direta com o que já é conhecido (ou que o tradutor imagina ser conhecido) pelos leitores: “como o Pampa”. O suposto controle também é exercido com a colocação da pronúncia, e em destaque: “*Uaild*”; o leitor, portanto, não deve ler de forma incorreta.

Acreditamos, porém, ser possível ir mais além na análise, procurando investigar o processo mais amplo que levou o sujeito-tradutor a usar a N.T. Para tanto, retomaremos análises anteriormente desenvolvidas nesta tese, as quais mostraram a tensão no processo lobatiano de tomada de posições de sujeito no espaço das FDs. Como vimos, há um entrecruzamento entre a FD da/sobre tradução no Brasil e a FD da/sobre literatura no Brasil, entre outros, e observamos como Lobato muitas vezes oscilava entre o movimento de resistência – tomando uma posição de defesa da tradução, para a língua portuguesa do Brasil, de outras literaturas além da francesa – e o movimento de assimilação – identificando-se com a posição-sujeito dominante que sustentava o uso da estratégia tradutória tradicional, a das belas infieis. Nesse sentido, podemos analisar o uso da N.T. como um duplo processo de resistência: em primeiro lugar, porque, ao quebrar a

linearidade do texto da tradução, o sujeito-tradutor mostra ao leitor que o texto é uma tradução, quebrando a ilusão de que ele teria sido originalmente escrito em língua portuguesa do Brasil. Seria, a nosso ver, um movimento do “mau sujeito”, que se contra-identifica com a posição-sujeito dominante da FD da/sobre a tradução no Brasil, a qual seguia o modelo da facilitação da leitura; em segundo lugar, porque a nota chama atenção para a diferença, para a alteridade do cenário descrito por London, num movimento de contra-identificação com a posição-sujeito dominante da FD da/sobre literatura no Brasil, cujo interdiscurso privilegiava a cultura francesa, não a norte-americana. Há que ser colocado, ainda, que o tradutor manteve a palavra “Wild” no próprio texto da tradução, o que, somado à nota, apresenta a alteridade do texto. Nesse caso, então, a nota de Lobato não se relacionaria com uma dificuldade de tradução tão somente, mas com uma tomada de posição do sujeito de contra-identificação ideológica. Assim, as formulações presentes na N.T. apontam para movimentos do sujeito que entram em dissonância da posição-sujeito dominante das duas FDs em questão. Portanto, o uso da nota do tradutor e a manutenção de “Wild” em inglês no texto da tradução, com a apresentação da pronúncia em itálico, apontam para um movimento de resistência do sujeito frente às práticas literária e tradutória dominantes, na medida em que apresentam todo um estado de coisas que é completamente diferente – as neves do Alaska e a vida selvagem – daquilo a que o público estava acostumado – os adultérios de alcova franceses. Essa análise sustenta-se, ainda, pelo modo como Lobato apresenta a terra desconhecida na respectiva nota. Toda a explicação lobatiana parece ter sido retirada de livros de geografia, o que nos parece ser uma tomada de posição em que o sujeito está identificado também com uma posição-sujeito de uma formação discursiva do discurso científico. O uso de “mortalha”, entretanto, marca uma outra tomada de posição do sujeito, em um processo de identificação com a FD da/sobre literatura no Brasil, sendo que a posição assumida é a de autor. Em outras palavras, parece-nos que o sujeito está, e não poderia ser diferente, interpretando, no sentido da AD, as informações dadas pelo autor do texto original sobre o ártico – local gelado, mortal, “desolado” (*desolation*) e sem vida (*lifeless*) – a partir da relação singular que ele, Lobato, tinha com esse local naquele momento – algo bem diferente do Brasil, algo que poderia abrir a mente do público-leitor brasileiro, em nada acostumado com tal paisagem. Logo, esses dizeres, nessas condições de

produção, apontam para uma tomada de posição do sujeito contrária à posição-sujeito dominante da FD da/sobre literatura no Brasil, em um movimento de contra-identificação e, portanto, de resistência. Defendemos, então, que esses usos marcam um processo de subjetivação em que o sujeito-tradutor se deixa visível na nota do tradutor, destacando, dessa forma, essa atividade.<sup>99</sup>

Tomemos agora o primeiro parágrafo traduzido em cotejo com o texto de London. A primeira coisa que salta aos olhos é a diferença no número de linhas: dez no texto-fonte e sete no texto-meta. Sabemos que as diferenças linguísticas quase sempre alteram o número de palavras quando se faz uma tradução interlingual. Contudo, na tradução de Lobato desapareceram três linhas inteiras. Ao compararmos vários outros parágrafos, percebemos que movimentos de corte ou de síntese foram realizados em toda a reescrita lobatiana. Antes mesmo de passarmos à análise do que foi suprimido, já podemos nos remeter ao pensamento tradutório de Lobato, o qual defendia a já citada “poda de foice” (Lobato, 1955b, p.60), bem como a uma repetição do que já era feito com os romances-folhetins. Desse modo, vemos nessa estratégia de Lobato um movimento de identificação com a prática dominante e, portanto, com a posição-sujeito dominante da FD da/sobre a tradução no Brasil. Além disso, se pensarmos que Lobato também era o editor das traduções e que as editoras enfrentavam problemas devido ao alto custo do papel, podemos pensar esta estratégia também como resultado de uma identificação bem sucedida com o sujeito universal da FD capitalista; afinal, resumir os parágrafos possibilitaria uma economia de papel, e portanto um investimento financeiro menor e um lucro maior.

Passemos, agora, para a análise de parte do que foi alterado: o vasto silêncio que reinava no lugar foi resumido por uma palavra com reticências: “Silêncio...”; o sentimento de que a solidão do lugar era tão grande que nem poderia ser comparado à tristeza, pois seria pior, também desapareceu; infalibilidade se tornou fatalidade; os esforços da vida ganharam a qualificação “cegos”. Todas essas intervenções nos permitem reafirmar a identificação do sujeito com a posição-sujeito prevalente da FD da/sobre tradução no Brasil, cuja

<sup>99</sup> Embora não tenha sido nosso objetivo estudar todas as traduções de obras de Jack London realizadas por Lobato, não podemos deixar de mencionar que encontramos notas do tradutor também na tradução de *The call of the wild*, traduzida por Lobato em 1935 com o título *O grito da selva*. Nessa tradução, Lobato deixou o termo em inglês *cayuses* e fez uso de uma N.T.: “Raça de pôneis dos índios americanos” (London, [1935]1984, p.16), e o mesmo com *Husky*: “cão esquimó, quase lobo” (*ibidem*, p.27). Lobato fez uso de quatro notas do tradutor no total nessa obra.

memória do dizer permitia e até mesmo preconizava aos tradutores agirem dessa maneira. Assim, temos aqui, nos termos por nós propostos, um movimento de assimilação. Contudo, cabe mais uma vez ressaltar que a resistência se apresenta no tema da obra escolhida para ser traduzida: o gelo do Alaska, com suas referências culturais (matilha de cães, lobos, índios etc.) características que, apesar das intervenções linguísticas operadas pelo sujeito-tradutor, foram mantidas: “Era ali o Wild – o Wild do Norte, de coração gelado”. Além disso, ainda que somente sejam visíveis a partir do cotejo com o original,<sup>100</sup> as SDs analisadas apontam para a atuação do sujeito no texto da tradução, em um movimento de, no mínimo, dupla autoria do tradutor, nos termos da AD: quando este lê e quando este reescreve o texto – e poderíamos acrescentar um terceiro movimento de autoria, o de quando o sujeito-tradutor revisa o texto da tradução –, posto que há produção de discurso.

Resumindo essa análise: é também a partir da sujeição de Lobato à FD da/sobre tradução cuja posição-sujeito dominante preconiza a apropriação do texto estrangeiro que o sujeito Lobato consegue também inovar, pois a forma como o sujeito repete o ritual também se contra-identifica, *em parte*, com o interdiscurso da posição-dominante, promovendo uma dissidência no interior dessa FD: antes, somente a França, a Inglaterra, o Velho mundo como referências; agora, a América do Norte, o Novo Mundo, com suas diferenças culturais e linguísticas, marcando o que em AD se denomina processo de repetição-transformação dos sentidos e dos discursos. E essa instauração da diferença não se reduzia ao tema e locais dos livros, mas também abrangia a própria forma como a tradução era apresentada. Lobato inovou, ou, nos termos por nós propostos, resistiu, ao colocar nas capas e contra-capas<sup>101</sup> dos livros editados pelas suas editoras o nome dos tradutores. Nas capas dos livros de suas editoras constava “Tradução de” e nas contra-capas eram colocados os títulos de outros livros, geralmente da mesma série, seguidos de “Trad. de”, desse modo dando visibilidade a estes e à operação tradutória, mais uma vez quebrando a ilusão de que o texto fora escrito originalmente na língua da tradução. Logo, apesar de (des)conhecidamente defender a nacionalização das obras estrangeiras, isso era feito por ele de modo a

<sup>100</sup> Talvez caiba explicitar que, em se tratando de traduções, com muita frequência as intervenções só ganham visibilidade a partir do cotejo da tradução com o texto-fonte.

<sup>101</sup> Ver exemplos nos anexos desta tese.

salientar que as mesmas eram obras traduzidas e, portanto, estrangeiras. Embora manipulasse o texto, moldando-o ao seu estilo, Lobato deixava clara a diferença entre tradutor e autor já na capa das obras por ele traduzidas e editadas, também um gesto de resistência em nossa interpretação.<sup>102</sup>

Como exemplo da prática tradicional, lembremos que o tradutor e escritor Justiniano da Rocha assumia não mais saber se o que produzia era material próprio, tradução ou outra coisa.<sup>103</sup> Vale acrescentar, ainda, que Lobato se colocava no lugar do leitor (lembrar a carta em que discutiu a tradução de Maeterlink – Lobato, 1959c, p.147-148). Entendemos esse movimento como o de aproximar a obra traduzida das condições sócio-históricas e político-ideológicas de local e tempo do tradutor, o mesmo que dizer, em AD, das condições de produção da tradução. Nesse processo, o sujeito Lobato se marca no texto na posição de quem leu o texto e depois o contou com “palavras suas” (Lobato, 1950, p.127). Na página quatro, temos um exemplo em que o processo de subjetivação é visível para o leitor sem a necessidade de cotejo com o texto-fonte:

But under it all they were men, penetrating the land of desolation and mockery and silence, puny adventurers bent on colossal adventure, pitting themselves against the might of a world as remote and alien and pulseless as the abysses of space. (London, [1906]1994, p.4)

O trágico disfarce, porém, escondia apenas homens de carne e osso, que varavam intrépidos a terra da desolação e do silêncio irônico – pequeninos aventureiros a arcarem sob o peso de uma colossal aventura, naquele arremesso contra a potência de um mundo tão afastado do nosso como os abismos da imensidão celeste. (London, [1933]1983, p.6, grifos nossos)

Na SD acima, Lobato efetuou um acréscimo: “do nosso”, em um movimento que torna visível a figura do tradutor e, conseqüentemente, da tradução. Esse procedimento vai ao encontro de sua afirmação em outro momento, já citada, de que o processo da tradução era o de quem ouve uma história e a reconta com palavras suas (Lobato, 1950, p.127). Esse acréscimo sustenta um

---

<sup>102</sup> Cabe colocar, como fizemos na dissertação de mestrado, que o fato de Lobato ser um escritor de renome que também traduzia apresenta um desdobramento: no caso de Lobato, muitos autores que traduziu não tinham a mesma importância que ele no cenário cultural brasileiro; dessa forma, o nome Monteiro Lobato funcionava como uma marca de qualidade que referendava a obra, sendo o nome do autor do texto-fonte de alguma forma obliterado frente ao prestígio de seu reescritor (Campos, 2004, p.148).

<sup>103</sup> Ver subseção 4.1 desta tese.

processo de resistência, uma vez que é usado no sentido de reforçar a diferença existente entre o local da história – o Wild do Alaska – e o local da reescrita, o Brasil. Assim como a nota do tradutor, localizada fora do texto, o pronome “nosso”, dentro do texto da tradução, aponta para a intervenção do discurso do tradutor no discurso do autor do original e, portanto, é marca tanto da historicidade do texto da tradução quanto da singularidade do sujeito-tradutor. Em outras palavras, é o próprio interdiscurso da FD que o domina, nesse caso o da posição-sujeito dominante da FD da/sobre tradução no Brasil, que lhe permite manipular o texto de forma a torná-lo fluente e que abre espaço para a falha, o equívoco, pelo qual o sujeito se mostra e rompe com a ilusão, resistindo a ela. Nesse sentido, sustentamos que há duas tomadas de posição em tensão: a da assimilação, porque o sujeito somente pode agir assim ao ser autorizado pelo interdiscurso que “fala” nele e que sustenta a estratégia de manipulação do texto; e a da resistência, pela falha da identificação, na qual o uso da primeira pessoa marca/realça a diferença – outro-Alaska-lá, nós-Brasil-aqui –, assim, apresentando o sujeito e, com ele, o diferente, aquilo que foge aos padrões do conhecido pelos brasileiros. Ao mesmo tempo, quebra a ilusão de que o texto da tradução reflete o original, desfaz o efeito de transparência, marcando-o como estrangeiro.

#### 4.3.2

#### ***For whom the bell tolls, Por quem os sinos dobram e o sujeito-tradutor***

O romance *For whom the bell tolls* foi publicado em 1940, tendo como base as experiências de Ernest Hemingway como correspondente jornalístico na guerra civil espanhola nos anos de 1936 e 37, na qual estavam, de um lado, os que apoiavam o General Franco e sua política fascista e, de outro, aqueles que defendiam a república. O ponto central do livro é a explosão de uma ponte estratégica a ser realizada pelo protagonista, Robert Jordan, que, para cumprir sua missão, se alia a um grupo de guerrilheiros republicanos. O livro narra três dias na vida de Robert Jordan, começando em um sábado à tarde e terminando ao meio-dia de terça-feira, na última semana de maio de 1937, ano em que os republicanos ainda acreditavam ser possível vencer o conflito, embora as evidências em contrário começassem a aparecer.

O que nos motiva a novamente analisar a tradução lobatiana da obra de Hemingway é o fato de termos descoberto que a tradução foi realizada no período em que Lobato estava preso em razão de sua luta pelo petróleo. Essa descoberta nos levou a investigar novamente a tradução, desta vez tomando como ponto de partida para a análise não somente as condições de produção amplas, mas a experiência singular do sujeito encarcerado.

Embora não tenhamos como objetivo estudar profundamente a censura exercida no governo Vargas, pensamos ser necessário abordar algumas SDs recortadas dos materiais deixados por Lobato no sentido de mostrar que, apesar da perseguição e do silenciamento a que se viu submetido, ele sustentou movimentos de resistência. Esse período enclausurado representou um momento difícil, não somente pela perda da liberdade, mas pelo movimento do sujeito para tentar dar sentido ao evento de sua prisão: Lobato oscilava entre tomadas de posição em que percebia o caráter positivo de seu encarceramento, já que este, afinal, tornava ainda mais visível sua luta pela causa petrolífera, e outras em que se sentia infeliz devido à sua condição de incomunicabilidade. Além disso, na Casa de Detenção teve a oportunidade de acompanhar *in loco* as atrocidades cometidas contra aqueles que ousavam desafiar a ideologia varguista. Para melhor entendermos essas questões, vejamos algumas SDs recortadas de cartas escritas por Lobato durante e depois de sua prisão e nas quais ele tenta dar sentido à sua condição de preso político.

Começamos com a primeira carta que escreveu, cujo destinatário foi sua esposa, Purezinha, em 23 de março de 1941:

Penso em Guilherme [filho falecido aos 24 anos de idade] e Heitor [cunhado que se matou] e acho-os tremendamente felizes por já terem morrido [...] depois penso no meu caso – na vingança que os homens de cima que eu insultei hão de querer tirar de mim. Que tolice querer dar sôco em faca de ponta! Espetei a mão e a faca ficou no que era. Meu sôco não a quebrou. A vida aqui me tem feito pensar no horror que V. sempre teve pela prisão, pela condenação do homem ao confinamento por anos e anos [...] V. adivinhou o certo, Não há castigo maior. Mil vezes a cadeira elétrica ou a fôrca – dores de um momento. Estou preso há 3 dias e já parecem 3 séculos. [...] Sou obrigado a não fazer nada [...] a incomunicabilidade [...] agrava tudo, porque me *isola completamente do mundo exterior* [...] Mas o que mais me dói é não ter o que ler, nem o que fazer [...] Quem me dera pilhar a tradução da Gulnara para corrigir! [...] Estou escrevendo por escrever [...] *por que não há jeito de fazer este papel chegar a você. Incomunicável!* Agora compreendo o horror dessa palavra. (Lobato, 1959c, p.71-73, grifos nossos)

O que mais o incomodava nesse momento era a “incomunicabilidade”. Ele sempre fora um homem da comunicação, desde sua estreia nos jornais até sua incursão no mundo das editoras e, principalmente, na sua ação em defesa do petróleo e siderurgia nacionais; escrever sobre as mazelas do país sempre fizera parte de sua história. Esse “isolamento”, ou seja, essa experiência particular, o fazia sentir-se fraco, impotente frente à força do governo: seu “sôco” não conseguiu “quebrar a faca” dos “homens de cima”, sua luta não conseguiu mudar a mentalidade do governo. Na prisão, o que poderia salvá-lo era a tradução: “quem dera” ele tivesse uma para revisar naquele momento; a tradução seria para ele um meio de fuga. Porém, ainda que se sentisse derrotado, lembrou de levar consigo a máquina de escrever, bastante papel e livros... Assim, suas formas de luta continuavam a incluir a escrita (e com ela também a tradução). Ainda em 23 de março, escreveu ao amigo Candido Fontoura:

Engordamos. Isso me estraga o programa de bancar o Mártir n.º 1 do petróleo, pois não há mártir gordo. Nas horas em que não estou dormindo, ou comendo, ou sendo visitado, ou conversando com os companheiros, trabalho em minhas traduções. Haverá melhor vida? Meu medo é um só: que o Tribunal de Segurança me absolva e assim me prive duma deliciosa estadia aqui de seis meses a dois anos. Isso só serviria para por em foco o caso do petróleo – e a causa se beneficiaria. (Lobato, 1959c, p.73-74, grifos nossos)

Percebemos uma mudança de posição do sujeito da escrita da primeira para a da segunda carta: na primeira, observamos uma tomada de posição de identificação/assimilação com a posição-sujeito dominante da FD da/sobre a política brasileira, qual seja, uma conformidade com o interdiscurso que “diz” que a prisão irá calar os rebeldes. Na segunda carta, por outro lado, o sujeito se contra-identifica com essa posição-sujeito, em um processo de resistência – mesmo preso e incomunicável, iria lutar pela causa do petróleo, deslocando sua condição de preso para mártir. Teria sido esse mártir, e portanto, o rebelde, quem realizou a tradução de *For whom the bell tolls?*

Lobato chegou a ser absolvido das primeiras acusações, mas não foi solto de imediato (1959c, p.75). Acabou condenado em 20 de maio de 1941 a seis meses de prisão. Em 22 de abril, na cadeia, escrevera ao amigo Benjamin de Garay:

Fui novamente preso, mas não comunicável. Estou muito bem, alegre e satisfeito porque isto só serve para por em foco a causa do petróleo [...] Meu processo vai ser rápido [...] Tudo acabará bem – e a causa do petróleo dará um grande passo. Estou ultra-radiante. Isto é a mais bela e eficiente aventura da minha vida. (Lobato, 1959c, p.76)

Nesta carta, vemos novamente o movimento de resistência do sujeito, por meio da contra-identificação com a posição-sujeito dominante da FD da/sobre a política no Brasil. A “causa do petróleo” sairia “fortalecida” e ele seria “o mártir número 1 do petróleo” (Lobato, 1959c, p.73) e, por isso, estava “ultra-radiante”. Sabemos que ninguém poderia estar se sentindo “alegre e satisfeito” na prisão, sobretudo alguém como Lobato, o qual, inclusive, viria a testemunhar as atrocidades da prisão. Porém, é o mau sujeito que fala este “alegre e satisfeito”, porque, ao se identificar com a posição-sujeito dissidente, esses sentimentos são autorizados; é a alegria da subversão, não da prisão. Desse modo, o sujeito Lobato se contra-identifica com o silenciamento imposto pelo interdiscurso da censura, não se cala e, com isso, mesmo com a dominação do discurso da repressão, o sujeito resiste, reforçando o discurso dissidente.

Na cadeia, como já dito, Lobato testemunharia o horror da tortura aplicada aos presos políticos. Em junho de 1941, escreveu para o amigo e interventor federal em São Paulo, Dr. Fernando Costa:

Os presidentes de S. Paulo se sucedem e nenhum se lembra de corrigir as falhas horrendas dessa coisa monstruosa que se chama Policia de S. Paulo, com sua câmara de torturas, que se chama Gabinete de Investigações. Foi preciso que eu viesse passar uma temporada aqui entre as vítimas para me convencer da hedionda realidade. Inda ontem entraram os moços do furto de 5 mil contos – e quem os viu chegar sentiu engrouinhamento do coração. Eram espectros que se arrastavam, tontos, bobos, idiotizados – tantas foram as torturas que lhes infligiram no famoso e infame Gabinete. E entre os presos comuns tenho visto sinais horríveis – mãos com cicatrizes de rachaduras feitas pelas palmatórias do Gabinete. O preto Cotrim, um inocente absolvido pelo júri, mas mesmo assim aqui detido há dois anos, mostra a quem quer ver os colhões rachados pela borracha do Gabinete. E há o suplicio de meter cunhas de taquara nas unhas. E há os que ficaram ou foram postos nus nos ergastulos dela, cubículos de metro quadrado ou pouco mais, onde tinham de ficar de braços para o ar *para caber* e depois, baldes d'agua em cima, e vidros de amoníaco. Não tem fim, Fernando, a lista dos horrores desse nefando Gabinete [...] Muitos chegam e vão para a enfermaria – para morrer. (Lobato, 1959c, p.79-90, grifos nossos)

Dois pontos merecem maior destaque nessa SD. Primeiro, ainda que o interventor fosse seu amigo, o fato de Lobato descrever as atrocidades cometidas na prisão,

principalmente do modo como faz: “coisa monstruosa que se chama Polícia de S. Paulo”, “infame Gabinete”, “lista dos horrores”, “nefando Gabinete”, remete novamente à posição do rebelde, do mau sujeito, daquele que enfrenta o *status quo* e, portanto, se contra-identifica com a posição-sujeito dominante da FD da/sobre política no Brasil; o sujeito realiza um movimento de contra-identificação com a posição-sujeito dominante da FD que o assujeita. Porém, como a contradição faz parte do discurso e do sujeito, este último, por sua identificação com a mesma posição-sujeito dominante, faz com que (des)conheça que seu futuro pode ser o mesmo daquelas pessoas que descrevia.

O que foi exposto na seção 4.1 desta tese em conjunto com as cartas acima nos mostram em que condições de produção (CP) foi realizada por Monteiro Lobato a tradução do romance *For whom the bell tolls*, de Ernest Hemingway. Nos termos de Orlandi ([1999]2006), citada no terceiro capítulo desta tese, temos como CP amplas: o Brasil da década de 1940, o qual era regido por um governo ditatorial e no qual predominava uma ideologia nacionalista, autoritária e repressiva; e como CP restritas: a história particular de Lobato, o qual foi perseguido e preso por ter se oposto a esse governo ditatorial.<sup>104</sup> Em carta ao amigo Alarico, em 1941, Lobato comentou estar realizando a tradução de *For whom the bell tolls* na Casa de Detenção:

---

<sup>104</sup> Cabe ressaltar que, apesar do horror experimentado na prisão, Lobato continuou a manter uma posição de resistência após ser solto e até o final de sua vida. Ele dava várias entrevistas que os jornais não publicavam; então, as mimeografava e distribuía, sempre salientando que os jornais pediam, mas não as publicavam (Lobato, 1959a, p.312). Em uma dessas entrevistas, a sua última em vida (dada dois dias antes de sua morte), ao ser perguntado sobre o suborno praticado na época em que vivia, Lobato comentou a sua “suposta” (aspas porque o efeito de sentido era o oposto) alteração de comportamento: “esta pergunta ainda é mais difícil do que a outra, porque o Murilo [o jornalista que o entrevistava] acha que estamos numa época generalizada de suborno e eu tenho medo de me comprometer. Eu já fui para a cadeia uma vez e depois disso eu fiquei cauteloso e antes de emitir uma opinião eu penso nas conseqüências; porque há uma pessoa que me proibiu de voltar a cadeia – minha mulher, e eu respeito muito as idéias dela [...] De modo que não vou dizer nada sobre esse negocio de suborno, mesmo porque não sei o que é suborno: nunca fui subornado, não tenho experiência pessoal da coisa. Agora, ouço dizer que é uma coisa muito agradável, que as pessoas auferem grandes lucros por intermédio do suborno, mas não vale a pena entrar no assunto que pode desagradar pessoas respeitáveis aí fora. De maneira que vamos a outra coisa menos comprometedora” (1959a, p.344-345, grifos nossos). Nesta SD, o sujeito diz que não vai comentar o assunto, contudo, a sua tomada de posição é fazer do silenciamento imposto um campo de batalha. Ao afirmar que vai negar-se a dizer, ele efetivamente *diz*, o que é reforçado pela ironia presente no final “ouço dizer que é uma coisa agradável”. Assim, o movimento de tomada de posição é o de rebeldia, em um movimento de contra-identificação com a posição-sujeito dominante da FD da/sobre política no Brasil. Na sua fala, portanto, o silenciamento imposto opera “às avessas”, reforçando uma posição-sujeito dissidente da ideologia governista dominante.

Cumprir a pena, matar o tempo da pena, é, em gíria de cadeia, “tirar a cana”. Cada um tira a cana como pode. Eu estou tirando a minha com esta maquina, a fazer traduções. Meio excelente, pois permite fugas. Passei o mês passado na Índia de Kipling, acompanhando o terrível Kim na sua peregrinação com o Lama vermelho do Tibet. Agora estou traduzindo Hemingway – “For Whom the Bell Tolls”, e passo meu tempo na Espanha da ultima guerra. Minha cana é de seis meses, com quase metade dos gomos já chupados. Tudo pelo melhor, no melhor dos mundos possíveis. Mas o petróleo é arrolhado hoje até com cadeia! (Lobato, 1959c, p.78, grifos nossos)

Fazer traduções era o processo de fuga do encarceramento e, por isso, “excelente”. Estar visitando a Índia de Kipling e a Espanha de Hemingway fazia da prisão “o melhor dos mundos”. Porém, o sujeito não consegue esquecer a sua causa – os que lutam pelo petróleo continuam perseguidos e silenciados: “arrolhados”. Mas há uma forma de continuar lutando e, *de certo modo*, retirar a “rolha”<sup>105</sup> do silenciamento: as traduções.

Após lermos essas cartas, podemos analisar mais detalhadamente o que Mendes (2002) chamou de “desabafos de Lobato”, bem como certas “escolhas” do tradutor Lobato para “recontar” essa história lida-interpretada-traduzida no encarceramento. Tomemos um exemplo por nós já discutido na dissertação de mestrado (Campos, 2004):

“There are other things. You know how those people are. It is not necessary to go into all of it. Always there is something. Always some one will interfere. So now be sure you understand. (Hemingway, [1940]1995, p.5)

– Há outras coisas. Você sabe como essa gente é. Não preciso dizer. Acontece sempre alguma coisa. Há sempre *alguém* que interfere. Procure compreender. (Hemingway, 1941, p.5)

Se na dissertação defendíamos serem os trechos recortados segmentos que remetiam ao contexto sócio-histórico, pela AD, sobretudo por sua adesão à psicanálise, podemos afirmar que as SDs são marcas do gesto de autoria do sujeito-tradutor-Lobato. Como vimos, qualquer ato do sujeito implica o gesto de interpretação, uma vez que os eventos reclamam sentidos. Assim, já na leitura do

<sup>105</sup> Em entrevista ao *Diário da Noite*, Lobato comentou: “Cada um nasce com uma determinada função na vida. Nós dois vivemos da máquina de escrever, mas de maneira diferente. Eu nasci com a função de escrever o que penso; sou um escritor, portanto. Mas estou impossibilitado de exercer essa função, isto é, de trabalhar dentro de minha capacidade. Logo, sou um homem sem emprego [...] Por que sinto em minha boca um grande batoque enfiado... Uma rolha...” (1955c, p.238-239, grifos nossos).

texto de Hemingway por Lobato os sentidos são mobilizados a partir do movimento de tomada de posição do sujeito (nesse caso, Lobato-leitor) ou, em outros termos, na figura da interpelação ideológica. Essa tomada de posição, por sua vez, tem lugar na relação entre a história do sujeito (espaço da singularidade) e o interdiscurso (espaço da historicidade do dizer). Desse modo, em AD, o sentido está no espaço, por assim dizer, entre o sujeito A que diz (e, portanto, interpreta, ocupando uma posição A) e o sujeito B que escuta (e, portanto, interpreta, ocupando um lugar B). É por isso que em AD se fala que o discurso é efeito de sentidos entre interlocutores. Assim, quando o escritor Hemingway escreveu a SD “Always some one will interfere”, ele o fez a partir de posições-sujeito em um complexo de FDs com dominante, sendo as tomadas de posição realizadas a partir de sua história particular: ele efetivamente participou da Guerra Civil espanhola, sendo que, no complexo das FDs, se colocou na posição dissidente da FD política no conflito; em outros termos, se opôs à política fascista do General Franco. Por sua vez, o sujeito Lobato realiza sua interpretação quando lê e quando escreve o texto da tradução, a partir das condições de produção de sua leitura, que, no caso das CPs mais amplas, envolvem a realização da leitura sob um regime governamental autoritário, que impunha a política de repressão; e, no caso das CPs restritas, uma leitura realizada por *um* preso político desse regime, o qual, como vimos, oscilava entre a assimilação do discurso político vigente (sentindo-se “arrolhado”) e a resistência (continuando a escrever contra o regime, denunciando o “arrolhamento”, e a traduzir). Desse modo, para investigar a leitura/escrita realizada por Lobato, podemos aliar o arcabouço teórico da AD ao trabalho de Frota sobre a singularidade e propor uma rede social/particular de significantes que “prende” o sujeito-leitor-Lobato: Hemingway – *Lobato* . Guerra Civil espanhola – *regime autoritário brasileiro* . perseguição aos contrários à política de Franco – *perseguição aos que defendiam o petróleo* . ponte – *petróleo* . sempre alguém vai interferir nos planos dos que lutam contra Franco – *o governo sempre interfere contra a causa do petróleo* . *some one interfere* – *alguém interferir* . *some one* – *o governo de Vargas* . *always some one will interfere* – Há sempre *alguém* que interfere.

O sujeito, portanto, se marca no texto da tradução, ainda que isso não possa ser visível sem um cotejo com o original – a alteração na ordem das palavras e o uso do itálico materializam no texto da tradução a presença do

sujeito, a sua intervenção no texto-fonte, ou, nos termos da AD, a sua produção de discurso a partir do texto-fonte. A sua história particular – estava preso porque o governo *interferiu* na sua luta a favor da produção de petróleo no Brasil – mobiliza sua tomada de posição de sujeito em consonância com a posição-sujeito dominante da FD da/sobre a tradução no Brasil – assimilação – e sua tomada de posição contrária à posição-sujeito da/sobre política no Brasil – resistência. As duas FDs em questão se entrecruzam, sendo que o movimento de tomada de posição na FD da/sobre a tradução contribui para o processo de fragmentação da forma-sujeito da FD da/sobre política no Brasil. Em outras palavras, Hemingway seria o sujeito A, Lobato o sujeito B e o efeito de sentido da SDR “always some one will interfere” é produzido no espaço entre Hemingway e Lobato, a partir da historicidade do dizer. Um ponto que poderia ser levantado é: Lobato não teria colocado essa marca por vontade própria? Entretanto, como vimos, a vontade do sujeito está aquém de sua percepção de seu processo de assujeitamento, daí se dizer que o sujeito (des)conhece o Outro (interdiscurso) que fala nele. Para finalizar esta análise, cabe colocar que não estamos invalidando a análise feita em 2004; estamos, como é o objetivo desta tese, propondo um aprofundamento da mesma, procurando investigar os processos de significação da tradução de modo a colocar em imbricação as esferas social e particular, como faz a AD.

Outra SD relevante para nossos propósitos de análise nesta tese é o corte feito por Lobato de todo um parágrafo relativo a uma cena de amor entre os protagonistas do livro, Jordan e Maria. Conforme observamos em 2004, o ato sexual não foi totalmente suprimido, mas resumido. Na referida dissertação, defendemos ter sido este procedimento de Lobato um ato de domesticação e suscitamos a possibilidade de ele ter realizado um ato de “auto-censura”, provavelmente por considerar a cena forte para a aceitação do público-leitor (Campos, 2004, p.160). Segue a SD:

Well, then. Oh, then. Oh, then.Oh.

Then there was the smell of heather crushed and the roughness of the bent stalks under her head and the sun bright on her closed eyes and all his life he would remember the curve of her throat with her head pushed back into the heather roots and her lips that moved smally and by themselves and the fluttering of the lashes on the eyes tight closed against the sun and against everything and for her everything was red, orange [...] the filling, the possessing, the having [...] and they were both there, time having stopped and he felt the earth move out and away from under them.

Then he was lying on his side, his head deep in the heather, smelling it and the smell of the roots and the earth and the sun came through it, and it was scratchy on his bare shoulders and along his flanks and the girls was lying opposite him with her eyes still shut and then she opened them and smiled at him and he said very tiredly and from a great but friendly distance, “Hello rabitt”. And she smiled and from no distance said, “Hello, my *ingles*. (Hemingway, [1940]1995, p.159)

– Oh, então, então ...

.....  
 Ele jazia a seu lado, com a cabeça afundada na relva, a sentir o cheiro das plantinhas amassadas, das raízes e da terra; e o sol batia nos ombros e flancos nus da jovem de olhos ainda fechados; mas aqueles olhos se abriram e ela sorriu, e ele disse com voz lassa e como duma grade distancia:

– Olá coelhinha!

– E ela sorriu e de muito perto respondeu:

– Olá meu *Inglês*. (Hemingway, 1941, p.139, grifo nosso)

Após descobrirmos que a tradução do livro fora realizada durante o período que Lobato passou na cadeia e no qual, entre outras coisas, testemunhou os resultados das torturas infligidas aos inimigos do regime político vigente, nossa análise pode ser mais desenvolvida. Começamos abordando algumas das posições-sujeito assumidas por Lobato no que se referia ao ato sexual na sua vida particular e na literatura.

Em carta ao cunhado Heitor, de 4 de julho de 1928, Lobato comentou, entre outras coisas, um livro de um juiz americano, Lindley, que propunha o *Companionate marriage*: jovens, com o consentimento das respectivas famílias, poderiam amigar-se e ter experiências sexuais sem um casamento formal, e morando cada um nas suas casas (que, àquela época, seriam as casas dos pais). Caso o relacionamento demonstrasse que “foram feitos um para o outro”, casar-se-iam, do contrário, cada qual iria para o seu lado (Lobato, 1959b, p.255-257). Eis o que escreve Lobato a respeito:

Hoje, quando um rapaz chega à idade do amor e sente incoercível a pressão do sexo, vê-se barrado pela moral dominante e forçado a optar entre três soluções escusas, que a Moral condena, e uma que a Moral preceitua, mas a Natureza refuga. Tem que optar entre o onanismo, a putaria e a amigação temporária. Só mais tarde, quando a sua situação econômica lhe permite, pode ele entrar no trilho casando. Ou então, fazer o que a Moral manda, guardar a castidade. Os preceitos de moral têm sido formulados por homens – ou velhos, e portanto, impotentes, ou moços místicos, capazes de êxtases e ascetismos, como Cristo e outros fundadores de religiões. Mas o sexo é o que você sabe, exigentíssimo [...] exigidor de uma periódica desopilação [...] de modo que o moço [...] vê-se condenado a infringir os reclamos da Natureza, conservando-se casto, ou a infringir as imposições da Moral, desopilando o sexo pelo sistema de Onã, ou com as mulheres públicas, ou amigando-se com uma rapariga de bom coração e

bem dotada de qualidades desopilantes. Soluções falhas, portanto, antinaturais, e anti-sociais. Não obstante, a Moral dos velhos brochas e dos moços místicos sabe que é assim, conhece os males infinitos daí recorrentes e teima em não deixar que soluções inteligentíssimas como a de Lindsey se substituam a essa indecência [...] Pois as bestas ledoras da Bíblia [...] deram o brado contra [...] o mundo ainda está [...] idiotizado pelos milênios de inibição religiosa.(Lobato, 1959b, p.256-257, grifos nossos)

Sabemos que a SD acima dá margem a várias possibilidades de investigação, como, por exemplo, pensar que Lobato estava plenamente identificado com um discurso sexista por não pensar que a mulher também precisaria da “desopilação do sexo”. Contudo, iremos nos restringir ao nosso ponto de análise: pensar o corte da cena de sexo na tradução estudada. Pelas sequências discursivas de referência (SDRs), percebemos que Lobato toma diversas posições de sujeito, relativas às diferentes FDs que o assujeitam. Duas nos chamam mais a atenção, sendo que em ambas observamos um movimento de resistência. Um dos discursos que fala no/pelo sujeito é o discurso religioso, em outras palavras, o interdiscurso da FD da/sobre a Igreja no Brasil. Nesta FD, a tomada de posição do sujeito é contrária à da posição-sujeito dominante. Nossa argumentação se sustenta, por exemplo, nas ironias lobatianas, como “bestas ledoras da Bíblia”, “idiotizado” pela religião, “velhos brochas” e “moços místicos”. Desse modo, o sujeito resiste pela sua colaboração para o fortalecimento da posição-sujeito dissidente. Essa FD não apenas se entrecruza com a FD do/sobre o sexo no Brasil, mas sua posição-sujeito dominante organiza a forma-sujeito da última. Assim, pelo discurso religioso dominante, a posição-sujeito dominante na FD do/sobre o sexo no Brasil é a da interdição do sexo, pelo menos antes do casamento. O sujeito Lobato se contra-identifica com essa posição, resistindo ao discurso dominante, reconhecendo ser “incoercível” a pressão do sexo e apoiando a proposta de Lindsey, a qual seria “inteligentíssima”. Ainda que a carta seja dirigida a um amigo íntimo, já podemos supor que Lobato, diversamente do que ocorreu na sua tradução, não se deixava domar pelo discurso religioso, pelo menos no que se referia ao sexo. Será que no processo de sujeição na/pela FD da/sobre literatura no Brasil, ele também assumiria a posição contestadora?

Tomemos uma de suas cartas a Rangel, datada de 7 de outubro de 1924:

Li as páginas assinaladas no manuscrito e o resto. São as melhores e está um encanto a cena da mulher que se desfolha em nudez. Resta agora que o diretor

real da Revista (eu sou honorário) aprove a “imoralidade”. Há sempre confusão de “beleza” com “imoralidade”. Nossa era é Tartufa. Ha bispos, ha púlpitos, ha uma porção de velhos ultra-safados e porisso mesmo altamente “moralistas”. Muito curioso a questão da moralidade na arte. De nada serviu o *plaidoyer* da Flaubert... (1955b, 270-271).

A SDR materializa a posição-sujeito da resistência na FD da/sobre a literatura, sendo que esta FD é também organizada pela forma-sujeito da FD da/sobre a Igreja no Brasil, que se entrecruza com a primeira. O sujeito Lobato não toma a posição de quem se deixa intimidar (identificação) pelo discurso religioso: a cena da nudez “está um encanto” e é uma das “melhores”. Pela memória do dizer religioso e pelo interdiscurso político, o sujeito (des)conhece a existência da censura: cabe ao “diretor da Revista” (no caso, a *Revista do Brasil*) permitir ou não a “imoralidade”. O uso desta palavra também subverte o discurso religioso, fazendo com que o interdiscurso funcione contra ele próprio, no movimento da contra-identificação e, portanto, da resistência: imorais (palavra-chave do discurso religioso) são aqueles que consideram o sexo imoral (há a subversão do sentido de imoralidade). Além disso, o diretor (na verdade, o dono, uma vez que Lobato havia comprado a *Revista do Brasil* havia três anos) era o próprio Lobato, logo, a “imoralidade” seria, sim, publicada, posto que o detentor da autoridade na Revista o permitiria, por sua identificação com uma posição-sujeito dissidente; a interpelação pelo discurso religioso da censura não foi bem sucedida nesta SD.

Ainda que as SDs tenham sido produzidas em condições de produção diferentes das da tradução sob análise (ou seja, Lobato ainda não havia sido preso e nem Vargas havia ainda ascendido ao poder) conseguimos mostrar que, pelo menos até a prisão, Lobato publicara textos que subvertiam a moral religiosa, o que nos leva a propor que esta “poda de foice” (Lobato, 1955b, p. 60) em *For whom the bell tolls* não foi a nosso ver determinada por sua estratégia tradutória e nem por seu posicionamento ideológico no que dizia respeito ao sexo; nossa interpretação é a de que a história particular do sujeito, ou seja, o modo como, no momento da tradução, o sujeito deu sentido à sua experiência de detenção, moldou o corte. Nesse caso, acreditamos que a omissão foi motivada pela tomada de posição do sujeito em consonância com a voz do Outro (interdiscurso) da FD da/sobre política no Brasil, cuja ideologia de tortura, como a fala de Lobato

apontou em uma de suas cartas, produzia “espectros que se arrastavam, tontos, bobos, idiotizados – tantas foram as torturas que lhes infligiram [...] não tem fim [...] a lista de horrores nefando Gabinete” (Lobato, 1959c, p.79-80). No momento da tradução desse trecho, o sujeito estava identificado com o interdiscurso da/sobre a política no Brasil e, portanto, se identificava com o discurso do silenciamento imposto pelo regime. Daí não traduzir toda a situação de amor descrita por Hemingway.

Continuando nossa análise, porém, nos deparamos com o uso de pontinhos no lugar da cena de teor sexual. Tomamos os pontos usados pelo tradutor como materialidade do silenciamento – há a presença da ausência – em um movimento de rebeldia do sujeito frente ao silenciamento imposto; movimento este que é reforçado pelo uso de “nus” mais adiante. O silêncio é marcado pela materialidade dos pontos que, em conjunto com a nudez falada dos personagens, materializam na interpretação do leitor da tradução a cena sexual omitida. Dessa forma, a tomada de posição do sujeito é a da contra-identificação com o discurso hegemônico da FD da/sobre política e da FD da/sobre religião no Brasil, as quais de alguma forma organizavam a FD da/sobre a literatura no país naquelas condições de produção. Ao mesmo tempo, o silêncio e o uso dos pontos marcam o movimento do sujeito entre o dizer e o não dizer e, com ele, a tensão do movimento dos sentidos e dos sujeitos.<sup>106</sup>

### 4.3.3

#### ***A farewell to arms, Adeus às armas e o sujeito-tradutor***

O romance *A farewell to arms* narra a história do tenente norte-americano Frederic Henry, que se alista como voluntário na linha de frente italiana durante a Primeira Guerra Mundial. Ao ser ferido, é enviado para um hospital em Milão,

---

<sup>106</sup> Orlandi, no livro *As formas do silêncio* (1992), desestabiliza a noção de silêncio como o vazio. Para a estudiosa, o silêncio tem materialidade, a qual é definida pela relação entre dizer e não dizer. Orlandi chama a atenção para o fato de que é principalmente na política que se pode observar o que é dito e o que é silenciado. A autora propõe serem dois os tipos de silêncio: o *silêncio fundador*, que seria a base de produção dos sentidos; e o *silenciamento* (ou *política do silêncio*) que se subdivide em *silêncio constitutivo* e *silêncio local*. O último seria a censura, o silêncio em que ocorre a interdição por alguma forma de poder. No caso da tradução de Lobato, a forma de poder é o poder do estado, que, sob a forma do discurso dominante da FD da/sobre a política no Brasil, se entrecruza com a FD da/sobre a literatura no Brasil, desautorizando na última formulações em que houvesse o ato sexual.

onde se apaixona pela enfermeira Catherine. Ao retornar à guerra, se vê dividido entre permanecer no exército e enfrentar a derrota ou desertar para viver com Catherine, que espera um filho seu. Escolhe a segunda e foge com Catherine para a Suíça. Mas, como aconteceu à geração perdida, não teria direito à felicidade: sua amada morre ao dar a luz.

*A farewell do arms* (1929), de Ernest Hemingway, foi publicado em 1942 pela C.E.N. com o título *Adeus às armas*, em tradução de Monteiro Lobato. De acordo com pesquisa por nós realizada (Campos, 2008), esse livro só chegou ao Brasil em língua portuguesa treze anos depois da publicação do original, após o sucesso de *For whom the bell tolls*, de 1940, e da tradução deste, *Por quem os sinos dobram*, também realizada por Lobato e publicada em 1941. Como pudemos observar nessa tradução de 1941, também na tradução de *A farewell do arms* podemos encontrar trechos em que o tradutor se marca no texto. Para exemplificar, tomemos as SDs abaixo, retiradas da monografia de Mendes (2002), já citada:

All thinking men ate atheist. (Hemingway, [1929]1969, p.8)

Todos os homens que pensam com suas cabeças são ateus. (Hemingway, [1942]1985, p.15)

Em sua análise, Mendes fez a correlação da tradução de Lobato com o pensamento de Nietzsche, filósofo a quem o escritor-tradutor muito admirava. Nas palavras de Mendes, “Nietzsche apregoava que todo ser humano deveria aprender por si mesmo [...] a tradução desse trecho talvez reflita a interferência desse filósofo no pensamento de Monteiro Lobato” (2002, p.52). Pela AD, não se trata de interferência, mas da repetição dos dizeres na forma da identificação do sujeito com a posição-sujeito dominante da FD que o domina. Para dar sustentação à análise de Mendes, tomemos duas cartas que Lobato escreveu a Rangel, uma em 1904 e outra em 1917:

Dum banho em Nietzsche saímos lavados de todas as cracas vindas do mundo exterior [...] Da obra [...] de Kant saímos kantistas [...] da de Nietzsche saímos tremendamente nós mesmos. O meio de segui-lo é seguir-nos. “Queres seguir-me? Segue-te” Quem já disse coisa maior? Nietzsche é potassa cáustica. Tira todas as gafeiras. (Lobato, 1955a; 66, grifos nossos)

Para filosofia, Nietzsche, que é um tanque desbravador de tudo, e tem a sublime coragem de nos dizer: Vade Mecum? Vade tecum! Queres seguir-me? Segue-te. (Lobato, 1955b, p.152, grifo nosso)

Podemos sugerir uma FD da/sobre filosofia, na qual Lobato seria o bom sujeito do discurso nietzschiano, identificando-se plenamente com ele, procurando ser ele próprio e, portanto, pensando com sua própria cabeça, procurando defender com coragem as suas convicções pessoais. É esse discurso que se repete na criação de seus personagens, tanto que ele dizia de Emília: “Tão independente que nem eu, seu pai, consigo dominá-la [...] Cada vez mais, Emília é o que quer ser, e não o que eu quero que ela seja” (Lobato, 1955b, p.341-342). As FDs, como vimos, são espaço de transformação, mas também de repetição de discursos.

Nesse sentido, propomos, uma ampliação da análise de Mendes, tomando uma outra SD, recortada da carta de Lobato ao escritor Coelho Neto, escrita em 1938, para sustentar nossa interpretação. Cabe ressaltar que o período em questão nesta carta era o do Estado Novo, sendo que Lobato seria preso cerca de três anos depois:

Mas o Brasil só é grande geograficamente; em tudo o mais é Paraguai. Tudo quierera, quitanda. A imprensa, os mil jornais da UJB, uma quitandinha – e em bancarota, porque com a supressão da liberdade de vender os doces que o freguês quer, as quitadeiras tiveram de diminuir a produção – e estão na embira. Minha impressão é que o que aqui chamamos governo não passa da máscara dum inimigo que nos conquistou sem dar na vista de ninguém e agora tem como programa o retorno ao indianismo inicial. Vamos (isto é, ele vai) destruindo uma a uma as coisas criadas, como o café, a cultura, a liberdade de pensamento, etc. [...] E tudo isso à sombra duma imensa batina romana estendida como pálio sobre nossos 8 milhões de quilômetros quadrados. Os escritores de mais mérito, como os geniais Jorge Amado e Rubem Braga, foram arrolhados e estão morrendo de fome. Os demais desse tipo guardaram a pena e apodrecem escondidos. Crime dos crimes: pensar com a cabeça. Outro crime: ter talento. Outro: ter iniciativa. Outro: trabalhar... (Lobato, 1959c; p.39, grifos nossos)

Percebemos, sobretudo a partir das SDRs, que o movimento de tomada de posição é o da resistência, o qual se marca, por exemplo, com a menção à “supressão da liberdade” para publicar os livros, tanto que “os escritores de mais mérito” estariam “morrendo de fome”. A grande questão é que o “governo”, ou mais precisamente Getúlio Vargas (“ele”), trabalhava contra o povo, “destruindo” os avanços conseguidos. Entretanto, o que mais nos chama atenção é a expressão

usada por Lobato para marcar a resistência: “crime dos crimes: pensar com a cabeça” (grifo nosso).

Ao retornarmos à SD da tradução em questão, traçando um caminho que a nosso ver abarca a historicidade do dizer, indicamos marcas de resistência no discurso de Lobato na carta acima e no discurso da tradução realizada por ele. Dessa forma, também na tradução o sujeito Lobato resiste, e também de pelo menos duas formas: resistência/contra-identificação com ideologia varguista, materializada no interdiscurso da FD da/sobre política no Brasil; e resistência/contra-identificação com a ideologia religiosa, materializada no interdiscurso da FD da/sobre a Igreja no Brasil – “todos os homens que pensam com suas cabeças são ateus”. Nesse processo de subjetivação, o sujeito-tradutor se marca/materializa no texto da tradução.